

Organizadores
Ricardo Figueiredo Pinto
Telma Regina dos Reis de Assis

Pesquisa em *educação*



Belém - Pará - 2021

CONSELHO CIENTÍFICO

Cileide Tavares Borges do Couto

Lindemberg Monteiro dos Santos

Roseane Monteiro dos Santos

Francisco Valber de Sousa Teixeira

Jonatha Pereira Bugarim

Éder Vale Palheta

Dário Deivid Silva da Silva

Márcio Brito Cerveira

Pesquisa em educação; Ricardo Figueiredo Pinto, Telma Regina dos Reis de Assis (Organizadores).
Editora Conhecimento & Ciência – Belém – Pará – Brasil Editora Conhecimento & Ciência. Belém –
PA, 2021, 153p.

ISBN: 978-65-86785-31-9

DOI: 10.29327/539929

*O conteúdo dos capítulos é de inteira responsabilidade dos autores.

Supervisão e Revisão Final:

Ricardo Figueiredo Pinto

Diagramação e Design:

Victória Baía Pinto

Capa:

Victória Baía Pinto

APRESENTAÇÃO

O e-book “Pesquisa em Educação” têm como principal objetivo contribuir para a formação e exercício de pesquisadores cujo aprendizado é ampliado ao longo dos anos e continua por toda a vida. A pesquisa estimula a curiosidade, imaginação e o entendimento do processo de construção do conhecimento.

Oferecendo aos leitores troca de informações e reflexões esse e-book foi elaborado com abordagens de distintas temáticas, bem como da maior importância, voltadas para o setor educacional, as quais destacamos: Planejamento estratégico; Gestão democrática e participativa; Eja; Tecnologias educacionais como metodologia de ensino; O currículo e o docente de IES; Plano de desenvolvimento institucional; Sistema avaliativo e sistema remoto; Planejamento no ensino remoto; Globalização e as novas tecnologias no ensino superior; ensino religioso na educação básica; e Planejamento e gestão escolar.

Queremos destacar também que a maioria dos textos apresentados neste e-book foram produzidos por mestrandos e doutorandos da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS, aos quais muito agradecemos, além dos demais autores dos outros textos/capítulos.

Através das discussões apresentadas neste e-book convidamos o leitor a deleitar-se em textos científicos produzidos de forma clara e precisa com o intuito de propiciar as trocas de experiências e o enriquecimento mútuo.

Entendemos que investir na pesquisa científica contribui para que os seus resultados estejam ao alcance de todos uma vez que o mundo do trabalho tem se tornado cada vez mais exigente com os profissionais que nele atuam.

Os organizadores

SUMÁRIO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	8
Maria Luiza Gomes Cerqueira da Silva Mario dos Santos Silva Simone Velame da Silva Rios	
A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA ESCOLA	23
Monica Lima dos Santos Sinara Oliveira dos Santos Teomaria Santos da Silva Ricardo Figueiredo Pinto	
EJA: HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	34
Alba Cristina de Brito Santos Carla Chagas Santos Silvonilton Carvalho Bastos	
TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS COMO METODOLOGIA DE ENSINO	48
Luzimar da Conceição Silva Ederson Wilcker Figueiredo Leite	
O CURRÍCULO E O DOCENTE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES	59
Antônio Fernando Ferreira Santos Juci de Brito Alcantara Paulo Sérgio Paixão de Jesus	
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCINAL: DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO.....	73
Joselita Silva Medeiros	
O SISTEMA AVALIATIVO DURANTE O ENSINO REMOTO NA ESCOLA EXPERIMENTAL PROF. ^a MARINA TAVARES CARDOSO	77
Aline dos Santos Santana Isana Kelly Araújo	
PLANEJAMENTO NO ENSINO REMOTO UM OLHAR PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:.....	87
Franciely Vigato da Silva Cardoso	
GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA NO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E NA CONEXÃO DA SOCIEDADE NAS QUESTÕES HUMANIZADAS	98

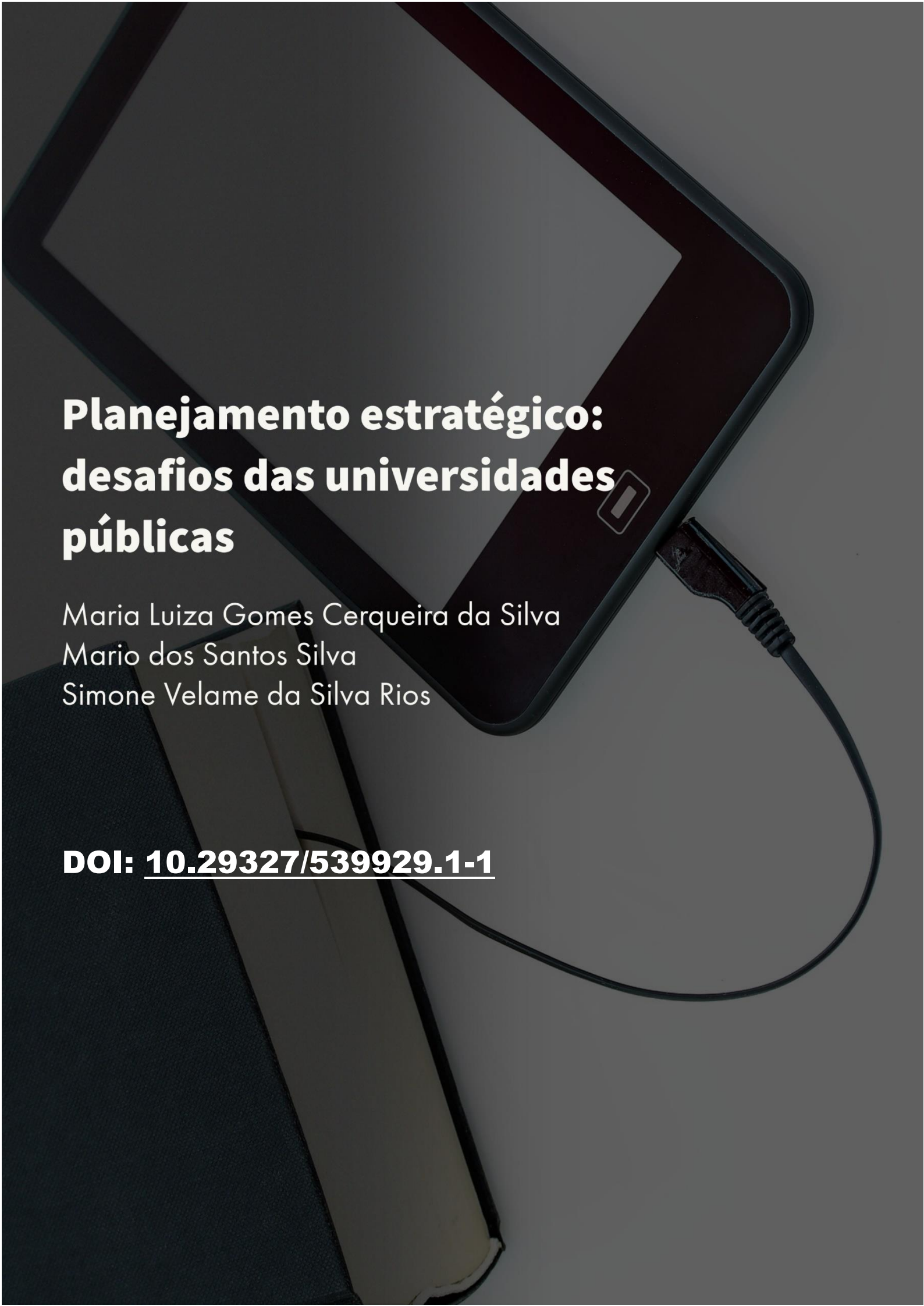
Rosângela Pereira da Cruz de Araújo
Tânia Regina de Oliveira da Cruz
Telma Regina dos Reis de Assis

QUAL A RELEVÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, ABRANGENDO AS DIVERSIDADES E PRECONCEITOS RELIGIOSOS? 106

Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas
Lauro José Pereira Da Silva

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR: UMA INTERLIGAÇÃO NECESSÁRIA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 118

Auzelene Miranda Gusmã
Laudijane Souza Puridade



Planejamento estratégico: desafios das universidades públicas

Maria Luiza Gomes Cerqueira da Silva
Mario dos Santos Silva
Simone Velame da Silva Rios

DOI: [10.29327/539929.1-1](https://doi.org/10.29327/539929.1-1)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

DOI: 10.29327/539929.1-1

Maria Luiza Gomes Cerqueira da Silva

Mario dos Santos Silva

Simone Velame da Silva Rios

RESUMO

Com o propósito de ampliar a compreensão em torno da adoção do planejamento estratégico como instrumento de gestão no âmbito das universidades públicas, delineiam-se, no presente estudo, aspectos funcionais dos elementos nucleares de referido instrumento de planejamento e gestão, a partir da categorização organizacional classicamente proposta por teóricos de Administração. Além de considerações em torno dos níveis de planejamento e da hierarquização entre seus objetivos, são estabelecidos paralelismos entre opiniões doutrinárias acerca das funções desempenhadas pelos vetores funcionais do instrumento de planejamento em destaque. Discute-se em que medida fatores culturais, aliados à complexidade organizativa estrutural, têm inibido a efetividade do planejamento estratégico no âmbito das universidades públicas. A metodologia da pesquisa é qualitativa, tendo caráter bibliográfico documental. O *corpus* pesquisado contemplou documentos normativos, produções acadêmicas e obras doutrinárias de teóricos de Administração. A pesquisa que subsidia o presente trabalho evidenciou que, apesar da literatura especializada elencar um amplo rol de ganhos institucionais, resultantes da adoção de um modelo de gestão pautado em objetivos estratégicos, no âmbito das universidades públicas brasileiras, mesmo quando implementado, aludido modelo de gestão enfrenta fatores estruturais e culturais que inibem sua plena efetividade, com o que se deixa de alcançar melhores padrões de desempenho organizacional.

Palavras-chave: Administração; Planejamento Estratégico; Universidade Pública.

ABSTRACT

In order to broaden the understanding of the adoption of strategic planning as a management tool within public universities, this study outlines functional aspects of the core elements of that planning and management instrument, based on organizational categorization classically proposed by Management theorists. In addition to considerations around the levels of planning and the hierarchy among its objectives, parallels are established between doctrinal opinions about the functions performed by the functional vectors of the planning instrument in question. It discusses the extent to which cultural factors, allied to structural organizational complexity, have inhibited the effectiveness of strategic planning within the scope of public universities. The research methodology is qualitative, having a bibliographic documentary character. The researched corpus included normative documents, academic productions and doctrinal works by Administration theorists. The research that supports this work showed that, despite the specialized literature listing a wide range of institutional gains, resulting from the adoption of a management model based on strategic objectives, within the scope of Brazilian public universities, even when implemented, the aforementioned management model it faces structural and cultural factors that inhibit its full effectiveness, with the result that it fails to achieve better standards of organizational performance.

Keywords: Administration; Strategic planning; Public university.

RESUMEN

Con el propósito de ampliar el entendimiento en torno a la adopción de la planificación estratégica como herramienta de gestión en el ámbito de las universidades públicas, esbozado, en el presente estudio, aspectos funcionales de los elementos centrales de esa herramienta de planificación y gestión, a partir de la categorización organizativa propuesta por los teóricos de la Administración. Además de las consideraciones en torno a los niveles de planificación y la jerarquía entre sus objetivos, se establecen

paralelismos entre opiniones doctrinales sobre las funciones que desempeñan los vectores funcionales de la herramienta de planificación destacada. Se discute hasta qué punto los factores culturales, combinados con la complejidad organizacional estructural, han inhibido la efectividad de la planificación estratégica en el ámbito de las universidades públicas. La metodología de investigación es cualitativa, de carácter bibliográfico documental. El corpus investigado incluyó documentos normativos, producciones académicas y trabajos doctrinales de teóricos de la Administración. La investigación que sustenta el presente estudio mostró que, a pesar de la literatura especializada que enumera una amplia gama de ganancias institucionales, resultantes de la adopción de un modelo de gestión basado en objetivos estratégicos, en el ámbito de las universidades públicas brasileñas, incluso cuando se implementa, el modelo de gestión mencionado enfrenta factores estructurales y culturales que inhiben su plena efectividad, no logrando así mejores estándares de desempeño organizacional.

Palabras clave: Administración; Planificación Estratégica; Universidad Pública.

INTRODUÇÃO

Impulsionados por um conjunto de mudanças socioeconômicas e políticas, aliadas a inovações tecnológicas, desde há muito, as organizações, incluindo as públicas, têm passado por sucessivos ciclos de aperfeiçoamento institucional. Neste contexto, sobressai-se o forte apelo à absorção, por parte da Administração Pública, dos princípios administrativos e modelos gerenciais amplamente adotados na iniciativa privada. Na visão de Chiavenato (2003, p.11), cabe à Administração, a partir da interpretação dos objetivos fixados pela organização, “transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle [...]”.

Sobre o tema, Bresser-Pereira (1996) enfatiza que as transformações impostas aos núcleos administrativos do Estado Brasileiro, especialmente no que se refere à passagem do modelo de gestão burocrático ao gerencial, fez parte de um projeto de reforma do Estado que, incorporando princípios da iniciativa privada, tinha, entre outras, as seguintes diretrizes: otimizar processos, reduzir custos e empreender elevados graus de eficiência e eficácia aos serviços públicos. Vale registrar que o modelo gerencial aqui sucintamente narrado, decorrente da chamada Reforma Gerencial do Estado Brasileiro, é por muitos rotulada de Nova Gestão Pública (NGP).

Na compreensão de Oliveira (2018), o atendimento tempestivo às demandas decorrentes das mudanças aqui referidas também impulsionou novos padrões administrativos e operacionais no âmbito das universidades públicas. Referida autora registra a implementação de uma série de adaptações, ajustes e mudanças nas universidades, notadamente nas federais, mudanças estas vocacionadas ao aperfeiçoamento geral de referidos centros acadêmicos, cumprindo destacar o redesenho de seus modelos estruturais e organizativos, assim como adoção de novas ferramentas de planejamento e gestão, entre as quais, o planejamento estratégico.

Assim sendo, a partir de premissas e construções teóricas já sedimentadas na literatura especializada, pretende-se, com o presente artigo, promover reflexões em torno da percepção institucional, no âmbito das universidades públicas, da real necessidade de incorporação de modelos de gestão alinhados aos novos paradigmas da Administração Pública. Nesta linha de investigação, as discussões aqui promovidas contemplam, além de aspectos funcionais do planejamento estratégico - enquanto instrumento de planejamento e ferramenta de gestão -, impressões externadas por estudiosos acerca dos fatores que, mais recorrentemente, são apontados como inibidores da efetividade dos aludidos modelos de gestão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Planejamento Estratégico

Conceito

Tendo em vista a amplitude funcional do planejamento estratégico, sua conceituação necessariamente impõe uma melhor compreensão das polissêmicas unidades lexicais e terminológicas que o compõem. Planejar - comando verbal em que consiste a atividade de planejamento - traz a noção de, a partir do presente, preparar e controlar o futuro, o que deve ser feito por meio da sistemática reflexão acerca tanto da realidade a ser enfrentada, quanto dos objetivos que se pretende atingir (aspecto prospectivo). Planejar é estruturar o caminho entre a vontade e a ação, entre o desejo e o fazer, entre a ideia e a execução.

Na concepção de Oliveira (2007, p.5), no ambiente empresarial, a atividade de planejamento “deverá resultar de decisões presentes, tomadas a partir do exame do impacto das mesmas no futuro, o que lhe proporciona uma dimensão temporal de alto significado”. Dito de outro modo, no âmbito corporativo, planejar é estabelecer objetivos e metas para a instituição (pública ou privada), a partir do que serão traçados caminhos, e tomadas decisões potencialmente determinantes para o êxito ou fracasso organizacional.

Acerca da tomada de decisões, Drucker (1962, apud OLIVEIRA, 2007, p. 6) defende que o planejamento organizacional não tem como foco decisões futuras, mas sim implicações que futuramente advirão das decisões presentes. Assim sendo, o corpo diretivo deve focar energia em decisões atuais que preparem a organização para os desafios e as incertezas do futuro.

Buscando enfatizar a importância do papel desempenhado pelos processos decisórios no ambiente organizacional, Ansoff (1977, apud MEDEIROS, 1999, p.111), assenta que “todo executivo experiente sabe que grande parte de seu trabalho é ocupado por um processo diário de tomada de decisões

e, portanto, deve ser potencializado por parte das empresas, através dos recursos básicos (físicos, financeiros e humanos)”.

Em síntese, no ambiente institucional, o planejamento indubitavelmente figura entre as primeiras providências ou operações administrativas, tendo como principal função definir, previamente, quais objetivos organizacionais devem ser perseguidos, indicando, de igual modo, os caminhos a serem percorridos na busca ou consecução de aludidos objetivos.

Quanto ao termo estratégico - o que contém e/ou propõe uma estratégia ou dela deriva -, no âmbito institucional, indo além de vocábulo qualificador, exerce a função de emoldurar a construção e o desenvolvimento da atividade de planejamento, de modo a fazê-la contemplar imprescindíveis vetores de orientação organizacional, a exemplo de princípios, objetivos, dimensões, missão, visão, valores, diretrizes, metas etc. Conforme registrado por Lobato et al (2012), a palavra estratégia advém do grego *strategós* - junção de *stratos* (exército) e *ago* (comando, liderança) -, designando, em sua acepção inicial, a arte do general, o comandante militar¹.

Atribuindo um caráter polissêmico ao termo estratégia, Minstzberg e Quinn (2001, apud SERTEK, GUIDANI e MARTINS, 2007, p.44) enxergam o caráter estratégico do planejamento como sendo o uso coerente de políticas, táticas, objetivos, programas, metas etc., no contexto de um padronizado plano corporativo. Já Wright, Kroll e Parnell (2000, apud SERTEK, GUIDANI e MARTINS, 2007, p.44) definem estratégia como “planos da alta administração para alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da organização”. Na lição de Chiavenato (2003, p. 234), estratégia pode ser definida como "a mobilização de todos os recursos da empresa no âmbito global visando atingir os objetivos no longo prazo”.

No tocante ao conceito de planejamento estratégico propriamente dito, ou seja, em sua acepção globalizante, enfatizando seu aspecto funcional, Lobato (2000) deixa assente que referido instrumento organizacional deve atuar na sistematização dos processos decisórios, buscando garantir o êxito institucional ou empresarial, tanto no ambiente e nas circunstâncias atuais, quanto em momento futuro. Para Oliveira (2007, p.277) planejamento estratégico deve ser entendido como “uma metodologia administrativa que procura criar uma situação de otimização da empresa perante as mutações de seu ambiente, visando usufruir da melhor maneira possível das oportunidades, bem como evitar as ameaças”. Em apertada síntese, Chiavenato (2003) concebe planejamento estratégico como o meio por meio do qual uma organização intenciona lançar mão de estratégias que viabilizem o alcance dos objetivos propostos.

¹ A literatura especializada informa que o estrategista chinês Sun Tzu figura entre primeiros usuários do termo estratégia, tendo dele feito uso há cerca de 2.500 anos. No século IV a.c., referido estrategista escreveu a obra Arte da Guerra.

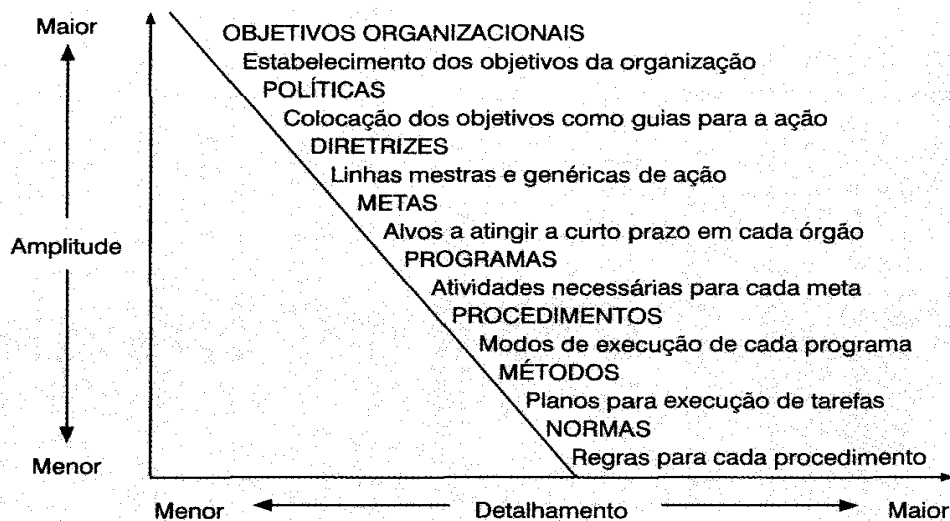
Em suma, as construções conceituais aqui delineadas ensinam que, a partir da fixação dos objetivos organizacionais, avança-se ao estabelecimento da estratégia que, eficientemente, viabilize o atingimento de referidos objetivos, fazendo-se necessário, para tanto, a escolha de táticas e de ferramentas operacionais aptas à implementação da estratégia adotada. A essa construção organizacional os teóricos atribuem a denominação de planejamento estratégico.

Encerra-se a presente seção com uma breve, mas necessária, diferenciação conceitual entre plano e planejamento estratégico. Conforme alhures destacado, planejamento estratégico é concebido como o meio utilizado pela organização com fins implementar estratégias que conduzam à consecução dos objetivos estabelecidos. Dito de outra maneira, planejamento estratégico equivale à construção coletiva de decisões, objetivos e prioridades que, no prazo estipulado, pautarão o desenvolvimento organizacional rumo a um ponto (lato sensu) futuro. Por outro lado, depreende-se das construções teóricas pesquisadas que, sendo resultado ou produto imediato do planejamento, o plano estratégico equivale à ferramenta que, materializando os esforços envidados na construção do planejamento estratégico, orientará o percurso a ser feito pela organização na busca dos objetivos previamente definidos; enquanto um (planejamento) está para a definição do destino ou ponto de chegada, o outro (plano) assemelha-se aos caminhos a serem percorridos rumo àquele destino, ou seja, a trilha, o curso predeterminado.

Hierarquia entre Objetivos Organizacionais

Compreendido que o estabelecimento dos objetivos organizacionais figura entre as primeiras etapas da construção do planejamento estratégico, e tendo em vista que ao longo de cada ciclo executório busca-se alcançar, simultaneamente, grande parte dos objetivos fixados, alguns teóricos propõem o estabelecimento de uma hierarquização entre os objetivos, com conseqüente predominância ou prevalência de alguns em relação a outros. Referida predominância será diretamente proporcional aos graus de pertinência, amplitude e alcance de cada objetivo em relação aos níveis e divisões da estrutura organizacional. Chiavenato (2003, p. 169) assenta que “Os objetivos da empresa predominam sobre todos os demais objetivos, enquanto os objetivos de cada divisão predominam sobre os objetivos de cada tarefa. Os objetivos maiores impõem-se aos objetivos específicos.”. Referido autor assenta que a empresa ou organização delinea seu conjunto de políticas, metas, diretrizes, programas, métodos, procedimentos e instrumentos normativos, tendo como âncora e paradigma os objetivos organizacionais previamente definidos, conforme ilustrado na figura a seguir:

Figura 1. Desdobramento dos objetivos



Fonte: Chiavenato (2003, p. 169)

Quanto à função desempenhada pelos desdobramentos dos objetivos organizacionais de maior amplitude, Chiavenato (2003) defende que: a) Políticas – tendo caráter genérico, funcionam como vetores de orientação das ações administrativas; b) Diretrizes – dada a natureza principiológica, atuam como balizas postas ao alcance dos objetivos estipulados pela organização e c) Metas – equivalem a alvos a serem focados e/ou atingidos num lapso temporal menor.

A linha teórica trazida por Mesarovic (1970, apud OLIVEIRA, 2007, p. 148) propõe interações verticais e horizontais entre os objetivos organizacionais. Segundo referida proposta, sob o prisma vertical, as ações das unidades organizacionais inferiores dependem de decisões tomadas na unidade superior. Por outro lado, para serem tomadas, as decisões aqui referidas necessitam de subsídios advindos das ações desenvolvidas pelas unidades do nível inferior. Em suma, no que tange o êxito administrativo e operacional, vigora uma interdependência entre unidades dos distintos níveis hierárquicos da instituição

Níveis do Planejamento Estratégico

Em similitude à hierarquização de objetivos, teóricos da Administração estabelecem um seccionamento hierárquico em três tipos ou níveis do planejamento organizacional, quais sejam: o estratégico, o tático e o operacional.

Tomando como parâmetro topológico uma pirâmide organizacional, Oliveira (2007) correlaciona os tipos de planejamento a três grandes patamares hierárquicos e decisórios da organização, posicionando o nível estratégico no topo da pirâmide, o tático no patamar intermediário e, por fim, o operacional na base piramidal. Em similitude à proposta formulada por Oliveira (2007), Sertek, Guindani e Martins (2007) identificam uma tripartição dos níveis ou tipos de planejamento, adotando,

no entanto, critérios funcionais para diferenciá-los. Segundo referidos autores: a) concentram-se no nível estratégico as funções decisórias e as atividades de direcionamento organizacional; b) no nível tático estão alocados os cargos de liderança, supervisão e coordenação e c) o nível operacional encarrega-se das tarefas e operações e rotineiras que, comumente, ficam a cargo de assistentes, auxiliares etc.

Tendo adotado como critério de distinção o *locus* decisório (sob prisma hierárquico institucional), assim como o grau de abrangência dos níveis de planejamento, Chiavenato (2003) atribui-lhes as características abaixo sumariadas:

- a) **Planejamento estratégico:** definido pela cúpula da organização (nível institucional) e focado em os objetivos institucionais, tem marcos executórios e projeção de efeitos de longo prazo, além ser o mais abrangente entre os tipos de planejamento, subordinando os demais;
- b) **Planejamento tático:** abrangendo os distintos departamentos da organização ou empresa e seus respectivos recursos (nível intermediário), e projetado para o médio prazo, envida esforços no sentido de alcançar objetivos departamentais;
- c) **Planejamento operacional:** definido no nível operacional e projetado para o curtíssimo prazo (o imediato), abarcando atividades, rotinas e tarefas, volta-se ao atingimento de metas específicas.

Não obstante a variedade de critérios e de métodos adotados pelos teóricos com fins de categorizar, conceituar e classificar os componentes do planejamento estratégico, no que se refere aos aspectos macroestruturais e funcionais, percebe-se um considerável grau de complementariedade e de similitude entre as posições doutrinárias pesquisadas, especialmente no que tange a importância do papel por ele desempenhado no ambiente organizacional.

Planejamento Estratégico Em Universidades Públicas

Os reflexos daqui já destacada Reforma Gerencial do Estado Brasileiro alcançaram as Instituições de Ensino Superior (IES), demandando, entre outras alterações, reformulações nos modelos de gestão tradicionalmente adotados. Barbosa (2020, p. 2) destaca que “as instituições de ensino superior (IES), inclusive as públicas, foram praticamente exigidas a mostrarem à sociedade que suas atividades são de relevância para o mercado de trabalho e para a economia.” Em arremate, a mesma autora assenta que, além da incorporação de uma gestão universitária profissional, os centros acadêmicos passaram a adotar um modelo de gestão que focado em resultados e eficiência.

A exemplo das demais instituições, as universidades públicas são espaços organizacionais onde: a) pessoas atuam b) recursos são mobilizados; c) desenvolvem-se atividades; d) tarefas são

executadas; e) perseguem-se metas e f) busca-se alcançar objetivos. Administrar e controlar uma organização, de modo que sua cadeia funcional e seus processos decisórios estejam em consonância com os objetivos organizacionais, equivale a implantar e operacionalizar seu planejamento estratégico. E para que o planejamento estratégico tenha efetividade, necessário se faz inteirar-se sobre a existência de poderes dentro das universidades. Mintzberg (2000, p.179 apud CUNHA; AKEL SOBRINHO, 2002, p.3) afirma que “existem três fontes de poder nas instituições: a autoridade formal, a cultura estabelecida e a expertise. Nas universidades públicas existe constante disputa de poder e hegemonia entre estas três fontes de poder”.

Os autores Cunha e Akel Sobrinho (2002, p.3) e Alves (2018, p.3), em relação à complexidade das universidades, afirmam que:

A universidade é uma instituição complexa em várias dimensões: na variedade e quantidade de públicos com os quais se relaciona, nos múltiplos objetivos, diversidade de serviço que oferece, na diversidade de formação de seus recursos humanos, nos diversos tipos de tecnologias que deve dominar e na extensão da infraestrutura que dispõe. Ademais, quando a universidade é uma instituição pública, somam-se a estas características outros elementos peculiares do setor público, entre eles, a profusão de normas emanadas dos poderes centrais, as pressões políticas, a escassez de recursos e a lentidão do processo decisório burocrático. (ALVES, 2018, p.5).

[...] a complexidade da instituição universitária pública afeta o planejamento estratégico tornando-o mais complexo e, afirmam alguns autores, menos efetivo (MOTA, 1982; MATUS, 1993; ARAÚJO, 1996 apud CUNHA; AKEL SOBRINHO, 2002, p.3).

Mota (1982, 148, apud CUNHA; AKEL SOBRINHO, 2002, p.4) relacionou os seguintes aspectos desta complexidade:

a) Reconciliação contínua com o passado – planejar é mudar, mas, enquanto for possível, a organização resistirá à inovação que altera a sua ligação com o passado ou afeta a lealdade de seus membros. Surge daí o incrementalismo das mudanças; b) A análise sistemática e contínua do ambiente é inexistente, acontecendo apenas nas crises, quando surgem então as mudanças aceitas como um ônus da sobrevivência; c) A falta de sistematização gera falta de informações levando as decisões a serem baseadas quase exclusivamente na experiência, crença, hábito e informações restritas que os dirigentes possuem; d) Isolamento do planejamento dado o contexto organizacional que enfatiza a uniformidade e conformidade.

Esta complexidade é inerente ao conjunto de características peculiares das universidades públicas, ambiente no qual o planejamento estratégico exigirá, dos responsáveis pela gestão, o cumprimento de uma série de etapas, especialmente: “análise do ambiente, estabelecimento das diretrizes organizacionais, formulação da estratégia, implementação da estratégia e controle estratégico” (CERTO et al, 2010, p.20).

Por sua vez, Alves (2018, p.2) defende que “a internacionalização curricular tem como seu principal pilar o planejamento estratégico realizado pelas IES”. É o que se extrai do excerto a seguir:

[...] As primeiras perguntas a serem feitas pelos reitores/dirigentes das IES como: quem é o público-alvo como pretendo alcançá-lo, quando executar o plano de ação, entres outras, com essas respostas teremos o ponto de partida de um planejamento estratégico para com efetividade chegarmos à internacionalização curricular. (ALVES, 2018, p.2).

Segundo Alves (2018, p.2), as Instituições de Ensino Superior (IES) “possuem um papel fundamental na formação da sociedade através das ofertas dos seus serviços, e nesta conjuntura, ter no seu escopo procedimentos padrões que auxiliem a comunidade acadêmica a alcançar seus objetivos, provoca uma mudança significativa”. Referido autor sustenta que:

São poucas as universidades públicas brasileiras que têm utilizado o planejamento estratégico como instrumento de gestão universitária. Alguns planos até são feitos, mas a utilização do planejamento estratégico como instrumento de trabalho, com a aplicação sistemática do plano de ações no processo decisório, ainda não é uma realidade completa. A própria concepção de planejamento de aspecto mais abrangente nas universidades fica prejudicada pelos interesses corporativos, sempre voltados para conquistas localizadas, benefícios restritos e interesses isolados. (ALVES, 2018, p.5).

Em arremate, (ALVES, 2018, p.8) assenta que, na IES pública, os atos devem ser praticados com estrita observância ao conjunto de instrumentos normativos que regem a instituição (leis, decretos, portarias, instruções normativas etc.), sob pena de, evitados de ilegalidade, serem anulados.

A adoção do planejamento estratégico como ferramenta de gestão requer a participação de diversos membros da instituição, em distintos níveis hierárquicos. Nesta linha de compreensão, CERTO et al. (2010, p.22) sustentam que:

Ao permitir que outros participem do processo de administração estratégica, mesmo executivos que ocupam níveis mais baixos na hierarquia, são alcançadas metas objetivas e estratégias mais realistas, pois tal envolvimento constrói um compromisso maior na implementação das estratégias selecionadas para atingir as metas estabelecidas. (CERTO et al., 2010, p.22).

CERTO et al. (2010, p.22) afirmam que além dos benefícios financeiros que podem advir com a implementação do planejamento estratégico como ferramenta de gestão, outras vantagens podem ser obtidas, a exemplo do cumprimento de metas de longo prazo. Enaltecendo a importância da gestão participativa, referido autor ressalta que “compromisso normalmente surge quando os membros participam da definição de metas organizacionais, bem como da definição das estratégias para atingir essas metas.” (CERTO et al, 2010, p.22).

No que se refere ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que os gestores de universidades devem reunir, no sentido de viabilizarem a evolução, simultânea, de diversos ambientes institucionais, Santos (2009, p.2) destaca:

A suposição de universidades mais flexível, atualizada e capaz de acompanhar as mudanças ambientais exige dos gestores universitários a capacidade de: reagir aos problemas e avaliar as conseqüências para a instituição (atitude reativa), bem como pesquisar as suas causas no sentido de agir para suprimi-las; antecipar uma ação, para que problemas não se manifestem por inteiro (atitude proativa) e conduzir a mudança organizacional ligada à evolução simultânea da instituição e do seu ambiente. (SANTOS, 2009, p.2).

Contextualizando as vantagens de se adotar uma gestão estratégica alinhada com o planejamento integrado no âmbito das IES, Santos (2009, p.2) enfatiza que

[...] estabelecer mudanças rápidas, flexibilidade estrutural, capacidade para ajustes mediante as crises e aproveitamento das oportunidades que porventura surjam. Isso significa adotar uma gestão estratégica e por resultados a qual visa dotar a IES da capacidade de antecipar novas mudanças e ajustar as estratégias vigentes com a devida velocidade e efetividade sempre que for necessário. O planejamento integrado é, no contexto atual de reformas, um imperativo. (SANTOS, 2009, p.2).

Na visão de Santos (2009, p.3), a não implantação do planejamento estratégico, de longo prazo, nas universidades públicas contribui para o aumento do tempo despendido com problemas cotidianos, tempo este que poderia ser dedicado a programas e projetos de desenvolvimento institucional. Em reforço ao seu posicionamento, este autor elenca alguns dos ganhos proporcionados pela implantação do planejamento estratégico nas IES:

a) O elevado nível de profissionalismo que domina a tarefa – as tarefas são especializadas, requerem profissionais especializados e com autonomia de trabalho e liberdade de supervisão; b) Decisões são descentralizadas e, por isso, as áreas podem progredir em diferentes ritmos, obedecendo a circunstâncias específicas; c) Coexistência de concepções distintas de universidade trazendo dificuldades para definição únicas de missão, visão de futuro, objetivos e metas; d) O poder é ambíguo e disperso - as concepções distintas levam os indivíduos a lutar para que prevaleçam suas concepções; e) Há reduzida coordenação de tarefas – as estruturas são debilmente articuladas; f) Os papéis da universidade são ambíguos e vagos: pesquisar?, ensinar?, servir à comunidade? Não há concordância em como alcançá-los; g) A universidade trabalha com múltiplas tecnologias pelo fato de lidar com clientes com necessidades variadas. (BORGES; ARAÚJO, 2001, p. 25 apud SANTOS, 2009, p.3).

Por fim, insta salientar que, apesar da indiscutível importância tanto da implantação do planejamento estratégico quanto da própria adoção do modelo estratégico de gestão no âmbito da universidade, necessário se faz que a incorporação de referidos instrumentos e/ou ferramentas de gestão seja ladeada por processos e iniciativas que reforcem o caráter democrático e participativo da gestão. Se assim não for, muito provavelmente serão enfrentadas dificuldades administrativas e operacionais, assim como resistências e objeções ao macromodelo proposto.

Dificuldades de Implementação do Planejamento Estratégico nas Universidades Públicas

Falar em planejamento estratégico no ambiente universitário pressupõe pensar em um planejamento no qual seus elementos constitutivos, especialmente as estratégias neles contempladas, voltem-se para espaço acadêmico, em suas distintas dimensões, o que compreende os vetores administrativo e pedagógico, envolvendo seus respectivos atores.

Entre os teóricos que reconhecem a complexidade da construção do planejamento estratégico na universidade, Baldrige (1971), Mintzberg (2003), Muriel (2006), Moritz et al. (2012) e Falqueto (2012) destacam que a ambiguidade dos objetivos, a descentralização das decisões, a insuficiência de coordenação e controle de tarefas e dificuldades estruturais atuam como inibidores da implantação do referido instrumento de gestão estratégica.

No tocante ao corpo discente das universidades, aponta-se que um restrito grupo de alunos compreendem o que é planejamento estratégico e qual sua aplicabilidade. Em nosso sentir, inteirar-se do planejamento estratégico implantado no ambiente acadêmico deveria ser objeto de interesse dos estudantes. Com isso, lhes seria possível vivenciar os aspectos pedagógicos, sociais e políticos da universidade, debatendo, inclusive, a inclusão de direitos entre as diretrizes levadas ao referido instrumento de planejamento. Em síntese, dada a abrangência e repercussão dos processos decisórios envolvidos no planejamento estratégico, falta uma melhor socialização de referido instrumento organizacional com a comunidade acadêmica, especialmente com os estudantes. Vale lembrar que ter acesso a informações institucionais materializa exercício de direito. Talvez seja a oportunidade de incluir nos currículos acadêmicos atividades pedagógicas voltadas à compreensão do planejamento estratégico implantado em cada ciclo executório.

Destaca-se também, entre as dificuldades e resistências de implantação do planejamento estratégico, a inabilidade para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ocasionando demora em sua construção. A estreita correlação funcional entre o planejamento estratégico e o PDI, assim como sua importância já foram formalmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, conforme assentado no excerto a seguir:

O Ministério de Educação (MEC) através da implantação do Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) constatou a necessidade de incluir, como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior – IES, o seu planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). (FERNANDES et al, 2009, p.6).

Conclui-se que as peças de planejamento e desenvolvimento das IES, independentemente de suas definições conceituais ou formatos técnicos, devem ser vistas como eixos estruturantes das atividades administrativas, pedagógicas, econômicas e sociais da universidade, cabendo a seus gestores garantirem que o seu desenvolvimento, enquanto prática, esteja fielmente alinhado aos objetivos institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo delineado o conceito de planejamento estratégico, assim como aspectos relevantes de sua construção, a exemplo da fixação dos objetivos organizacionais, estabelecimento de estratégias, escolha de táticas e de ferramentas, a pesquisa sintetizada no presente artigo atesta a inquestionável utilidade do planejamento estratégico, não apenas como instrumento de gestão, mas especialmente em razão de sua categórica vocação funcional, a saber, direcionar o conjunto de ações, recursos e esforços envolvidos no fazer administrativo e operacional da instituição, rumo ao alcance dos objetivos

organizacionais previamente fixados.

Extrai-se das discussões atinentes aos elementos macroestruturais do planejamento estratégico que, na ótica dos teóricos de Administração pesquisados, os processos decisórios devem ser maximamente subsidiados por confiáveis indicadores de cenários e análises de tendências, vez que, no âmbito corporativo, os efeitos das decisões presentes prospectam-se no futuro, sendo determinantes para o sucesso ou fracasso organizacional.

No que se refere às universidades públicas brasileiras, notadamente as federais, restou demonstrado que, além de concentrarem múltiplas peculiaridades funcionais, sua grande maioria está sedimentada em estruturas organizacionais complexas. Cabe destacar que a estrutura organizacional se constitui uma ferramenta de cunho administrativo, no bojo da qual são agrupados os processos decisórios, os recursos e as atividades da organização. Assim sendo, além de reestruturações organizativas, alterações normativas e implantação de novos modelos de gestão, as opiniões doutrinárias aqui colacionadas alertam que, mesmo quando adotado no âmbito das universidades públicas, a efetividade do planejamento estratégico também dependerá da superação de fatores culturalmente enraizados, a exemplo da perpetuação de hegemonias, centralização e disputa de poder decisório, assim como rigidez normativa.

Enfim, em um cenário de contínuo aperfeiçoamento da Administração Pública, em seus distintos centros de competência, é preciso que as universidades públicas implementem modelos e instrumentos de gestão que lhes permitam enfrentar, tempestiva e eficientemente, crises e desafios, preservando de riscos e ameaças a consecução de seus objetivos institucionais. Para tanto, necessário se faz adotar um modelo de gestão sedimentado em objetivos institucionais bem definidos, operacionalizado por meio de ferramentas e instrumentos de planejamento e gestão customizados, dimensionados e depurados nos moldes propostos pelos teóricos de Administração. Desse modo, as universidades públicas poderão alcançar padrões de desempenho acadêmico e de capacidade operacional que preservem a essencialidade do serviço por elas prestado, serviço este imprescindível ao alcance de estágios sociais e civilizatórios superiores.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Firmino Soares Abreu. A importância do planejamento estratégico nas universidades públicas brasileiras. In: IV COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 4., 2018, Braga e Paredes de Coura, Portugal. **Anais do IV COLBEDUCA - Colóquio Luso-Brasileiro de Educação**. Braga e Paredes de Coura, Portugal: CIIE, 2018. v. 3, p. 1-100. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/issue/view/591>. Acesso em: 04 maio 2021.

BARBOSA, Milka Alves C. **Modelo de gestão burocrático ou gerencialista**: estudo em uma universidade federal do Brasil. In: Revista Pensamento & Realidade, Ano v.35, nº 2, maio/ago 2020. e-ISSN: 2237-4418. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/47255/pdf_1. Acesso em 30 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acesso em 03 maio 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial**. Brasília: Revista do Serviço Público, Ano 47, número 1, janeiro-abril 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em 30/04/2021.

CERTO, Samuel C. et al. **Administração Estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CUNHA, João Carlos da; AKEL SOBRINHO, Zaki. **Planejamento Estratégico em uma Universidade Pública Brasileira**, 2002. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-eso-884.pdf>. Acesso em:26 abr. 2021.

FERNANDES, Sandra et al. O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional de uma universidade pública: uma análise a partir da literatura de planejamento estratégico. In: VI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 6., 2009, Resende: AEDB. **Anais do VI SEGET**. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/issue/view/591>. Acesso em: 04 maio 2021.

LOBATO, David Menezes. **Administração Estratégica**. Rio de Janeiro: Editoração Ed. Ltda, 2000.

LOBATO, David Menezes. *Gestão estratégica/David Menezes Lobato... [et al.]*. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MEDEIROS, Rogério Araújo. **Processo decisório**: uma definição. In:Revista Pensamento & Realidade, Ano II, v.5, out. 1999. ISSN 2237-4418. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/download/8571/6370>. Acesso em 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Josiléia Curty de. **Modelo departamental e não departamental**: um estudo de caso na Universidade Federal do Espírito Santo – Campus de Alegre. 2018

SANTOS, Jane Lucia Silva et al. **Modelo de planejamento estratégico em uma universidade pública brasileira**: desenvolvimento e implementação na universidade federal de alagoas. In: COLÓQUIO, 9., 2009, Florianópolis. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25885>. Acesso em: 03 abr. 2021.

SERTEK, Paulo; GUINDANI, Roberto Ari; MARTINS, Tomás Sparano. **Administração e planejamento estratégico**. Curitiba: Ibpx, 2007.



A gestão democrática e participativa da escola

Monica Lima dos Santos
Sinara Oliveira dos Santos
Teomaria Santos da Silva
Ricardo Figueredo Pinto

DOI: [10.29327/539929.1-2](https://doi.org/10.29327/539929.1-2)

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA ESCOLA

DOI: 10.29327/539929.1-2

Monica Lima dos Santos
Sinara Oliveira dos Santos
Teomaria Santos da Silva
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O presente artigo “A gestão democrática e participativa da escola”, tem por objetivo geral analisar como acontece a gestão democrática e participativa da escola. E específicos, entender o que é gestão democrática e identificar as características que norteiam uma gestão democrática e participativa na escola. A questão que norteou este trabalho foi, como acontece a gestão democrática e participativa da escola? Neste sentido, realizou-se uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e apoio de suportes teórico importantes, como Ferreira (2021) que enfatiza sobre a descentralização do poder, a prática da gestão democrática e participativa na escola, Libâneo (2021) que aborda sobre o sistema de organização e gestão da escola e Luckesi (2021) que corrobora com a gestão democrática da escola, e é o principal mentor da avaliação da aprendizagem, que só faz sentido se for articulada ao projeto pedagógico da escola. As considerações apontam que para se estabelecer relações positivas entre escola e sociedade é preciso que se promova efetivamente a democratização e participação na gestão escolar, pois dessa forma os sujeitos que estão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem construirão uma consciência crítica capaz de exercer sua cidadania e transformar o meio em que vive.

Palavras-chave: Gestão democrática. Participação. Escola

ABSTRACT

The present article “The democratic and participative management of the school”, has as general objective to analyze how the democratic and participative management of the school takes place. And specific, understand what democratic management is and identify the characteristics that guide democratic and participatory management at school. The question that guided this work was, how does the democratic and participative management of the school happen? In this sense, a literature review was carried out, with a qualitative approach and support from important theoretical supports, such as Ferreira (2021), which emphasizes on the decentralization of power, the practice of democratic and participatory management in schools, Libâneo (2021) which addresses on the organization and management system of the school and Luckesi (2021), which corroborates the democratic management of the school, and is the main mentor of the learning assessment, which only makes sense if it is articulated with the school's pedagogical project. The considerations point out that, in order to establish positive relationships between school and society, it is necessary to effectively promote democratization and participation in school management, as this way the subjects who are involved in the teaching/learning process will build a critical conscience capable of exercising their citizenship and transform the environment in which you live.

Keywords: Democratic management. Participation. School

RESUMEN

El presente artículo "La gestión democrática y participativa de la escuela", tiene como objetivo general analizar cómo se da la gestión democrática y participativa de la escuela. Y específico, comprender qué es la gestión democrática e identificar las características que orientan la gestión democrática y participativa en las escuelas. La pregunta que orientó este trabajo fue, ¿cómo se realiza la gestión democrática y participativa de la escuela? En este sentido, se realizó una revisión de la literatura, con un enfoque cualitativo y apoyo de importantes soportes teóricos, como Ferreira (2021) que enfatiza en la

descentralización del poder, la práctica de la gestión democrática y participativa en la escuela, Libâneo (2021), que aborda sobre el sistema de organización y gestión de la escuela y Luckesi (2021), que corrobora con la gestión democrática de la escuela, y es el principal mentor de la evaluación de aprendizajes, que solo tiene sentido si se articula al proyecto pedagógico de la escuela. Las consideraciones señalan que para establecer relaciones positivas entre la escuela y la sociedad, es necesario promover efectivamente la democratización y la participación en la gestión escolar, pues de esta manera los sujetos que se involucran en el proceso de enseñanza / aprendizaje construirán una conciencia crítica capaz de ejercer su ciudadanía y transformar el entorno en el que vive.

Palabras clave: Gestión democrática. Participación. Colegio.

INTRODUÇÃO

Este artigo “A gestão democrática e participativa da escola” foi concebido na disciplina Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestrado em Ciências da Educação, apresentado à Facultad Interamericana de Ciências Sociales - FICS, solicitado por: Prof. Pós-doutor Ricardo Figueiredo Pinto. Apresenta-se como questão norteadora, como acontece a gestão democrática e participativa da escola pública?

Esta inquietação surgiu a partir da experiência enquanto professoras e gestora do Ensino fundamental I do município de Camaçari, onde foi possível observar que muito se fala de uma gestão democrática no âmbito da administração das escolas públicas, mas pouco se vê de fato desta efetiva democratização, nas tomadas de decisões, isso fica bem evidente nas resolutivas quanto aos problemas existentes na escola.

E, também, pela consciência que administrar de forma democrática e participativa o dia a dia das escolas públicas, especialmente aquelas que ofertam o ensino fundamental, torna-se um grande desafio, mas que tem sua relevância nas tomadas de decisões, principalmente nas dificuldades de todo tipo, como por exemplo: indisciplina de alunos, violência nas escolas, falta de apoio familiar, falta de recursos financeiros, entre outras, que interferem na realização de propostas e/ou tarefas pedagógicas.

No exercício docente observa-se que no cotidiano da escola, os responsáveis e alunos pouco ou quase nunca participam dessas discussões. Muitas vezes os professores também ficam aparte, preocupando-se apenas com o fazer pedagógico quando essa participação efetiva deveria ser um processo natural em que todos se sentissem atores principais.

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como acontece a gestão democrática e participativa da escola. E específicos entender o que é gestão democrática e identificar as características que norteiam uma gestão democrática e participativa na escola.

Para concretização dos objetivos supracitados foi utilizado a metodologia qualitativa e o método de pesquisa revisão bibliográfica. A fundamentação teórica está pautada em autores de relevância importantes tais como: Ferreira (2021) que enfatiza sobre a descentralização do poder, a

prática da gestão democrática e participativa na escola, Libâneo (2021) que aborda sobre o sistema de organização e gestão da escola e Luckesi (2021) que corrobora com a gestão democrática da escola, e é o principal mentor da avaliação da aprendizagem, que só faz sentido se for articulada ao projeto pedagógico da escola.

Sendo assim, o artigo em questão se constitui de introdução, na qual se apresentam os objetivos e a justificativa deste trabalho, seguindo do desenvolvimento, onde se descreve o conceito de gestão democrática e, a importância do projeto político pedagógico para construção de uma gestão democrática e participativa bem como também as contribuições para a sociedade e para finalizar a conclusão do trabalho.

DESENVOLVIMENTO

É sabido, que vivemos em uma sociedade democrática, onde os indivíduos exercem função e poder de decisão. Desta forma, como a instituição escolar também faz parte dessa sociedade, é incabível que ela possua uma prática ditadora, controladora e arbitrária.

Gestão é uma palavra que vem ganhando uma íntima relação com a democracia, pois gerir é liderar de forma transparente, autônoma e democrática. Um líder democrático estimula a participação de todos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, buscando sempre uma relação de proximidade com o outro e não de autoritarismo. Como aponta (FERREIRA, 2017, p. 14).

A proposta da gestão democrática parte do pressuposto de que a tomada de decisões e dos processos decisórios seja descentralizadora: que envolvam todos os membros da equipe escolar, fazendo, assim, com que haja construção de uma compreensão diferenciada do ambiente escolar como um espaço público, democrático e solidário.

A partir de 1980, o processo de democratização da sociedade impulsiona a organização da educação para grandes mudanças. Com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394) de 1996, temos as garantias legais da gestão democrática do ensino público, gestão essa assegurada na forma da autonomia pedagógica e administrativa às unidades de ensino e da participação dos professores e da comunidade na elaboração e execução da proposta pedagógica.

As garantias legais para a promoção de políticas educacionais democráticas somadas às orientações emanadas dos Conselhos de Educação e dos órgãos administrativos de todas as esferas federativas não representaram, porém, conquista de acesso aos bens culturais a grande parte de população.

Não há dúvida de que, numa sociedade articulada em grupos diversos e contrapostos, como a nossa, ocorrem tensões, conflitos e se desenrola um contínuo processo de organização. Com isso se

abrem brechas para a participação como possibilidades de modificar ou de reiterar as regras constitutivas e reguladoras dos espaços sociais.

Para pensar a participação social partimos do pressuposto de que a atuação do homem em qualquer campo de ação não pode ser compreendida de forma isolada. O homem é um ser histórico, resultado da relação do homem com a natureza, com o outro e consigo mesmo. A relação inclui os meios materiais mediados pela ação dos seres humanos produzindo conhecimentos, saberes e culturas de forma sempre crescente.

As constantes mudanças sociais geram um complexo sistema de relações estruturais e políticas que, para garantir sua organização, requerem renovação constante nas formas de gestão. Nesse sentido, a gestão da educação e da escola como parte desse processo histórico-cultural da sociedade é permeada por valores e por conceitos socialmente construídos.

Interessou-nos sempre, e desde logo, a experiência democrática através da educação. Educação da criança e do adulto. Educação democrática que fosse, portanto, um trabalho do homem com o homem e nunca um trabalho verticalmente do homem sobre o homem ou assistencialista mente do homem para o homem, sem ele. (FREIRE, 2001).

Paulo Freire reflete sobre a importância de conhecer, por meio da educação, a maneira como mulheres e homens interpretam o mundo e agem sobre ele para transformá-lo. O seu trabalho partia sempre dos níveis e das formas como os educandos compreendiam a realidade.

Estava preocupado em elaborar uma pedagogia comprometida com a melhoria das condições de existência das populações oprimidas. E essa pedagogia não seria construída ignorando a realidade em que estavam inseridos os educandos a quem ela se dirigia e tão pouco seria construída sem a intensa participação de todos que dela faziam parte.

A expressão “gestão educacional”, habitualmente utilizada para assinalar a ação dos diretores, surge, por conseguinte, em substituição a "administração educacional", para representar não apenas ideias novas, e sim um novo paradigma, que procura estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. (LÜCK, 2006 apud FERREIRA, 2017, p.8) enfatiza:

Ao definir gestão educacional, coloca que: Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos educacionais.

Contudo conclui-se que, o conceito de gestão educacional abrange uma série de concepções não abarcadas pelo de administração educacional. Pode-se citar, dentre outros aspectos: a democratização do processo de determinação dos destinos do estabelecimento de ensino e seu projeto

político-pedagógico; a compreensão da questão dinâmica e conflitiva das relações interpessoais da organização.

O entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança; o entendimento de que a mudança dos processos pedagógicos envolve alterações nas relações sociais da organização; a compreensão de que os avanços das organizações se assentam muito mais em seus processos sociais, sinergia e competência, do que sobre insumos ou recursos.

É importante ressaltar que a ideia de gestão educacional democrática e participativa se desenvolve associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, como, por exemplo, o destaque à sua dimensão política e social, ação para a transformação, globalização, participação, práxis, cidadania etc. (LUCKESI, 2021, p. 5) corrobora.

Gerir democrática e participativamente a escola significa usar de todas as oportunidades que ela oferece tanto para realizar práticas quanto para aprender condutas com elas. Mais importante do que os resultados práticos imediatos da gestão democrática é a aprendizagem para a vida pessoal e social. Afinal, a escola não é uma oficina produtiva, mas sim um lugar de aprendizagem e desenvolvimento. O mais importante na vida escolar não é o ganhar ou o perder, como ocorre na política partidária ou na vida cotidiana da sociedade; porém, sim, o aprender a ser e o aprender a viver juntos, para o bem-estar de si mesmo e do outro, com qualidade.

Cabe nem só ao gestor, mas a todos envolvidos no processo educativo essa tomada de consciência em busca de uma educação transformadora, que visa uma melhor qualidade de vida dos cidadãos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

O coletivo da escola é heterogêneo, porque ele é formado por diversos segmentos: professores, gestores, pessoal técnico-administrativo e de apoio, alunos, pais e/ou responsáveis e representantes da comunidade local, que possuem conhecimentos, ideias e valores diferentes que podem gerar conflitos.

Neste contexto de gestão democrática os procedimentos formais e legais instituídos para implementar a democracia na escola, como os colegiados, o projeto político pedagógico, o regimento e o conselho escolar, são de grande importância no processo de democratização da escola e da educação.

Destaca-se dentre os documentos de uma unidade escolar os dois principais são: o Projeto Político Pedagógico - PPP e o Regimento Escolar.

Geralmente no contexto das escolas públicas, relacionam o Regimento Escolar única e exclusivamente as questões disciplinares, porém se trata de um documento amparado nas constituições Federal, Estadual e nos pareceres normativos do conselho Estadual de Educação, sintetiza o Projeto Político Pedagógico e lhe confere o embasamento legal.

O Projeto Político Pedagógico deve nortear a escola nas suas propostas educacionais, devendo ser voltado para a realidade da escola e em relações as políticas mais amplas, além das concepções

inerentes ao cerne pedagógicos, políticos e sociais. É uma ferramenta de excelência para que o gestor possa se desenvolver na sua prática cotidiana e dar à escola uma dimensão democrática e participativa.

Cabe ressaltar a existência dos colegiados, também denominados de Conselho Escolar, que tem a função de decidir ações tomadas na gestão da escola e dos recursos da escola, inclusive avaliar constantemente o Projeto Político Pedagógico.

Os órgãos colegiados são grupos representativos da comunidade escolar, mediante os quais a gestão democrática se realiza. São canais da efetiva participação da comunidade escolar nos destinos da escola pública. O conselho escolar especialmente por sua formação e afins torna-se o mais importante.

Tanto o Projeto Político Pedagógico quanto o Regimento devem ser construídos coletivamente. Por isso, é válido lembrar que o trabalho de construção é um ato democrático e não é um processo todo simples, sem conflitos. Ao contrário: é um processo que apresenta conflitos, existindo nele interesses de segmentos divergentes. Mas é exatamente essa diversidade de segmentos que torna o seu processo de construção rico e dinâmico, pois é em função dessa interação que surge o coletivo da escola.

O coletivo da escola estrutura o seu trabalho visando assegurar, acima de tudo, o sucesso dos alunos e o atendimento das necessidades educativas de sua comunidade. Entretanto, precisamos reconhecer o conflito como algo positivo, que ajuda no crescimento do coletivo. Nesse sentido, o conflito pode ser percebido como algo que enriquece o grupo e o leva, pelo diálogo, a buscar soluções compartilhadas para os problemas que enfrenta.

Da mesma forma que o mundo social é constituído por indivíduos e segmentos que estão em constante interação, assim como por confrontos que dizem respeito aos seus interesses, na escola também temos situações de conflitos que devem ser trabalhadas pelos gestores, de forma a não se perder a visão de grupo e de ação compartilhada. Pois as grandes mudanças e transformações da nossa sociedade só irão acontecer quando os profissionais e todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino focar em uma educação de qualidade.

A partir desta afirmação percebe-se o papel que tem a escola para homens e mulheres, sabendo também, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois vem orientada muitas vezes para a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação

A escola é um espaço educativo, e o seu trabalho não pode ser pensado nem realizado no vazio e na improvisação. O projeto pedagógico é o instrumento que possibilita à escola inovar sua prática pedagógica de forma participativa, na medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas.

Ao construí-lo coletivamente, a escola exerce sua autonomia sem deixar de manter relações com as esferas municipais, estaduais e federal da educação nacional.

Cada escola é única, por tanto esse projeto precisa levar em conta o trabalho pedagógico como um todo, representando claramente as intenções da instituição. A partir dessa concepção, ele não pode ser elaborado apenas por uma pessoa ou pelos gestores da escola. Também não deve ser planejado de uma única vez, mas de forma processual e gradativa, cumprindo sua função social por meio de ações a curto, médio e longo prazos.

Cabe ao gestor escolar buscar a participação dos diversos segmentos que compõe a escola (profissionais da educação, alunos, pais e comunidade), desde o planejamento, na organização e execução do projeto político pedagógico, pois ele é um instrumento de organização do coletivo e de como é o funcionamento da escola. É a sua identidade o elemento norteador de todas as atividades que serão desenvolvidas. Como discorre (LUCKESI, 2021, p. 5)

Uma escola é o que são seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes, e a comunidade. A “cara da escola” decorre da ação conjunta de todos esses elementos. E isso tudo ultrapassa eleições para os gestores e as Comissões decisórias que possam ser estabelecidas na escola. Essas atividades são importantes, mas irrisórias diante do que se pode fazer educativamente para a cidadania (experiência de cuidar de si, do outro e do meio, ao mesmo tempo).

Sabe-se que a escola é um lugar onde atuam diferentes pessoas e vontades e, portanto, nela são exercidos múltiplos papéis. Gestores, professores e outros especialistas da educação, corpo técnico administrativo (funcionários) e alunos – juntos – constituem a comunidade escolar, em sentido estrito.

Tais concepções e práticas estão associadas ao novo papel do Estado e de suas instâncias que instituem propostas e regras por meio de documentos formais, mas cabe ao gestor conhecer a legislação e saber usufruir dos princípios legais para tornar a escola, na prática, mais democrática.

É importante reforçar que as famílias também participam dessa comunidade, ainda que de forma diferenciada. Todas essas pessoas estão de alguma forma próximas porque têm um interesse em comum: o conhecimento e precisa sentir-se pertencente e responsável pelo desenvolvimento da escola. Como afirma (LUCKESI, 2021, p. 3) “Participar da gestão democrática da escola significa que todos se sentem e efetivamente são partícipes do sucesso ou do fracasso da escola em todos os seus aspectos: físico, educativo, cultural e político”.

A sociedade brasileira tem se conscientizado a cada dia da importância da escola na vida dos cidadãos, porque sabem o valor que o conhecimento tem na vida em sociedade. Os alunos estão na escola para ter acesso ao conhecimento. Os professores estão na escola para garantir esse acesso de uma forma mais direta, cabendo-lhes desenvolver situações de ensino-aprendizagem que possibilitem aos alunos a aquisição do conhecimento sistematizado.

O principal local de encontro para a troca sistemática de conhecimento no interior da escola é a sala de aula. Como infere (LUCKESI, 2021, p. 2).

Aprender e viver a experiência da gestão democrática da escola implica em que, além das acima citadas atividades, se esteja atento a como isso se dá dentro do âmbito educativo escolar, tendo presente, além disso, que a própria sala de aula é um lugar de gestão e, principalmente, de aprendizagem da gestão democrática, não só da escola, mas da vida.

Se professores e alunos, juntos, são capazes de construir a aventura de conhecer, a missão da escola se cumpre. Caso contrário, o insucesso não é apenas dos alunos, mas também dos docentes.

É oportuno lembrar, contudo, que a função social da escola ultrapassa a troca do conhecimento sistemático em sala de aula. A escola é também um importante espaço de convivência humana – lugar de socialização, de encontros e descobertas. E isso nem sempre é valorizado como aprendizagem pela equipe escolar.

Para cumprir sua função social, portanto, a escola necessita estar em ligação permanente com seu entorno. Caso contrário, acabará por se transformar numa instituição isolada, perdendo o poder de atração sobre crianças, jovens e suas famílias. É oportuno lembrar que, de todos os grupos de pessoas que frequentam a escola, a comunidade é a mais perene; alunos, professores, gestor, funcionários... Todos saem, após alguns anos. A comunidade é a que ali permanece por gerações; por isso, é dela a escola. Como afirma Libâneo, 2021.

A gestão democrática-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso.

Vale salientar que na prática ainda existe um distanciamento entre escola e a comunidade, provocado pelas expectativas não atendidas de ambas as partes, a natureza da participação demandada pela escola às famílias é limitadora de seu envolvimento na vida escolar.

Embora a gestão democrática esteja prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não há ainda a conscientização dos profissionais da escola, dos responsáveis/ pais e da comunidade sobre a necessidade de um envolvimento mais efetivo. Esta realidade é facilmente constatada nas reuniões pedagógicas onde a escola tem que lançar mão de estratégias para a participação dos membros da comunidade escolar.

Ressalta-se que uma gestão orientada por princípios democráticos participativo pode favorecer a melhoria da qualidade da educação, que a participação é um processo de aprendizagem. O exercício da democracia também é um processo de aprendizagem e a escola deve estar articulada com a sociedade.

A gestão democrática da escola faz parte da própria natureza do ato pedagógico e representa tomada de decisão sobre seus objetivos e sua forma de organização, possibilitando uma relativa independência do poder central para traçar seu próprio caminho, com a participação dos professores, alunos, funcionários, pais e da comunidade próxima, que se tornam corresponsáveis pelo êxito da mesma.

A gestão escolar deve ser marcada pelos princípios de democratização e responsabilidade partilhada, tendo sempre por finalidade a educação de qualidade, reforçando o elo entre cidadão e escola como instituição pública democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas análises bibliográficas realizadas nessa pesquisa fica evidenciado que a gestão democrática, como política educacional não pode ser apenas uma proposta da administração, mas deve atingir toda escola e a comunidade até chegar à sala de aula.

Ficou perceptível que estabelecer relações positivas entre escola e comunidade é preciso para que se promova efetivamente a democratização e participação na gestão escolar. Que é importante que responsáveis/ pais, professores, conselhos, funcionários, participem de toda proposta pedagógica da escola para que ela seja dentro democrática e participativa.

Que é de relevância repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de garantir o fator participação, como principal meio de assegurar uma gestão democrática que corrobore com controles formais de resultados a fim de que se promova a democratização da gestão da escola com a participação da comunidade escolar

Ficou notório que a qualidade do ensino passa pela gestão democrática, que institui mecanismos de participação coletiva de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, tornando-se possível superar as relações autoritárias de poder, o individualismo e as desigualdades, e promover uma educação de qualidade.

É imprescindível estabelecer uma cultura de participação efetiva de todos nas decisões e em sua efetivação na gestão educacional das demandas existentes no contexto escolar transformando a escola num laboratório de cidadania.

Na sociedade contemporânea as escolas precisam investir em práticas de gestão participativa, em técnicas motivacionais, reestruturação da administração e dos princípios efetivando a concretização da educação para que a função da escola se cumpra.

Enfim, quando a gestão é democrática e participativa os sujeitos que estão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem construirão uma consciência crítica capaz de exercer sua cidadania e transformar o meio em que vive.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, nº 248, 1996. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1988. São Paulo.

FERREIRA, E. L. **Descentralização do poder**: a prática da gestão democrática e participativa na escola. Disponível em: <http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/10descent.pdf>. Acesso 14 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo, Cortez. 2001.

LIBÂNEO, J. C. **O sistema de organização e gestão da escola**. In: LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em: <http://www.faal.com.br/arquivos/complm/Semana2Texto4.pdf>. Acesso em 15 maio 2021.

LUCKESI. C.C. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aulas**. Disponível em: http://faibi.com.br/arquivos/downloads/pedagogia/estagio/estagio_gestao1/14.%20Texto%20%20-%20abceducatio_64_gestao_democratica_da_escola.pdf. Acesso em 15 maio 2021.



EJA: Histórico de Resistência da Educação no Brasil

Alba Cristina de Brito Santos
Carla Chagas Santos
Silvonilton Carvalho Bastos

DOI: [10.29327/539929.1-3](https://doi.org/10.29327/539929.1-3)

EJA: HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

DOI: 10.29327/539929.1-3

Alba Cristina de Brito Santos
Carla Chagas Santos
Silvonilton Carvalho Bastos

RESUMO

Esta pesquisa discorre a respeito do contexto histórico e um panorama das diretrizes legais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, não de forma a descrever todo o momento histórico e legal, mas abranger alguns fatos que envolveram a trajetória do EJA no Brasil. Apresentar um caminho percorrido dentro do contexto escolar num movimento de mobilização, reflexão, como marca de mudança. Propõe levantar reflexões sobre o processo longo e conflitante no contexto político da EJA no Brasil, que passou por vários cenários de mudanças. Muito se buscou para a transformação da educação no Brasil desde os tempos dos jesuítas, na tentativa de atender o processo de alfabetização e escolarização aos mais necessitados. Levando em consideração, a quantidade reduzida de pesquisas encontradas na literatura, fez-se necessário a realização de uma pesquisa bibliográfica com fins de identificar conhecimento a trajetória histórica e legal, mostrando como se iniciou a EJA no Brasil e apresentar concepções contemporâneas de ângulos diferentes para essa modalidade de educação no cenário brasileiro.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. História. Marco Legal – Normatização.

ABSTRACT

This research discusses the historical context and an overview of the legal guidelines of Youth and Adult Education (EJA) in Brazil, not in order to describe the entire historical and legal moment, but to cover some facts that involved the trajectory of EJA in Brazil. Presenting a path taken within the school context in a movement of mobilization, reflection, as a mark of change. It proposes to raise reflections on the long and conflicting process in the political context of EJA in Brazil, which has gone through several scenarios of change. Much has been sought for the transformation of education in Brazil since the times of the Jesuits, in an attempt to meet the literacy and schooling process for the most needy. Taking into account the reduced amount of research found in the literature, it was necessary to carry out a bibliographical research in order to identify knowledge of the historical and legal trajectory, showing how EJA started in Brazil and presenting contemporary conceptions from different angles to this type of education in the Brazilian scenario.

Keywords: Youth and Adult Education. History. Legal Framework – Standardization.

RESUMEN

Esta investigación discute el contexto histórico y una visión general de los lineamientos legales de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en Brasil, no para describir todo el momento histórico y legal, sino para cubrir algunos hechos que involucraron la trayectoria de EJA en Brasil. Presentar un camino recorrido dentro del contexto escolar en un movimiento de movilización, reflexión, como marca de cambio. Propone plantear reflexiones sobre el largo y conflictivo proceso en el contexto político de EJA en Brasil, que ha atravesado varios escenarios de cambios. Mucho se ha buscado por la transformación de la educación en Brasil desde la época de los jesuitas, en un intento de atender el proceso de alfabetización y escolarización de los más necesitados. Teniendo en cuenta la reducida cantidad de investigación encontrada en la literatura, fue necesario realizar una búsqueda bibliográfica con el fin de identificar el conocimiento de la trayectoria histórica y jurídica, mostrando cómo se inició EJA en Brasil y presentando concepciones contemporáneas desde diferentes ángulos para este tipo. de la educación en el escenario brasileño.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos. Historia. Marco legal

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a trajetória, o marco legal e quadro atual da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A pesquisa relata o papel dos jesuítas com presença significativa no cenário da alfabetização dos habitantes na época da colonização com os índios. Com o objetivo de uma propagação cultural e educacional da fé católica em paralelo com o trabalho educativo. (MIRANDA, SOUZA e PEREIRA, 2016).

A época da colonização, foi um marco de importante significação para o desdobramento do futuro cenário do EJA no Brasil. A partir da década de 30, iniciou uma mobilização por conta do Estado enumerando as responsabilidades criação de planos para atender às demandas voltadas para a modalidade de educação, o EJA.

O cidadão com dificuldades de acessibilidade, ou insucesso educacional por vários motivos, não poderia, nem pode ficar à margem da sociedade por questões pessoais, nem por falta de responsabilidade do Estado.

Considerando que não tiveram acesso à uma educação que possibilitasse o desenvolvimento das competências e habilidades inerentes ao sujeito, independente do movimento obstaculizado que fora o motivo deste distanciamento ao longo de anos.

Para COUTO (1993) O analfabetismo é considerado como uma doença, a qual tem única função, o aniquilamento do organismo, que se multiplica através das múltiplas metástases. O analfabeto não só necessita de oportunidade no contexto escolar, mas de uma relação afetiva e compreensão.

O movimento de ações deve ser contínuo e operante, pois os alunos da modalidade da EJA passam por situações beirando a segregação de pessoas que não tiveram suas oportunidades seladas e atendidas, ao longo do tempo tratado com aceitação na sociedade a que pertenciam. De acordo com a conveniência de cada grupo social, a seleção social sempre aconteceu desde a época da colonização, aspecto abordado.

No itinerário da educação, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), faz parte do cenário da história da Educação no Brasil, contudo necessita de mais empenho, dedicação e amor do Estado, afinal é um direito de todos, o acesso a comunidade escolar educativa. Mas ainda assim, é uma área com grande deficiência. É necessário ultrapassar o simples ato de ajudar ou remendar, o esforço para o caminho de uma democratização globalizada no que tange a acessibilidade ao aprendizado e ao conhecimento.

Todos que participam do cenário da educação, deverão ser agentes ativos e efetivos na busca de construir novas políticas que promovam a acessibilidade dos alunos na modalidade da EJA,

promovendo assim, um ambiente de ensino e aprendizagem. Não deve ser negligenciada ou desmerecida, mas sim, buscar fontes de fortalecimento para sua solidificação na educação brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Trajetória Histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que absorve um público-alvo bem específico, o público de jovens e adultos. O cenário da história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil firma um novo contexto de concepção na referência da representação na forma teórica de uma política pública na educação que almejasse promover uma significativa mudança na esfera educacional do Brasil, criando oportunidades a pessoas que não tiveram acessibilidade à escolarização no momento oportuno.

Após o surgimento da educação Jesuítica, a Educação de Jovens e Adultos foi instituída no Brasil com fins de atender a formação indígena e catequista da Igreja Católica, que teve como marca de resistência no aspecto mais preponderante. Visto que, ao longo do tempo, passou por vários momentos de inquietação social.

De acordo com MIRANDA, SOUZA e PEREIRA (2016) et.al STRELHOW, o apogeu da EJA se deu desde a época de sua colonização. No Brasil, o processo de alfabetização, ou melhor, para o período da catequização pelos Jesuítas, que se dedicavam tanto às crianças indígenas como índios adultos em uma acentuada ação cultural e educacional, tinha o claro objetivo de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. Contudo, a educação de adultos entra em falência e todo o este processo instalado pelos Jesuítas chega ao final no século XVIII, com chegada da família real, ocasionando a expulsão dos mesmos, como consequência negativa a educação acaba ficando às margens do império.

Na história do sistema educacional do Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), possui uma trajetória de muito esforço no processo democrático no que tange ao desdém com as pessoas que perderam oportunidades vastas de acesso ao conhecimento através do ambiente escolar. Não somente a questão da acessibilidade, mas perpassa também, pelo fator afetivo, visto que, no processo de ensino – aprendizagem, a relação afetiva faz parte do contexto de envolvimento do professor e dos alunos, ambos envolvidos no desenvolvimento do saber e do conhecer. As instâncias governamentais tinham grande responsabilidade com a imersão da população jovem e adulta do Brasil nas fronteiras do mercado de trabalho. O ser humano, é parte integrante do processo formativo no cenário emocional e coeso.

Estudos datam que se deu início em 1920, baseados em questionamentos sobre o que fazer para suprir a necessidades de manter o ensino de Adultos, além disso, quem assumiria essa modalidade, já que se tratava de uma necessidade pública.

A educação no Brasil, iniciou suas discussões na década de 30, período de eclosão dos planejamentos, projetos e formatação da história da educação. Iniciando com a junção da Educação e Saúde em 1930, até chegar ao documento definido constitucionalmente pelo Art. 150 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, na qual estava assegurado somente o ensino integral. Ainda neste momento o governo estabeleceu como obrigatoriedade do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional, após a criação o Plano Nacional de Educação, MIRANDA, SOUZA e PEREIRA (2016).

Ainda com MIRANDA, SOUZA e PEREIRA (2016), em 1945 surgiram muitas críticas aos adultos analfabetos. A educação de adultos ganhou destaque na sociedade, com esforço, luta e dedicação, buscando uma educação igualitária e com qualidade para todos. A partir daí, a Educação de Adultos assumia um cenário de importância e notório valor na sociedade, graças a mobilizações da população.

De acordo com os documentos do Ministério da Educação, em 1942, com a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, e programas para o ensino de adultos, foi possibilitada a ampliação da educação no intuito de viabilizar soluções para combater o analfabetismo adulto e infantil, com taxas significativas, considerando o nível de analfabetismo que colocava o Brasil como um país subdesenvolvido, além disso, o cenário não apresentava esforços para mudar tal realidade, sendo cobradas atitudes emergenciais por parte na UNESCO, visando soluções para erradicar o analfabetismo, além de estabelecer metas para alfabetizar a população em situação de analfabetismo, levando os órgãos governamentais a se movimentarem na busca de entender o processo de Educação de Jovens e Adultos.

A UNESCO foi fomentadora de grande discussão sobre o analfabetismo no Brasil. Haddad, (2000) esclarece que a função da UNESCO foi alertar para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos no processo de desenvolvimento das nações, com vistas a recuperação econômica do País.

Muitos movimentos aconteceram em função desse projeto para erradicar o analfabetismo. Interesses políticos se preocupavam com o status de país subdesenvolvido, disponibilizando esforços para melhorar o profissional analfabeto visado à recuperação do atraso econômico e industrial brasileiro.

O período da institucionalização do sistema educacional brasileiro dividiu em três graus em superior, o ensino do primeiro grau, posteriormente surgiu o ensino do segundo grau.

Compreendia cinco ramos, sendo um deles com a finalidade de preparação para o ensino superior e os demais para formar força de trabalho para os principais setores de produção: o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal. Este último para formação de professores para o ensino primário. (BRASIL, [s.d.] [s.p.]).

Diante do contexto histórico, em 1959 chegou através do Decreto nº 47.251/59, os primeiros sinais para a Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

Final da década de 60, foi criada a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (Lei nº 5.379/67). Um dos objetivos, era a promoção da alfabetização como objetivo de promoção ao processo de ensino e aprendizagem para a leitura de mundo, área profissional e das relações cotidianas, além da educação continuada para os analfabetos.

A partir da década de 70, vários acontecimentos fixaram novos caminhos para a educação brasileira, entre elas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB (Lei nº 5.692/71), que tinha por objetivo principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Exatamente em 1985, através do Decreto 91.542/85, começa o movimento para a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz a proposta de selecionar, adquirir e distribuir os livros didáticos de forma gratuita para todos os alunos matriculados na rede pública do ensino fundamental, a nível nacional. Proporcionando de forma igualitária o estudo e o processo de ensino e aprendizagem.

A década de 90, despontou de forma quali-quantitativa, os projetos para formatação e solidificação da evolução educacional no Brasil. Toma-se como exemplo a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com o objetivo de ser o indicador diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem auxiliar na identificação do que pode interferir no desempenho do estudante. Melhorando assim a qualidade do ensino nacional.

Na atualidade, de acordo com o INEP–Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao órgão, realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Inicia-se nesta mesma década, a experimentação do programa Salto para o Futuro, o Programa de Crédito Educativo (PCE) para estudantes carentes e com bom desempenho acadêmico em cursos universitários de graduação, a Lei nº 8.436/92. Criação da TV. Em 1996, surge a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, marco da educação brasileira. Dando prosseguimento, é criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como instrumento de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas.

Normatização do EJA Na Educação Brasileira

O texto supracitado fez um apanhado marcos importantes na história da educação brasileira, entretanto a normatização da EJA sua trajetória na década de 60, exatamente em 15 de dezembro, com a criação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), através da Lei nº 5.379. Contudo em 1985, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com objetivo de criar oportunidades igualitárias com relação ao retorno e acessibilidade ao ambiente escolar, desenvolve caminhos para a evolução do programa Educação para Todos, que a partir daquele momento, recebe a denominação de Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar).

De acordo com o Decreto de nº 91.980/85, o programa iniciou com o objetivo de impulsionar ao ensino da alfabetização a e educação básica, para todos que desejam retornar às salas de aula, contudo existiam obstáculos que os impediam este acesso. Como exemplo de obstáculos tem-se a não conclusão, a necessidade de trabalhar para o sustento familiar, entre outros casos.

Apesar de todo o esforço, a história nos mostra o quanto é necessário repensar nesta fatia da educação que aos poucos está sendo deixada de lado, por conta da falta de políticas que reacendam a Educação de jovens e adultos, no contexto nacional da educação brasileira. Não é possível falar de educação inclusiva e deixar de fora, todas a pessoas que por fatores pessoais e externos, tiveram que deixar por algum momento o ambiente escolar.

Durante quase quatro séculos, observa-se o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos. Historicamente, constata-se o desenrolar de uma educação seletiva, discriminatória e excludente. Esta realidade pode ser comprovada pelos dados do Censo Nacional de 1890, que verificou a existência de 85,21% de “iletrados” na população total brasileira (PAIVA, 1983; apud SEC-Paraná /2006, p.16).

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens E Adultos da Secretária de Educação do estado do Paraná, no final do século XIX e início do século XX, no emergente contexto ao desenvolvimento urbano industrial, foram aprovados projetos de leis que tinham como foco principal, a necessidade da inclusão da educação de adultos. Por questões da política da época, era necessário o aumento quantitativo do contingente eleitoral.

Dentro do contexto do documento da SEC-Paraná, para atender aos interesses das elites. A escolarização passou a se tornar critério de ascensão social, referendada pela Lei Saraiva de 1882, incorporada depois à Constituição Federal de 1891, que impediu o voto ao analfabeto, alistando somente os eleitores e candidatos que soubessem ler e escrever.

Em 1925, por meio da Reforma João Alves, apresenta a proposta de inserir no contexto educacional o ensino noturno para jovens e adultos, com o intuito de atender aos interesses da classe dominante, que por volta de 1930, iniciava um movimento contra o analfabetismo.

O analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com suas múltiplas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além o crime. Exilado dentro de si mesmo como em um mundo desabitado, quase repellido para fora da espécie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena e a nossa desídia indigna de perdão enquanto não lhe acudirmos com o remédio do ensino obrigatório. COUTO, 1933; apud SEC-Paraná/2006, p.17).

Apesar de todo o esforço, a história nos mostra o quanto é necessário repensar nesta fatia da educação. O ensino de jovens e adultos precisa ser reconsiderado de maneira que não haja lacuna na sua permanência, quanto a esperança de pessoas que estão ainda, fora das escolas.

Diante disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96, no quesito a respeito do EJA, apresenta de forma clara no Art. 37 a seguridade do ensino aos jovens e aos adultos, que de alguma forma, não conseguiram concretizar os estudos com idade regular.

Camargo (2011) traz uma reflexão sobre o importante papel do professor, se torna essencial no sentido de tentar driblar as dificuldades e desempenhar um trabalho satisfatório/significativo para os alunos que vêm dar continuidade ao seu processo de escolarização ou para aqueles alunos que, pela primeira vez, frequentam os bancos de uma instituição escolar, assim como, também, aprendem a escrever e a ler, de forma sistematizada, as primeiras palavras.

Diante de vários obstáculos, é possível perceber o qual é necessário um empenho maior nas questões educativas que envolvem o ensino da Educação de Jovens e Adultos, pois não perpassa apenas pelo segmento da técnica, das ações do poder público, dos vários projetos, mas sim pela simples razão do cuidado com o outro. Perceber que estamos diante de uma necessidade não só profissional, mas de caráter moral e humanizador.

Panorama Atual da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O panorama atual apresentado no contexto da modalidade EJA vem se desenhando a cada dia com mais preocupação, visto que, os incentivos financeiros e recursos pedagógicos materiais, vem sendo reduzidos significativamente ao longo do tempo.

Percebe-se que desde 2016 a EJA vem sofrendo com a negligência por parte dos governos em geral. Diversos fatores reforçam esse pensamento, dentre eles a falta investimento do Estado na modalidade, gerando descaso e desconforto no confronto de problemas relativos aos recursos voltados para melhoria do trabalho com a EJA.

Um dos aspectos é o preparo do profissional de educação com formação específica para a modalidade, pois, nota-se que, na maioria das vezes o profissional não apresenta o perfil necessário, fazendo valer posturas adotadas nos outros segmentos, das quais não se preocupam com as especificidades inerentes a modalidade.

A EJA tem particularidades que se fossem observadas, seriam escolhidos profissionais com a mais alta habilidade e formação especializada. Os alunos dessa modalidade já passaram por diversos cenários no contexto escolar, ou não, principalmente por ter alunos que resolveram estudar na maior idade, já que tiveram suas chances ceifadas na infância. Além disso, questões étnicas, com inserção de indígenas, quilombolas, pessoas do campo, muitas mulheres em situações diversas, e o mais delicado de todos, pessoas de origem pobre, com o mínimo de recursos.

Essa conta perpassa por, pelo menos, 12 milhões de Brasileiros que não conseguiram concluir os ensinos, ou nunca adentraram a uma sala de aula, segundo dados coletados pelo IBGE, 2017. Segundo o mesmo, cerca de (14,6% do total) não concluíram o Ensino Médio, assim como (1,5%) estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) somando uns 10,5 milhões de adolescentes na faixa entre os 15 e os 17 anos.

São inúmeras as justificativas para índices tão alarmantes, sendo o trabalho o mais relevante. Para mulheres, a gravidez precoce e a necessidade de cuidar dos seus lares são os maiores empecilhos para se manterem na escola.

Nunca é tarde para aprender, no entanto, processos que seriam bem assimilados por jovens no período normal do processo são negligenciados na EJA, favorecendo na maioria das vezes, a desistência desses alunos. Logo, a formação dos profissionais atuantes nessa modalidade deveria ser ainda mais específica. Pierre Furter (1972), explica que a realidade do adulto é diferente da realidade da criança, no entanto, pouco se alinha esse princípio nas metodologias aplicadas.

É comum professores serem direcionados às turmas para cumprir uma carga horária dentro de sua necessidade, ou até mesmo por orientação da Instituição nas turmas da EJA. O chocante é que muitos não apresentam experiências com a clientela. São situações de trato importante, porém, pouco se dá atenção.

Alicerçado em Gadotti (2014), a andragogia², é um trabalho específico para adultos, nos quais se justifica pautado na necessidade de contemplar características que possam ter como eixos fundamentais a aplicabilidade, a autonomia, a auto diretividade, as experiências prévias, a interatividade, situações de segurança e respeito, reflexão e feedback. Não contemplar esses fatores significa um erro metodológico em muitos programas de EJA, e como resultado o afastamento de muitos jovens e adultos.

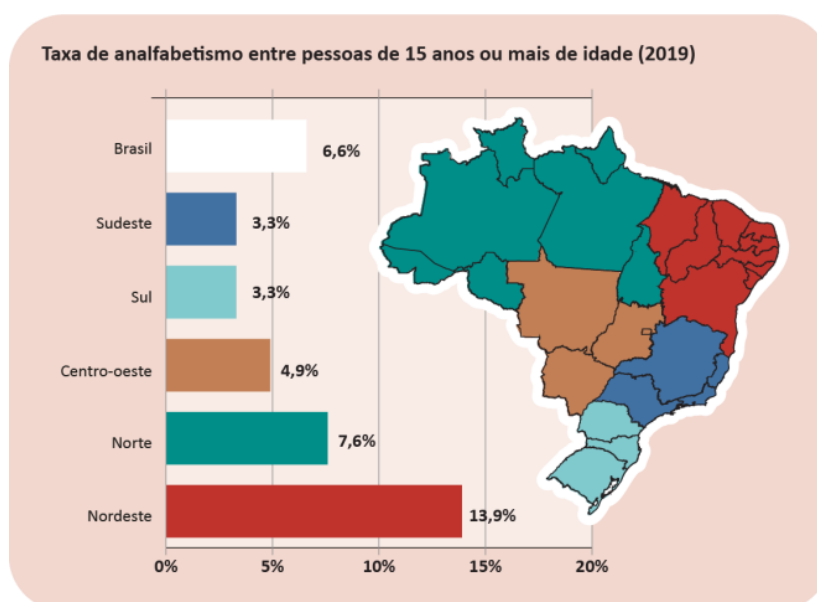
²É uma palavra de origem grega que significa “ensinar para adultos”. Esse termo foi utilizado pela primeira vez em 1833, pelo alemão Alexander Kapp, mas se popularizou na década de 70 com Malcolm Knowles, educador americano que se tornou referência no tema.

Alunos perdem o interesse ao perceber que a EJA apresenta, ainda, um currículo pouco funcional ao analfabeto adulto.

Outro aspecto não menos importante são os acessos e ambientes dispensados para essa clientela. No Brasil, os municípios com condições precárias formam turmas mistas para atender alunos da EJA, essas turmas somam jovens, pessoas com deficiência e idosos no mesmo espaço. Essa união culmina, na maioria das vezes em evasão, por fatores de grande relevância, porém, minimamente observado.

O jovem tem uma postura irreverente, audaciosa, rebeldes e liberais, causando desconforto aos idosos, que por sua vez, são também responsáveis pelos alunos com deficiências. O ambiente se torna impróprio para tantas fragilidades sobreviverem, chegando ao desgaste e abandono pelos “incomodados”. Além disso, nesse mesmo ambiente estão inseridos níveis de aprendizagens diferenciados, o que torna o professor um “fazedor de milagres”. Esses fatores implicam em uma realidade evidenciada na rotina escolar da EJA.

Em 2019, os dados do IBGE sinalizam a atual realidade do ensino no Brasil. Para tanto, é importante observar os gráficos com uma representação geral, em comparativo com dados de 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019

Observa-se, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos).

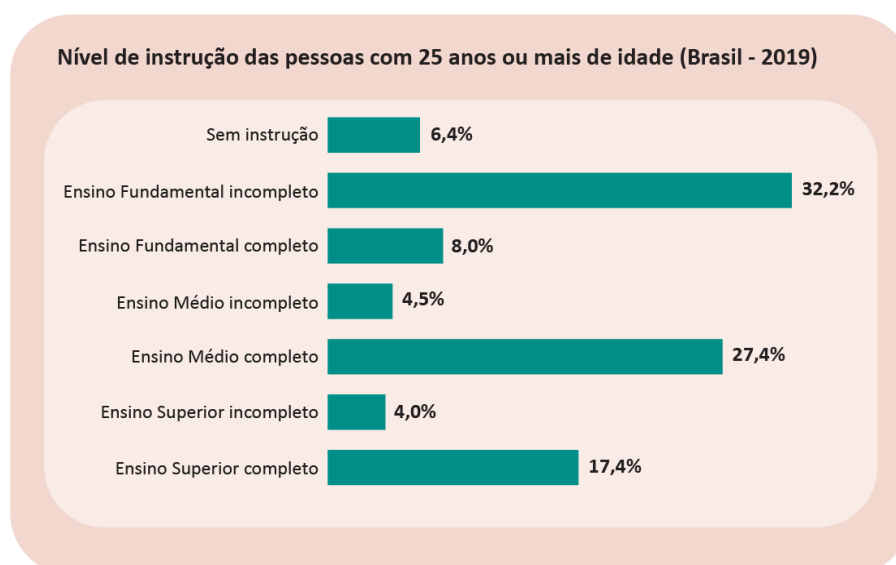
Considerando a taxa de 2018 que trazia 6,8%, uma redução minúscula de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019.

Vale ressaltar que a região nordeste, apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). O que sinaliza uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%. A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%.

Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%).

Diante do exposto, as diferentes variáveis que fortalecem a proposta da EJA estão explícitas, o que remete aos cuidados por parte do governo no combate real dessa situação. A clientela dessa modalidade necessita de atenção e investimentos robustos para recuperação de pontos positivos no cenário brasileiro.

Ainda de acordo com o IBGE, O nível de instrução foi estimado para as pessoas de 25 anos ou mais de idade, pois pertencem a um grupo etário que já poderia ter concluído o seu processo regular de escolarização, ou seja, a adultos do povo brasileiro não acompanha a formação intelectual em idade /instrução.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019

Para constar, os resultados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aponta queda de 7,7% no número de alunos na educação de jovens e adultos (EJA). A redução de matrículas ocorre de forma similar no nível fundamental (8,1%) e no ensino médio (7,1%). A tendência foi registrada pelo Censo Escolar da Educação Básica 2019, publicado em 31 de janeiro. Nesse ano a EJA apresentava 3.273.668 estudantes matriculados.

Levando em consideração o Perfil dos estudantes, os alunos com menos de 30 anos representam 62,2% das matrículas da educação de jovens e adultos. Nesta faixa etária, 57,1% dos estudantes são do sexo masculino. Quando se observa os estudantes com mais de 30 anos, as mulheres correspondem a 58,6% das matrículas.

Questões de Cor/raça não ficaram esquecidas, as informações declaradas ao Censo Escolar quanto ao fator cor/raça dos matriculados na EJA mostram que pretos e pardos predominam nos dois níveis de ensino. No fundamental, o grupo representa 75,8% dos estudantes, enquanto, no nível médio, 67,8%. Os alunos que se identificam como brancos compõem 22,2% da EJA fundamental e 31% da EJA médio.

As discussões em torno desse assunto não se esgotam, a modalidade, considerada resistente, abarca muitas outras dificuldades para se manter. A mais recente, porém, não tão recente, é o fenômeno da juvenilização da clientela, ou seja, o crescente número de alunos menores no noturno

Pesquisas apontam que, desde 2000 alunos com idade entre 15 e 17 anos elevam as matrículas de jovens na modalidade de ensino da EJA em escolas municipais e estaduais do Brasil, pautados na normatização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, dando acesso aos jovens nessa modalidade de ensino.

Nessa perspectiva Freitas (2015) relata que alguns fatores afetam diretamente a escola. As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais são alguns fatores exigindo novos procedimentos educativos que atendam às diversas necessidades dos educandos nas diferentes modalidades de ensino.

O número de alunos em distorção idade ano é alarmante, estando as escolas viabilizando meios para atender aos alunos em turnos diurnos para evitar a superpopulação de jovens menores em situação de risco, em ambiente impróprio noturno. Além disso,

o grande desafio de regularização do fluxo escolar, ou seja, de assegurar a universalização da conclusão do ensino compulsório precisa ser enfrentado, garantindo condições de efetiva aprendizagem, sem negligenciar as novas necessidades de conhecimentos e habilidades requeridas no atual processo de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL, 2011, p. 10).

Sendo assim, a escola, mais uma vez precisará se reinventar para atender essa nova situação que vem se alargando no contexto educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abre um horizonte para a realidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Lembrar da formação jesuítica no período colônia na alfabetização de índios é uma comprovação do quanto essa modalidade se configurou importante na sociedade ao longo da história brasileira.

Durante anos foram implantados sistemas que pudessem promover essa modalidade para uma efetiva ação dos alunos da EJA. No entanto, o retrocesso das políticas públicas, as mudanças de propostas e a falta de investimento são fatores preponderantes no insucesso dos programas propostos.

A falta de iniciativas para efetivação de programas pontuais para a promoção dos alunos dessa clientela é ainda mais preocupante. Fatores de descaso com as classes formadas para ação pedagógica, vem influenciando a desistência dos alunos em panorama nacional.

Percebe-se que diante de tantas demandas sócias, o jovem trava uma batalha para se manter na escola. No entanto, o fator resistência se fragiliza em determinados momentos em que o indivíduo precisa decidir se sua frequência é importante numa sala sem incentivos e estímulos para sua existência, sendo o professor o articulador necessário para fomentar a importância desse aluno em sala de aula.

O aluno da EJA já traz consigo uma história de vida que, na maioria das vezes foi desenhada em “preto e branco”, ou seja, é uma história que exige uma abstração significativa para ser entendida. Logo, a iniciativa de passar pela experiência de estudar no noturno, depois de um dia de trabalho, é algo que merece todo e qualquer respeito.

Nesse contexto, influenciar o conhecimento do adulto, implica de forma direta na evolução dele enquanto pessoa e como profissional. O aluno adulto passa a ser visto, então, como um indivíduo que precisa de educação diferenciada, inserida em sua realidade de vida e é nesse contexto.

Fatores importantes devem ser considerados, dentre os quais o conhecimento da andragogia. Assim, o profissional, fortalecido numa teoria alinha sua prática para resultados mais eficientes.

Vale ressaltar que o baixo desempenho do aluno pode estar diretamente ligado ao ineficiente trabalho do professor. Tendo mais um motivo para o desinteresse do aluno em frequentar as aulas, e como resultado o abandono.

Assim como é também abordado a juvenilização da EJA, fator previsto e normatizado por lei, porém com situações que remetem atenção especial. O fator positivo de não desistir dos estudos é gratificante, porém a imaturidade dos jovens em aulas noturnas, geram desequilíbrio no convívio entre a população mais amadurecida.

Os dados trazidos e expostos têm a finalidade que propor uma reflexão sobre o cenário estatístico da EJA no Brasil. A formação do povo visualizada nos gráficos demonstra o quanto é preciso se preocupar com a educação de jovens e adultos, visto que, a busca pela alta qualidade de ensino é algo presente em todos os países que já perceberam que a população educada é uma população que levará o país ao crescimento. Dito isso em diversas instâncias, pois um cidadão bem formado intelectualmente não cresce sozinho, ele eleva o patamar de crescimento do seu país.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Poliana da Silva Almeida Santos. **reflexões sobre afetividade, Educação de Jovens e Adultos – EJA e a teoria das representações sociais: influências no processo de ensino-aprendizagem.**2011.

FREITAS, L. M. **Interfaces entre o Ensino médio regular e a juvenilização na EJA:** Diálogos, entrelaçamentos, desafios e possibilidades sobre quefazeres docentes. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2015.

FURTER, Pierre. (Tradução: Teresa de Araújo Penna) A Educação Permanente na perspectiva do desenvolvimento cultural. In: Educação Permanente e desenvolvimento cultura. Petrópolis: Vozes, 1974.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos.** São Paulo: Moderna, 2014.

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, Curitiba, 2006

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8301. Acesso em 17 maio 2021.


IBGE EDUCA JOVENS. BRASIL. **Caderno de Reflexões – Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental.** Brasília: Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em 17 maio 2021.

INEP INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 10/05/2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. **Conheça a história da educação brasileira.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em :09/05/2021.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Via Comunicação.** Disponível em:

MIRANDA, L. C.P., SOUZA, L. T., PEREIRA, I. R. D. (2016). **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade.**



Tecnologias educacionais como metodologia de ensino

Luzimar da Conceição Silva
Ederson Wilcker Figueiredo Leite

DOI: [10.29327/539929.1-4](https://doi.org/10.29327/539929.1-4)

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS COMO METODOLOGIA DE ENSINO

DOI: 10.29327/539929.1-4

Luzimar da Conceição Silva
Ederson Wilcker Figueiredo Leite

RESUMO

Neste material utilizou-se a plataforma do Youtube e Google Docs para a aprendizagem colaborativa. Como objetivo foi apresentado às ferramentas do Google e como estes podem colaborar para a criação de ambientes inovadores. O público-alvo se constituiu por docentes de instituições de ensino público do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Analisa-se que, a nova cultura da aprendizagem exige uma nova postura de aluno e professor, tal abordagem é um dos interesses entre a cultura digital e a prática cotidiana dentro e fora da sala de aula em relação à tecnologia digital, para que os docentes consigam transferir aos alunos as vantagens das novas ferramentas e aplicativos tecnológicos. Concluiu-se que as ferramentas se aliam ao processo de ensino colaborativo, ressaltando que, o Google Docs possui meios que altera e modifica a aprendizagem, proporcionando ao mesmo tempo a interação da teoria com a prática, além de permitir o compartilhamento dos saberes entre o público participante.

Palavras – chave: Tecnologia. Ensino. Educacionais.

ABSTRACT

In this material, the YouTube platform and Google docs were used for collaborative learning. As a goal, it was introduced to Google tools and how they can collaborate to create innovative environments. The target audience consisted of teachers from public education institutions in Elementary and Secondary Education. It is analyzed that, the new culture of learning demands a new posture of student and teacher, such an approach is one of the interests between digital culture and daily practice inside and outside the classroom in relation to digital technology, so that teachers able to transfer to students the advantages of new technological tools and applications. It was concluded that the tools are combined with the collaborative teaching process, emphasizing that Google Docs has means that alters and modifies learning, while providing the interaction of theory with practice, in addition to allowing the sharing of knowledge between the participating public.

Keywords: Technology. Teaching. Educational.

RESUMEN

En este material, se utilizó la plataforma de documentos de Youtube y Google para el aprendizaje colaborativo. Se presentó el objetivo a las herramientas de Google y cómo pueden colaborar para crear entornos innovadores. El público objetivo estuvo constituido por profesores de instituciones de educación pública de la Escuela Primaria II y Bachillerato. Se analiza que la nueva cultura de aprendizaje requiere una nueva postura de alumno y docente, tal enfoque es uno de los intereses entre la cultura digital y la práctica cotidiana dentro y fuera del aula en relación a la tecnología digital, para que los docentes puedan trasladarse a los estudiantes las ventajas de las nuevas herramientas y aplicaciones tecnológicas. Se concluyó que las herramientas se combinan con el proceso de enseñanza colaborativa, destacando que Google Docs tiene medios que alteran y modifican el aprendizaje, al tiempo que brindan la interacción de la teoría con la práctica, además de permitir el intercambio de conocimientos entre la audiencia participante.

Palabras clave: Tecnología. Enseñando. Educativo.

INTRODUÇÃO

Em função da pandemia do Covid-19 ocasionou-se mudanças e impactos na economia social e na educação. Alterando os modelos, estratégias e práticas pedagógicas tanto para os docentes quanto aos discentes no que se refere ao processo de ensino aprendizagem, com a necessidade de se apropriar das novas tecnologias e trabalhar o conteúdo pedagógica com os alunos no período de isolamento social. Neste contexto a linguagem digital é compreendida e a utilização da tecnologia favorece a realização de experiências criativas e inovadoras, as escolas públicas brasileiras promovem a inclusão digital dinamizando e qualificando o processo de ensino com vistas à melhoria da qualidade da educação. De acordo com Oliveira (1997), é oportuno que o professor faça uma autorreflexão sobre sua prática pedagógica e busque alternativas para planejar em sala de aula os novos recursos digitais.

Neste contexto, pretende-se incentivar a utilização do computador e da web 2.0, como instrumento metodológico na modalidade do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Para este estímulo, optou-se pelo uso do Google Docs, para a aprendizagem colaborativa, possibilitando a criação, edição e visualização de documentos de texto, permitindo o compartilhamento entre usuários e, também o uso do Youtube para disponibilizar vídeos sobre o uso de Tecnologias na Educação. Desta forma, o objetivo foi apresentar as ferramentas Google Docs através da plataforma do Youtube, descrevendo de que forma podem contribuir para criar cenários de aprendizagem inovadores e facilitar o processo de ensino.

Entende-se que, a linguagem do vídeo na plataforma do Youtube corresponde à sensibilidade da grande maioria das pessoas, distanciando-se do gênero do livro didático, atividades da sala de aula e da rotina escolar. Para Moran (1995), o vídeo é sensorial, visual, linguagem falada, linguagem musical e escrita. Linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não separadas. Daí a sua força. Atingem-nos por todos os sentidos e de todas as maneiras.

Nesse cenário, a pesquisa proporciona aos professores, o uso de Tecnologias para favorecer o processo de ensino, possibilitando uma postura de facilitador da aprendizagem, onde o uso do Youtube passa a auxiliar o docente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Aprendizagens Tecnológicas

A função social da escola ganhou novas dimensões, para além da sala de aula e/ou dos muros da escola, portanto, ela terá de se abrir para o mundo real e reinterpretar o seu papel dentro do social. Da mesma forma, é fundamental que ela esteja atenta às mudanças e aos avanços tecnológicos, a fim de se beneficiar deles, trazendo para si novas propostas de ação que favoreçam o desenvolvimento do

professor e a aprendizagem do aluno, para colocá-los em sintonia com o momento atual (VALIM, 2007, p. 26).

Santos e Resende (2014) enfatizam que ainda é comum relatos justificando a não familiaridade do profissional docente no manuseio da Tecnologia Dirigida de Informação e Comunicação - TDIC. Muitos, por serem analfabetos digitais, alegam não receber orientação para utilizar determinados equipamentos e até mesmo colocam a culpa na falta de tempo por planejar uma aula nos padrões tradicionais. Para Leite (2015), que esse despreparo tecnológico deixa os professores em desvantagem frente a um público que nasceu imerso nesse contexto e para Moran (2015) as tecnologias digitais provocam mudanças significativas na educação. Elas trazem tensões, possibilidades e desafios à sala de aula, assim, integrar tais tecnologias exigem do docente uma postura mais crítica e reflexiva da sua prática educativa.

Partindo deste pretexto é necessário um novo perfil de profissional, isso exige que cada educador aplique em seu próprio desenvolvimento, para que consiga transferir aos alunos as vantagens das novas ferramentas e aplicativos tecnológicos. Assim, necessita-se reinventar a profissão de educador a partir da pedagogia intelectual. Nessa pedagogia, a escola tem a oportunidade de tornar-se o universo de todos os clamores, todos os discursos e todos os textos. O desafio mais instigante é o do professor, que pode finalmente reinventar-se como alguém que vem dialogar e criar as condições necessárias para que todas as vozes sejam ouvidas e cresçam juntas. (RAMAL, 2000, p.9).

Diante da fala de Ramal (2000), o uso dos aplicativos e suas ferramentas cativam a concentração e criatividade tanto do aluno quanto do professor, onde fazem parte de seu contexto, ambos aprendem e interagem de forma mais rápida, criando, compartilhando e colaborando. Contudo, o aluno necessita encontrar sentido naquilo que está aprendendo. Por esta razão, é importante que o professor crie situações que propiciem a uma aprendizagem significativa envolvendo sua base de conhecimentos e relacionando conceitos novos com aqueles já existentes.

Ao se apropriar deste entendimento tecnológico, torna acessível à educação, isso dará ao educador um novo entendimento na organização de seu conhecimento.

Segundo Rosiani, (2009), não basta à escola adquirir recursos tecnológicos e materiais pedagógicos sofisticados e modernos, mas os professores limitarem-se apenas ao treinamento para o uso destes. Faz-se necessário na educação, construir novas concepções pedagógicas elaboradas sob a influência do uso dos novos recursos tecnológicos que resultem em práticas que promovam o currículo nos seus diversos campos dentro do sistema educacional.

Desta forma, os recursos tecnológicos podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação mais estimuladora, ganhando destaque enquanto recurso pedagógico.

Youtube como Ferramenta Educacional

Entre todas as ferramentas tecnológicas oferecidas pela internet, um dos mais conhecido e usado é o YouTube. Na plataforma do Youtube, onde estão inseridos os vídeos está disponibilizado um espaço para comentários e também a opção de respostas, é notória as duas formas de interação reativa - ou interação com a mídia: apoiar o comentário (a figura da mão com o dedo polegar para cima) ou negá-lo (a figura da mão com o dedo polegar para baixo).

(...) o Youtube deve ser utilizado como ferramenta pedagógica devido a sua interatividade, fascínio da linguagem, visualizar, curtir e compartilhar, possibilidades de autoria e coautoria. Com a mediação do professor é possível estabelecer uma parceria ou coautoria no processo educativo, em que ambos, professor e aluno, aprendendo e ensinando ao mesmo tempo e dividindo a responsabilidade ao longo da caminhada se fortalecem (KAMERS, 2013, p.111).

De acordo com o pensamento de Kamers (2013), o uso do Youtube educativo é um dos recursos oferecem flexibilidade para a autonomia da aprendizagem, além de ser um dos canais mais usado por professores que procuram inovar conteúdos corriqueiros. Neste sentido, uma das possibilidades do uso educacional é fazer um “destaque” em cima da produção do vídeo que se está trabalhando realizando uma busca de outros vídeos sobre o assunto armazenado no Youtube. Este é um dos recursos que pode ser explorado, ao preparar um vídeo anotado. O vídeo anotado do Youtube induz o interesse dos alunos por ser visual.

Dallacosta (2007), conclui que os vídeos anotados podem modificar o planejamento pedagógico do professor e que essa modificação traz diversas vantagens, como incentivar e intensificar o uso do vídeo como recurso educacional, auxiliando a prática pedagógica do professor e complementando o aprendizado do aluno. Para Mattar, J. (2009), o crescimento do fenômeno de vídeos baseados na Web, do qual o Youtube é um ícone, ampliou o repositório de conteúdo livre que pode ser usado na EaD, segundo ele nunca antes foi tão fácil localizar, produzir e distribuir vídeos online.

No entanto, a possibilidade de se editar esses vídeos, incluindo anotações, balões de fala, pausa e links para outros vídeos, pode ser de grande valia, pois o indivíduo não será somente aquele que assiste, mas sim aquele que modifica seu conteúdo.

Ressaltando que, fazem parte desta plataforma um grupo de pessoas, produtores de vídeos, espectadores e usuários dedicados à interação textual. Essa perspectiva coloca em desafio a observação e a investigação, de como as pessoas interagem em diferentes contextos, considerando o entendimento e a coerência de cada um.

Google Docs como Ferramenta Educacional

O Google Docs, também conhecido como Google Drive é da mesma família da maior ferramenta de busca disponível na web. O Google hoje deixou de ser apenas um buscador para tornar-se um “paraíso da Web 2.0”.

Formado por ferramentas gratuitas: Textos colaborativos (digitação), planilhas de cálculos, apresentações de slides e formulários. Assim, o Google Docs consiste em um pacote de programas de escritório semelhante ao Office da Microsoft ou ao BrOffice da Sun, com o diferencial de que é gratuito, on line e permite a colaboração na edição dos documentos. Além disso, os “docs” do GoogleDocs são compatíveis com os demais pacotes de ferramentas para escritório, podendo ser salvos, lidos e editados por qualquer um deles. Para acessar e poder usar o GoogleDocs basta ter uma conta no Google. Há uma infinidade de possibilidades de uso pedagógico ou de suporte às atividades do professor com o pacote gratuito de escritório do GoogleDocs. (ANTONIO, J.C.08 fev. 2010).

Para Figueredo & Fagundes (2016), esta ferramenta pode ser utilizada pelo professor para ampliar a capacidade dos alunos em elaborar textos, pesquisar, emitir opiniões e debater um determinado assunto com os demais alunos por meio digital. O editor de texto do Google Docs permite a criação de textos compartilhados, por exemplo, o professor pode propor a criação de textos de forma colaborativa por equipes de alunos e criar um doc compartilhado por todos de uma mesma equipe e pelo professor. O Google Docs permite que até dez pessoas editem um documento simultaneamente e esse documento pode ser compartilhado com até 200 pessoas. De acordo com Antonio (2010), essa possibilidade de uso e edição compartilhada é útil para, entre outras possibilidades.

- I Propor produção de textos colaborativos;
- II Propor a realização de trabalhos em grupo;
- III Criar glossários dinâmicos.

Nesse contexto, em que a linguagem digital é compreendida e a utilização da tecnologia favorece a realização de experiências criativas e inovadoras, as escolas públicas brasileiras promovem a inclusão digital dinamizando e qualificando o processo de ensino com vistas á melhoria da qualidade da educação, porém é essencial que o docente tenha pelo menos noções básicas de computação. Oliveira (1997) afirma que:

A entrada dos computadores na educação, provavelmente, será propulsora de uma nova relação entre os professores e alunos, uma vez que a chegada desta tecnologia sugere ao professor um novo estilo de comportamento em sala de aula, talvez, até, independentemente da forma de utilização que ele faça deste recurso no seu trabalho [...] (OLIVEIRA, 1997, p. 92)

De acordo com Oliveira (1997), os avanços tecnológicos favorecem ao professor em seu papel como facilitador da aprendizagem, e é dever do docente capacitar-se, para que possa utilizar as ferramentas com mais afinidade o que facilitará na construção de uma metodologia prazerosa para com seus alunos. Desta forma, o avanço tecnológico no campo educacional tem sido visto positivamente, tal fato acontece pela facilidade de obter informações com maior rapidez, evoluindo o aprendizado de forma inovadora.

Portanto, o educador inovador proporciona um planejamento diferenciado utilizando as ferramentas pedagógicas digitais, visto que não é mais uma opção, mais necessárias no contexto educacional, oportunizando assim, uma aula dinâmica e produtiva.

METODOLOGIA

São sujeitos desta pesquisa de campo professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, da Escola Estadual Maria Neusa Carmo de Sousa, escola pública localizada na Cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Uma das abordagens na pesquisa é o YouTube, como um dos recursos gratuitos que fornece flexibilidade à autonomia da aprendizagem, embora muitos dos benefícios ainda não tenham sido explorados. Com este propósito utilizou-se a plataforma de vídeos do Youtube, como ferramenta educativa para disponibilizar o material.

Diante disso foi produzido um vídeo que está postado no canal no Youtube, com o tema: como criar e compartilhar documentos Google, neste vídeo apresentou-se algumas das possibilidades de uso das ferramentas “documentos do Google”, edição compartilhada como recurso no ensino colaborativo da aprendizagem. O canal é acessível pelo link https://youtu.be/fyHWKx3ydQw_ e comentários de usuários externos (não docentes da escola campo) são utilizados na pesquisa com objetivo de confrontar os dados e obter melhor parâmetros para a análise dos dados.

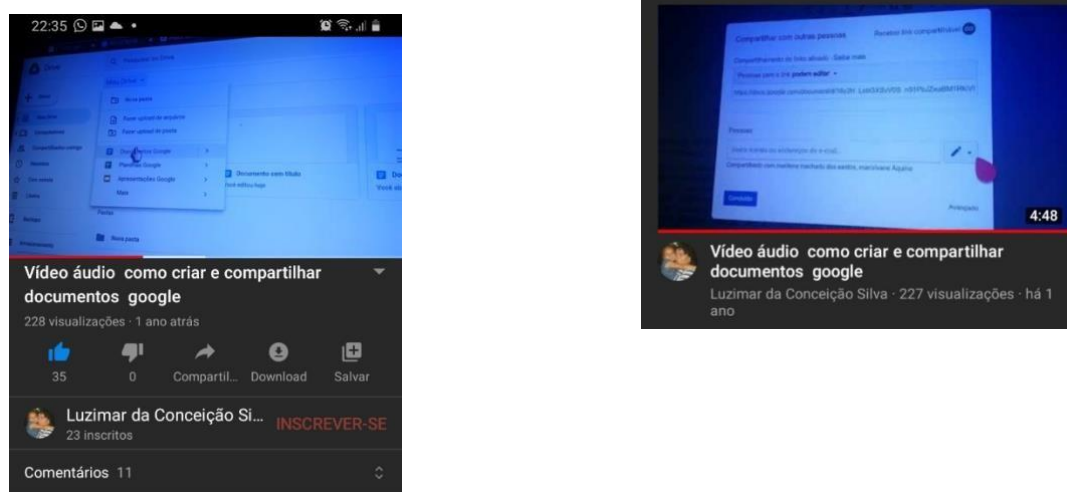
Para facilitar o acesso ao canal e promover o conhecimento dos conteúdos, foi disponibilizado o link no grupo do whatsapp da escola campo, para que os professores e gestores pudessem visitar o canal do Youtube e fazerem suas considerações sobre o conteúdo no próprio canal, com objetivo de refletir sobre o material como recurso educacional na aprendizagem colaborativa, além de expandir conhecimentos.

A pesquisa teve a participação de 10 docentes, sendo 06 educadores que atuam na Educação do Ensino Fundamental II e 04 atuam na educação do Ensino Médio. Através dos sujeitos obtiveram-se os dados desta pesquisa, de forma quantitativa e qualitativa, os quais embasaram as análises dos resultados. Os dados quantitativos foram obtidos pelos acessos e registros disponível nas plataformas e

os dados qualitativos foram através de entrevistas dirigidas. Os dados da pesquisa foram extraídos pelo período de 10 meses, sendo abril de 2019 a janeiro de 2020.

Ressaltando que, este material começou a ser produzido em março de 2019 depois de uma aula no qual o professor já alertava sobre o tema, a escolha e disponibilidade do orientador, e a construção do trabalho, e como é preocupante esta questão entendeu-se a importância para a pesquisa e construção do material e em abril de 2019 foi disponibilizado no canal do YouTube.

Figura 1. Fotos do canal



Fonte: Dados da pesquisa.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A criação de um canal no Youtube e a postagem do vídeo oportunizou novas visões metodológicas por parte dos docentes propiciando interatividade entre os sujeitos envolvidos neste ambiente. Tal análise foi permitida após citações positivas realizadas pelos sujeitos, conforme relatos mais relevantes estão descritos a seguir:

Docente 1: “ao assistir o vídeo me permitiu ver uma nova visão metodológica para trabalhar com os alunos, pois não conhecia esse tipo de interação e permitiu inovar meu fazer docente”.

Docente 2: “Uma verdadeira fonte de conhecimento, ajudou bastante, estava procurando um vídeo assim”.

Docente 3: “Bem explicado, vai me ajudar muito, na interação com os alunos”

Docente 4: “Vídeo rápido, didático e coerente.” muito bom.

Docente 5: “ Agora tenho uma nova metodologia inovadora que me permite acompanhar a conectividade dos alunos”

Docente 6: “Um vídeo claro e objetivo, vou utilizar como material de apoio em meus trabalhos interativos com os alunos, eu não tinha conhecimento desta ferramenta”.

Docente 7: “Muito interessante, não conhecia a aplicabilidade, muito bom. ”

Docente 7: “ Interessante o vídeo, vai me oportunizar trabalhar em sala de aula com uma nova metodologia. ”

Docente 8: “ Ao assistir o vídeo compreendi as possibilidades do uso do documento Google e como facilitará nas atividades e trabalhos em grupo. ”

Docente 9: “Vou utilizar esta ferramenta com meus alunos do ensino médio”.

Docente 10: “ Nossa! Um material assim facilita minha vida; não conhecia esta ferramenta.

Na pesquisa realizada obteve-se retorno, pois 10 professores sujeitos da pesquisa e 25 convidados visualizaram o vídeo e responderam através do like (Símbolo de positivo), indicando desta forma, uma produção do vídeo satisfatória apresentando material produtivo. Diante deste resultado observa-se que, a produção do conhecimento e a linguagem do áudio são de extrema importância para o professor.

Neste contexto, 227 pessoas, entre sujeitos da pesquisa e convidados visualizaram o vídeo, isto é um ponto positivo, pois significa que o público ao visualizar o material abre um leque de possibilidades para que o professor possa analisar os pontos negativos e positivos da produção textual, que é de fundamental importância para a escolha de um material pedagógico, o que agrega valores ao ser trabalhado em sala de aula.

Contrapondo a quantidade de visualizações no vídeo, observa-se que somente 23 pessoas se inscreveram no canal. Tal realidade não indica que o canal não é positivo, pois observou-se que os sujeitos da pesquisa não são inscritos nos outros canais do Youtube, onde os docentes utilizam a ferramenta somente para visualização e não para inscrição. Entende-se que, os professores que visitaram o canal acharam interessante a forma de como foi abordado o conteúdo, ou seja, as informações, uma das maneiras de se reportarem referente a publicação do vídeo.

O surpreendente é que apenas 11 pessoas fizeram comentários sobre o vídeo, logo se compreende que o público-alvo não gosta de comentar, mas sim de assistir, observar e dar likes. Desta forma, não quer dizer que o público não gostou do que assistiu, mas seria viável repensar e reformular a posposta do conteúdo exibido no vídeo, pois não se trata apenas de agregar uma ferramenta educacional, mais sim para que o professor usuário do canal desperte para as mudanças, pois o trabalho

pedagogicamente falando requer do educador habilidades e compreensão, principalmente nas questões onde se trabalha em sala de aula com a linguagem audiovisual.

Quando as tecnologias são trabalhadas e inseridas de forma correta na educação tanto o aluno quanto o professor têm outra visão das ferramentas digitais. Ressaltando que, colocar-se como mero educador deste procedimento informatizado é conscientizar-se da relevância do seu papel na educação digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises e resultados, concluiu-se que a ferramenta Google Docs e o canal do YouTube são de grande importância e podem ser aliadas no processo de aprendizagem colaborativa.

O Docs proporciona meios para que a aprendizagem fique mais significativa, permitindo interação e compartilhamento de saberes. Neste enfoque, é mais um recurso a complementar o trabalho do professor, que na maioria das vezes fica muito preso ao livro didático, e trazendo um vídeo curto, com uma linguagem clara, direta e objetiva auxilia com excelência no aprendizado do aluno.

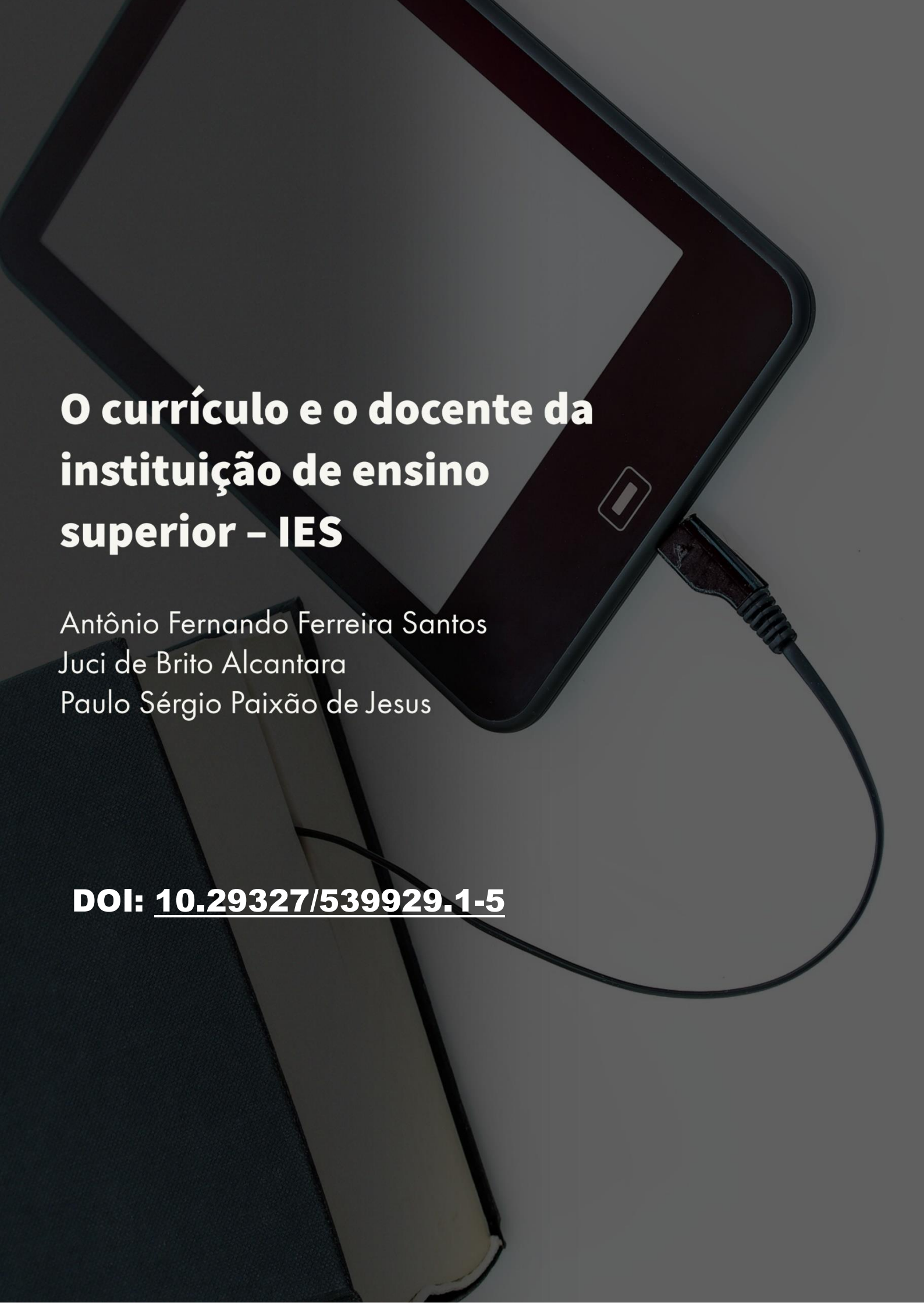
O Youtube é uma das ferramentas importantes para a mudança de paradigmas, proporcionando maior interatividade, onde a fonte de conhecimento aproxima a escola de um espaço promissor, permitindo um acréscimo construtivo na educação.

Entende-se que o uso do Youtube e do Docs favorece o ensino e auxiliam na construção de novos conhecimentos, pois é importante fazer uso de ferramentas variáveis para chamar a atenção do aluno garantindo uma aula dinâmica e prazerosa,

Em síntese, nosso propósito foi despertar o uso dos aplicativos e ferramentas gratuitos, incentivando os professores para o mundo tecnológico e científico, aproximando a escola de um espaço real e promissor de diferentes conhecimentos que pode ser utilizado em sala de aula possibilitando, entrelaçamento o compromisso do professor como parceiro desta nova forma de aprender e ensinar, pois a temática do educador é fundamental neste enfoque.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, J.C. **Uso pedagógico do Google Docs. Professor Digital**, SOB, 08 fev. 2010.
- CARVALHO, Rosiani. **As Tecnologias no Cotidiano Escolar: Possibilidades de Articular o trabalho Pedagógico aos recursos Tecnológicos**. Paraná. 2009.
- DALLACOSTA, A. **Os Usos Pedagógicos dos Vídeos Digitais Indexados**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 195 p. Tese (Doutorado em Informática na Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- FIGUEREDO, Sumália de Sales; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. **A produção colaborativa do conhecimento e a ferramenta Google Drive**. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor, Cadernos PDE, Volume 1, p. 1-24, 2016.
- KAMERS, N. J. **O Youtube Como ferramenta Pedagógica. Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)**: Florianópolis, 2013.
- LEITE. B. S.. **Tecnologias no Ensino de Química: teoria e prática na formação docente**. Curitiba: Appris, 2015.
- MATTAR, J. **YouTube na Educação: o uso de vídeos em EAD**. 2009. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/2462009190733>. Pdf, acessado em: 30/4/2010.
- MORAN, J. M. **“O Vídeo na Sala de Aula”, 1995**. OPIN. Publica vol. 21 no. 2 Campinas Aug. (2015). Sobre a importância de examinar diferentes ambientes *online* em estudos de deliberação.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2015.
- OLIVEIRA, R. Informática educativa: **Dos planos e discursos à sala de aula**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- RAMAL, Andrea Cecilia. **Ler e escrever na cultura digital**. Revista Pátio. Porto Alegre, ano 4, n. 14, p. 1-10, ago.\out.2000.
- SANTOS, G.; RESENDE, L. M.. **O Desafio Metodológico no uso de Novas Tecnologias: Um estudo em uma Instituição de Ensino da cidade de Itararé-SP**. Revista Tecnologias na Educação, v. 6, p. 7-19, 2014.
- VALIN, Celso; RUBIM, Ligia Cristina Bada. **Articulação Administrativa e Pedagógica na gestão escolar com o uso de Tecnologias**. In: Tecnologias na Formação e na Gestão Educacional. ALMEIDA, Maria Elisabeth Bianconcini; ALONSO, Myrtes (orgs). São Paulo: Avercamp, 2007.



O currículo e o docente da instituição de ensino superior – IES

Antônio Fernando Ferreira Santos
Juci de Brito Alcantara
Paulo Sérgio Paixão de Jesus

DOI: [10.29327/539929.1-5](https://doi.org/10.29327/539929.1-5)

O CURRÍCULO E O DOCENTE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

DOI: 10.29327/539929.1-5

Antônio Fernando Ferreira Santos
Juci de Brito Alcantara
Paulo Sérgio Paixão de Jesus

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma abordagem sobre o Currículo e o Docente da Instituição de Ensino Superior – IES discutindo sobre a importância da formação acadêmica e continuada do docente e a necessidade de a universidade elaborar um currículo que possa propor um tipo de conhecimento e aprendizado aos estudantes. A metodologia empregada foi a bibliográfica realizada em livros, artigos e teses que abordam o tema em questão. Conclui-se que o currículo é um direcionamento em que a instituição planeja para seguir com conteúdos programados para definir o ano letivo e a formação do docente das IES, requer muito mais que domínio de conhecimentos específicos e de técnicas de pesquisas.

Palavras-Chave: Currículo. Docente. Ensino Superior

ABSTRACT

This article aims to approach the Curriculum and the Teacher of the Higher Education Institution - IES discussing the importance of academic and continuing education of the teacher and the need for the university to develop a curriculum that can propose a type of knowledge and learning to students. The methodology used was the bibliographic made in books, articles and theses that approach the subject in question. It is concluded that the curriculum is a direction in which the institution plans to continue with programmed contents to define the academic year and the training of the HEI teacher requires much more than mastery of specific knowledge and research techniques.

Keywords: Curriculum. Teacher. University education

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo abordar el Currículo y Docentes de la Institución de Educación Superior - IES, discutiendo la importancia de la formación académica y continua del docente y la necesidad de que la universidad desarrolle un currículo que pueda proponer un tipo de conocimiento y aprendizaje a los estudiantes. La metodología utilizada fue la bibliografía realizada en libros, artículos y tesis que abordan el tema en cuestión. Se concluye que el currículo es una dirección en la que la institución planea seguir con contenidos programados para definir el año académico y la formación de los profesores de las IES, requiere mucho más que el dominio de conocimientos específicos y técnicas de investigación.

Palabras clave: plan de estudios. Profesor. Enseñanza superior

INTRODUÇÃO

A docência no ensino superior se depara com diversos questionamentos acerca da formação desses profissionais o que remete a entender que esse professor possui conhecimento aprofundado da disciplina a ser ensinada, mas que precisa estar aberto a outros conhecimentos.

Os grandes desafios que se impõem à prática docente no ensino superior relacionam-se às possibilidades de articular as duas ações didáticas – ensinar e aprender –, no contexto de sala de aula. Nem sempre quem domina conhecimentos para sua atuação profissional sabe transpô-los para uma situação de aprendizagem! Entendo, deste modo, que dificilmente um professor consegue planejar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para o desenvolvimento da autonomia dos acadêmicos senão compreender os conteúdos próprios de sua área de atuação, que serão objeto de sua ação didática. Assim, se a docência é sua área de atuação, além das especificidades inerentes aos diferentes campos de conhecimento, a Didática também compõe o quadro como conteúdo próprio da prática pedagógica universitária (ALTHAUS, 5147 2004, p. 102).

A própria legislação brasileira faz pouco caso no que se refere a formação de docentes da Instituição de Ensino Superior – IES, manifestando pouca preocupação em relação à questão. Ela trata essa problemática de forma abreviada, indicando apenas que tal formação deve ocorrer. É possível também observar uma falta de clareza do que significa docência na Educação Superior.

No que se refere ao currículo da IES pode-se afirmar que ele incluiu forte referência na pesquisa, com vista à produção intelectual institucionalizada e muitas vezes precisam passar por algumas adequações, pois:

Adaptações curriculares, de modo geral, envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação à construção do conhecimento (OLIVEIRA; MACHADO, 2009, p. 36).

Desenvolver um currículo que valorize cada vez mais os estudantes nos dias de hoje, ainda é um caminho longo a percorrer, pois precisa ser discutido por políticos, professores e todo corpo docente. A universidade forma indivíduos com diferentes formas de aprender e possui um currículo segmentado que faz com que tenha uma instituição individualista. Precisamos pensar que todas as áreas de conhecimento são importantes, porém é necessário um tipo de conhecimento e aprendizado que a universidade deve propor aos estudantes.

Docência nas Instituições de Ensino Superior - IES

As reflexões acerca da docência nas instituições de ensino superior implicam em abordar aspectos como formação, valorização profissional, perspectivas do professor em relação a esse nicho de atuação, assim como suas atribuições.

O sentido etimológico da palavra docência tem sua origem lá do latim- docere que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, fazer entender (VEIGA, 2006, p. 468). O que pressupõe engajamento no processo de ensino e aprendizagem e que com o passar do tempo tornou a profissão de docente um conjunto de fazeres e saberes para além das ministrações de aulas, isso devido às novas exigências do mercado de trabalho que tem relação com o mundo contemporâneo. Vale destacar que:

A função docente se caracteriza pela ação de ensinar sendo que o conceito de ensinar não é definido de modo simples e fácil, pois há diferença entre ‘professar um saber’ e fazer os outros aprenderem alguma coisa (ROLDÃO, 2007, p.94).

Verbalizar um conhecimento é diferente de ensinar um determinado assunto que se tenha o saber. A lei de diretrizes e bases 9394/96 da educação brasileira estabelece incumbências para à ação docente (BRASIL, 1996). Quando se fala em docência universitária ou ensinar em instituições de ensino superior demanda preparo, dedicação, empenho e isso se remete a formação continuada, cursos de qualificação, formação profissional.

A docência no ensino superior está diretamente relacionada com ensino, pesquisa e extensão. A produção de conhecimento e a socialização desses faz parte do mundo acadêmico. Esses espaços de produção do conhecimento têm como objetivo também as diversas manifestações, inclusive contrárias, o contraponto, o questionamento, a dúvida, para que a melhor decisão seja tomada acerca de um assunto pesquisado, pois a docência no ensino superior:

[...] exige tanto uma preparação cuidadosa como singulares condições de exercício, o que pode distingui-la de outras profissões [...] o exercício da docência exige múltiplos saberes que precisam ser apropriados e compreendidos em suas relações. A ciência pedagógica situa-se nesse contexto e só com essa perspectiva contribui para a formação dos professores (CUNHA, 2010, p.25-34).

A docência na Instituição de Ensino Superior – IES deve ter como primícias aspectos como: flexibilidade para compreender as diversas formas de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, sendo capaz de romper com os modelos tradicionais, é preciso também quebrar paradigmas, mostrar o que é científico e senso comum, teoria e prática entre outras possibilidades.

Já na formação dos professores universitários é preciso fazer compreender que nesse espaço de aprendizagem é preciso pensar que a universidade é uma instituição social e que as ideias vão entrar em conflito, mas que se faz necessário a reflexão e o contraditório no ambiente acadêmico.

A LDB 9394/96 descreve pouco acerca da formação dos professores das instituições de ensino superior e fala que deverá ser preparado prioritariamente nos programas de mestrado e doutorado. Nota-se que o engajamento para a qualificação dos professores das IES é de fórum individual e com relação às exigências institucionais fica a cargo de cada uma desde que respeitadas as normativas do governo (MEC/CAPS/INEP) que determina os parâmetros de qualidade institucional (BRASIL, 1996).

O trabalho docente no Ensino Superior exige formação científica com especificidade em uma determinada área de conhecimento, assim como pós-graduação stricto sensu de preferência a nível de doutorado, domínio pleno da área que se propõe ensinar e habilidade pedagógica. Com isso pressupõe-se que:

A formação para o exercício do ensino superior pode ser vista como um campo em que há muito por se fazer em termos de pesquisas e práticas. [...] Não há uma exigência de conhecimentos de base para o magistério e nem uma formação sistemática propiciadora da

construção de uma identidade profissional para a docência (ANASTASIOU, 2002, 2003, p.1).

As instituições como as agências de fomento devem propor a formação e os critérios necessários para a qualificação docente, estimulando o trabalho de pesquisador e a ampliação das ofertas de vagas sobretudo nas IES públicas em nível *stricto sensu*. É importante salientar que o programa nacional de graduação direciona numa perspectiva de formação como processo contínuo e que as IES devem atentar-se para o novo contexto da educação. Portanto a formação deve ser permanente e continuada para que ocorra de fato o desenvolvimento profissional.

A Formação do Docente das IES

O universo da docência na Instituição de Ensino Superior – IES normalmente é polarizado por dois grupos de professores, os mais velhos com vasta experiência e mais tempo também nas instituições o que facilita muitas vezes o trato, as relações interpessoais, isso devido a bagagem didática pedagógica e os professores mais jovens e com menos tempo de vivência em sala de aula, o que de certa forma implica em um pouco mais de dificuldade principalmente no início da jornada na instituição de ensino superior.

Estamos no início do século XXI, mas com forte influência do século passado e a competitividade tem sido uma marca do mundo contemporâneo, a competência e a habilidade são requisitos primordiais para o ingresso e permanência nas IES o que deve levar os docentes a se qualificar cada vez mais, pois:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160).

O permanente debate e discussões para a compreensão desse nicho de atuação e da qualidade de ensino devem ser fomentados pelas instituições de ensino superior, local de construção e promoção do saber. As universidades representam um segmento importante no contexto econômico e social e tem suas responsabilidades quanto aos profissionais que colocam no mercado de trabalho, por isso o crivo para a docência nas instituições de ensino superior deverá ser o mais detalhado possível.

Por outro lado, o processo de valorização deverá ocorrer também da melhor forma, já que todos os profissionais que ingressam no mercado de trabalho refletirão suas aprendizagens e que de forma direta ou indireta reverterá em lucros para as mais diversas organizações. Então valorizar o professor universitário no plano de cargos e salários é mais do que necessário.

O profissional que pretende manter-se atualizado e com um bom perfil para ingressar na Instituição de Ensino Superior – IES precisa e é importante que esteja atento a sua capacidade de transmissão do conhecimento, aberto as críticas, preparado para contextualização dos variados temas socioculturais e possuir também boa desenvoltura investigatória. Do professor cobra-se a necessidade de formar alunos capacitados para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Diante dessa realidade o que acontece é que:

Os educadores têm ficado perplexos com a questão da preparação para o trabalho. E não é à toa. O trabalho é dimensão fundamental da vida humana e se faz presente em todas as ações e atividades do homem (FRANCO, 1996, p.9),

Com a universalização das IES no Brasil pôde ser observado que a educação superior e, sobretudo na rede privada declinou na sua qualidade comparado a educação superior da rede pública.

Os órgãos oficiais no intuito de reordenar e reverter esse cenário deve buscar melhorar a qualidade do ensino, assim como a estrutura das IES da rede particular com fiscalização e rigor nas leis a serem cumpridas, já que o crescimento das instituições de ensino superior ocorreu de forma desordenada dando a impressão que o Ensino Superior passou a ser uma ferramenta mercadológica. Pode-se afirmar que:

As instituições privadas de ensino superior haviam se tornado, de fato, um grande negócio. Parte dos novos estabelecimentos de ensino foi criada pela transformação de escolas de ensino médio. Mas a lucratividade dos empreendimentos atraiu também todo um novo conjunto de empresários, sem compromissos anteriores com a educação. Direcionados pelo objetivo de ampliar a lucratividade do empreendimento pela captação da demanda disponível, o setor privado passou a ser governado pelo mercado (DURHAM, 2003, [s.p]).

No Brasil, as universidades privadas possuem características distintas em relação às públicas, no sistema de gestão de pessoas, por exemplo, nas universidades públicas existe plano de carreira, regime de trabalho integral, parcial, titulação, como também na produção do conhecimento por meio da pesquisa, das implementações e avanços tecnológicos e dos serviços prestados à comunidade. Esses aspectos ainda se mostram incipientes nas instituições particulares.

Faz-se necessária Instituição de Ensino Superior – IES com docentes que transcendam o modelo tradicional e que possa compreender as mudanças constantes do mundo atual, reconhecendo a dinâmica da mutação. Sob essas ponderações, o professor tem-se mostrado figura importante e determinante no sucesso ou não do processo educativo no contexto da universidade. O ato de ensinar é um trabalho de reflexão crítica e que deve ser analisado o ensino e a aprendizagem, assim a qualificação dos professores constantemente tem emergido como palavra de ordem. Compreender as inovações, as linguagens e fazer parte do mundo dos jovens e ser parte integrante das mudanças na educação superior.

Assim, este ser professor necessita de flexibilidade para acompanhar as mudanças na educação, na sociedade, na ciência e, conseqüentemente, no ensino superior, de modo que promova um ensino de

qualidade para o saber fazer, o saber pensar e o saber ser. Portanto para obter êxito nessa difícil tarefa que é a arte de ensinar, torna-se primordial que os professores sejam vistos como pessoas e profissionais capazes de contribuir e colaborar na transformação do aluno em agente de aprendizagem, tendo, como suporte, subsídios institucionais facilitadores dessa tarefa.

A Relação do Docente e Discente nas IES

A docência na Instituição de Ensino Superior (IES) tem relação direta com a preparação de futuros profissionais e essa relação docente e discente transcende os fazeres, saberes e busca de conhecimentos. Vale salientar que:

A profissionalidade da ação docente se define por um conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores, e, para que se compreenda como se dá a interação dessas profissionalidades, é necessário reconhecer 3 contextos: o contexto pedagógico; que ocorre na prática de sala de aula; o contexto profissional que se define pelo saber técnico coletivo e o contexto sociocultural que se define pelos valores da sociedade (SACRISTÃ, 1991, [s.p.]).

Essa afinidade é, além disso, as relações interpessoais e vivências de cunho afetivo que são de um valor incomensurável, o que indica o fato da atividade docente não se esgotar na dimensão apenas técnica, mas fazer referência ao que de mais pessoal existe em cada um professor. Mas também no contexto do ensino universitário o docente tem o seu importante papel nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como as atividades administrativas que estão envolvidas na dinâmica da docência na Instituição de Ensino Superior – IES. Nota-se que:

A extensão se torna exigência intrínseca do ensino superior em decorrência dos compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade, uma vez que tais processos só se legitimam, inclusive adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo (SEVERINO, 2017, p.25).

É importante ressaltar que o professor do ensino superior não tem a sua rotina pautada e restrita à sala de aula apenas, mas é preciso desenvolver essas atividades concomitante e complementar. O processo constitutivo da carreira docente nas IES perpassa pelas formações diversas, assim como suas experiências em uma ou mais IES, sendo que a construção desses saberes boa parte surge das relações interpessoais.

A docência universitária possui características que conduzem de forma mais fidedigna as ações do professor como, por exemplo, o aspecto profissional que de certa forma configura os componentes fundamentais que definem essa profissão, o aspecto pessoal que interfere no fazer docente a partir de alguns elementos como a satisfação no trabalho e diversas situações de ordem pessoal. Não menos importante as questões administrativas que vai determinar as condições de trabalho e outras obrigações pertinentes ao exercício da profissão, pois:

O avançar no processo de docência e do desenvolvimento profissional, mediante a preparação pedagógica não se dará em separado de processos de desenvolvimento pessoal e Institucional: este é o desafio a ser hoje, considerado na construção da docência no ensino superior (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p.259).

A ação docente no Ensino Superior extrapola o ato de ensinar e fica bastante evidente a importância de o professor pensar no ato de aprender. Ensinar pode abrir precedentes para algumas perspectivas como ensinar para apreender que vai se referir a agir, exercitar-se e aprender refere-se a tomar conhecimento, reter na memória mediante estudo, receber a informação, embora nos dois termos exista a relação entre os sujeitos do conhecimento, portanto o professor precisa estabelecer metas ao ensinar.

Portanto ressignificar a aprendizagem no ato de ensinar demanda saber se o objetivo é repassar um conhecimento por meio de uma exposição oral ou se a meta se refere à apropriação do conhecimento pelo aluno de modo a transcender.

A partir dessa reflexão torna-se mais do que necessário estabelecer uma parceria de forma deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento acadêmico, decorrente de ações efetivadas na sala de aula e fora dela, consolidando a relação docente e discente. Nesse processo percebe-se que existe um real envolvimento entre a ação de ensinar e a de aprender, tendo como finalidade a apropriação tanto do conteúdo quanto do processo e as ações pedagógicas que se referem a momentos a serem construídos pelos sujeitos em ação.

Nesse sentido faz-se necessário que ideais formativos coadunem e assim professores e instituições desenvolvam um trabalho articulado e cooperativo. As trajetórias formativas de ambos estão relacionadas e por isso o aperfeiçoamento em direção a um ideal formativo comum deverá ser uma constante. Em razão disso, instituições e professores necessitam estar conscientes de suas responsabilidades formativas.

É sabido que o processo de formação dos professores das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil é fragmentado e por isso esse docente muitas vezes não dá conta de forma devida a essa demanda ainda que estejam imersos em cursos de mestrado ou doutorado, mostrando dessa forma que é preciso buscar uma maneira mais bem articulada para que os docentes nas instituições de ensino superior estejam mais qualificados e seguros em suas ações docentes.

Dentro dessa estrutura mesmo levando em consideração o ato dos docentes aprenderem a aprender, em decorrência de um contexto institucional peculiar como o acadêmico, faz-se necessário o ato de solidariedade decorrente de um estado solitário na vida do professor do ensino superior (ISAIS, 2006). A ausência de interlocuções e de conhecimentos pedagógicos compartilhados para o

enfrentamento do ato educativo torna a carreira do professor do ensino superior isolada e sem o apoio necessário para os devidos investimentos na sua qualificação.

Diante de um debate tão importante como é a temática da docência na Instituição de Ensino Superior – IES no Brasil não poderia deixar de ressaltar o papel dos docentes na formação nos cursos de licenciatura que é fundamental ser analisado, pois os formadores atuam não só como exemplos da profissão, mas também contribuem com a formação acadêmica e profissional que segue uma sistemática das universidades.

Desse modo é possível identificar elementos que são comumente destacados quanto ao papel dos docentes como buscar qualificação acadêmica e profissional; participar de uma educação continuada e integrada com a comunidade científica da área; dominar o conhecimento específico da sua área esses elementos tem relação com os aspectos formativos, mas é preciso fazer menção as questões profissionais como participar de atividades de avaliação institucional; colaborar na organização e desenvolvimento do curso; atuar na pós-graduação; desenvolver extensão e pesquisa; atuar em conjunto com colegas; participar de eventos científicos.

Não menos importante os aspectos pedagógicos tem a sua relevância e pode ser citado aqui algumas atribuições como discutir propostas pedagógicas; formar professores pesquisadores; ser coerente entre a formação oferecida e a prática esperada; estabelecer relações com outras áreas de conhecimento; articular teoria e prática; lutar contra o analfabetismo científico e cultural; articular conhecimento pedagógico e específico e não para por aí, é preciso também ter os aspectos humanos bastante trabalhado para adotar postura didática e ética; construir um ambiente de trabalho harmônico; acompanhar e orientar os alunos.

O Currículo na Instituição do Ensino Superior (IES)

O Currículo Pedagógico deve ser concebido, assumido e vivenciado no cotidiano da prática social docente, como um processo de reflexão. Segundo SAVIANI (1987, p. 23), "a palavra reflexão vem do verbo latino 'reflectire' que significa voltar atrás". É, pois:

Um (re) pensar, ou seja, um pensamento em segundo grau. Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. Entretanto, não é qualquer tipo de reflexão que se pretende e sim algo articulado, crítico e rigoroso (FUSARI, 1998, p. 45).

Pode-se, pois, afirmar que o currículo pedagógico de ensino é o processo de pensar, radicalmente os problemas da educação escolar, no processo ensino-aprendizagem. Ele é importante na prática pedagógica porque se refere ao processo que envolve a atuação concreta dos docentes no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, abrangendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos.

A ausência de um currículo de ensino nas escolas em especial na Instituição de Ensino Superior (IES), ligada aos diversos problemas enfrentados pelos docentes no exercício do seu trabalho, faz com que aconteça uma contínua improvisação pedagógica de conteúdo. Ou seja, acaba prejudicando, assim, a proposta pedagógica/curricular do curso; a aprendizagem dos alunos e o próprio trabalho institucional como um todo.

As Instituições de Ensino Superior – IES precisam ter um olhar diferenciado em relação ao currículo de modo que contemple o estudante com deficiência. As disciplinas desse público têm que ter as peculiaridades pertinentes ao grupo a ser atendido. O currículo não pode ser apenas um instrumento para que os estudantes sigam as disciplinas, mas que através das experiências vividas em cada componente curricular o estudante possa transcender no processo de sua formação acadêmica. Dessa maneira os discentes estarão preparados profissionalmente para enfrentarem os desafios que surgirem no mercado de trabalho.

Faz-se necessário lembrar a importância dos docentes discutirem a questão curricular no processo de planejamento e elaboração de planos de ensino, buscando alternativas para superar as diferenças entre fazer e pensar, teoria e prática de cada curso, tão presentes no cotidiano do trabalho do docente da Instituição de Ensino Superior (IES). Vale a pena enfrentar este desafio e pensar a respeito.

Analisar a formatação de um currículo é muito importante, mas para que isso aconteça é necessário que os docentes de todas as áreas de conhecimento tragam para os alunos a teoria e a prática, tendo a pesquisa como o caminho para a construção de novos saberes, apropriando-se de uma metodologia em que o aluno seja o foco principal e o professor apenas um mediador. Apresentar debates, aulas expositivas e seminários na perspectiva de que o estudante perceba o significado acerca de suas vivências, é uma das estratégias que os docentes poderão trazer para sala de aula, fazendo com que os egressos demonstrem como foi importante a prática educativa no decorrer da graduação.

A universidade precisa ter um alinhamento entre as disciplinas e o curso de graduação, mas para que isso ocorra é necessário que o professor saiba o que ensinar para quem ensinar de que forma ensinar é entender a importância do sujeito para o aprendizado. Vale destacar que:

No processo pedagógico, o objeto compreende os conhecimentos a serem apropriados (portanto, o conteúdo), e o sujeito é o aluno, que irá apropriar-se desses conhecimentos. Mas o processo pedagógico supõe ensino-aprendizagem: sujeito é também, o professor, que propicia tal assimilação/apropriação (SAVIANI, 2010, p. 12)

Faz-se necessário a reflexão em torno da temática ensino e aprendizagem e para isso uma inovação do currículo voltado para vida profissional do estudante. O curso do Ensino Superior é uma qualificação profissional em que o aluno precisa se dedicar ao máximo, tendo os docentes como aliados no processo de transmissão dos conteúdos, essa união deve existir. Vale ressaltar que:

Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa. Viver a abertura respeitosa aos outros [...]. Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social dos educandos? (FREIRE, 1996, p. 135-7).

Vivenciar intensamente o contexto curricular é conhecer suas particularidades e as formas diversas de aprendizado. O currículo é uma forma de seguir determinados conhecimentos que devem ser aprofundados de maneira paulatina, o que de certa forma dignifica o estudante a medida em que ele adquire mais conhecimentos. Desenvolver um currículo que valorize cada vez mais os estudantes nos dias de hoje, ainda é um caminho longo a ser percorrido, pois precisa ser discutido por professores e toda comunidade acadêmica. A universidade forma indivíduos com diferentes maneiras de aprender, possui um currículo segmentado que precisa ser periodicamente analisado.

Vale ressaltar que todas as áreas de conhecimento têm sua relevância e a universidade precisa reconhecer o seu verdadeiro papel no fazer acadêmico. As matrizes curriculares do ensino superior poderão ser modificadas com a autorização das instituições do Ensino Superior (IES) (colegiado) e com vários órgãos como, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), porém antes da mudança precisa ser analisado pelo corpo docente para ser aprovada.

As alterações das disciplinas deverão ser respaldadas com a comissão das IES não podendo mudar com o semestre vigente, precisa analisar as disciplinas que foram retiradas da grade, para não causar prejuízo ao aluno na sua formação profissional. O currículo precisa ser flexível para poder acompanhar as mudanças do mercado de trabalho, valorizando os discentes e estimulando-os para o ingresso no mundo do trabalho.

Faz parte da competência docente, e das suas obrigações com a democratização do ensino, a tarefa cotidiana de discutir a grade curricular, o que sugere ter clareza, também, quem é seu discente, que conteúdos serão trabalhados a partir da sua clientela, o que pretende com tal conteúdo, como inicia rotineiramente suas aulas, como as conduz e se existe a preocupação com uma síntese final do que foi trabalhado. A aula, no contexto da educação escolar, é uma síntese curricular que concretiza efetiva e constrói o processo de ensinar e de aprender.

O discente precisa ir percebendo, sentindo e compreendendo cada aula como um processo vivido por ele, para que a especificidade da educação escolar, avance (SAVIANI, 1987). E vale ressaltar que:

A aula, por sua vez, deve ser concebida como um momento curricular importante, no qual o docente faz a mediação competente e crítica entre os discentes e os conteúdos do ensino, sempre procurando direcionar a ação docente para estimular os alunos via trabalho curricular, ao desenvolvimento da percepção crítica da realidade e de seus problemas, estimular os alunos ao desenvolvimento de atitudes e tomada de posição ante os problemas da sociedade; valorizar nos alunos atitudes que indicam tendência a ações que propiciam a superação dos problemas, objetivos da sociedade brasileira e desta forma, contribuir para uma boa relação professor-aluno (FUSARI, 1989, [s.p]). .

É preciso que o docente sinta e assume a necessidade de transformar a realidade da escola-sociedade e conceba o currículo pedagógico como um dos mecanismos a serem empregados para concretizar esta mudança. Pois o currículo pedagógico é um norteador de todo processo educacional, porém não pode ser visto como um documento vazio. As disciplinas de um currículo principalmente na Instituição de Ensino Superior (IES) precisam ser revistas, devido a diferença cultural que existe no país e as formas de aprendizagens que também são diversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos feitos no que concerne às problemáticas da formação docente das IES no Brasil pode-se afirmar que um dos meios para melhorar seria a ampliação do acesso aos programas de pós-graduação em educação e, sobretudo do ensino superior. Contudo é possível afirmar que houve aumento substancial em relação a quantidade de professores em todo o Brasil atuando nas IES públicas e privadas.

A formação do docente das IES não é o suficiente para atender as demandas docentes uma vez que esta é uma atividade complexa, requerendo muito mais que domínio de conhecimentos específicos e de técnicas de pesquisas. A docência na Instituição de Ensino Superior (IES) mobiliza diversos saberes e exige ética e atitudes importantes também no campo político.

É importante salientar que antes de pensar na formação do futuro profissional, precisa pensar na formação desses que vão formar. Embora não se possa negar o que significa de fato uma formação realizada nos cursos de pós-graduação, é preciso levar em conta que ser um reconhecido e competente pesquisador não é garantia e nem sinônimo de excelência no desempenho pedagógico, muito menos garantia de qualidade do ensino superior.

O currículo é um direcionamento em que a instituição planeja para seguir com conteúdo programados para definir o ano letivo. Definir um currículo é bastante complexo, é através do currículo que se traz para o estudante conhecimento e cultura para sala de aula no seu cotidiano. A organização de um currículo exige dedicação e empenho de todo o corpo acadêmico e sobretudo docente.

As mudanças curriculares trazem novidades para os estudantes, portanto o currículo deve ser um documento inacabado, pois o mundo está em mudança constante a cada dia, por isso existe a necessidade da flexibilidade do currículo. Devemos perceber que essas mudanças fazem com que forme estudantes cidadãos capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Faz-se necessário contribuir para a organização de um currículo no Ensino Superior que conduzam os alunos a serem

profissionais atualizados para não se tornarem mais um no mercado de trabalho. O currículo tem que ir além dos saberes práticos das disciplinas, ou seja, chegar a um contexto de conhecimento globalizado

REFERÊNCIAS

ALTHAUS, M. T. M. **Ação didática no ensino superior**: a docência em discussão. Maringá: Revista Teoria e Prática da Educação, 2004.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). **Processos de Ensino na Universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3. ed. Joinville: Univille, 2004

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB**. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CUNHA, M. I. (org.). **Trajetória e Lugares de Formação da Docência Universitária**: da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara, SP: Junqueira & Marins, 2010

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FRANCO, L. A. C. **Educação do trabalho e Trabalho da Educação**. [s.l]: Boletim do CENAFOR, 1986

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUSARI, J.C. **O Planejamento do Trabalho Pedagógico**: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas. São Paulo: FTCSP, 1989.

FUSARI, J. C. **O Planejamento do Trabalho Pedagógico**: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas. Artigo Série Idéias n. 8. São Paulo: FDE, 1998

ISAIAS, S. Verbetes. In: CUNHA, M. I.; ISAIA, S. In: MOROSINI, M. (Ed.) **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Glossário – vol. 2. Brasília/INEP, 2006.

OLIVEIRA, E.; MACHADO, K, S. Adaptações Curriculares: caminho para uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L, G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

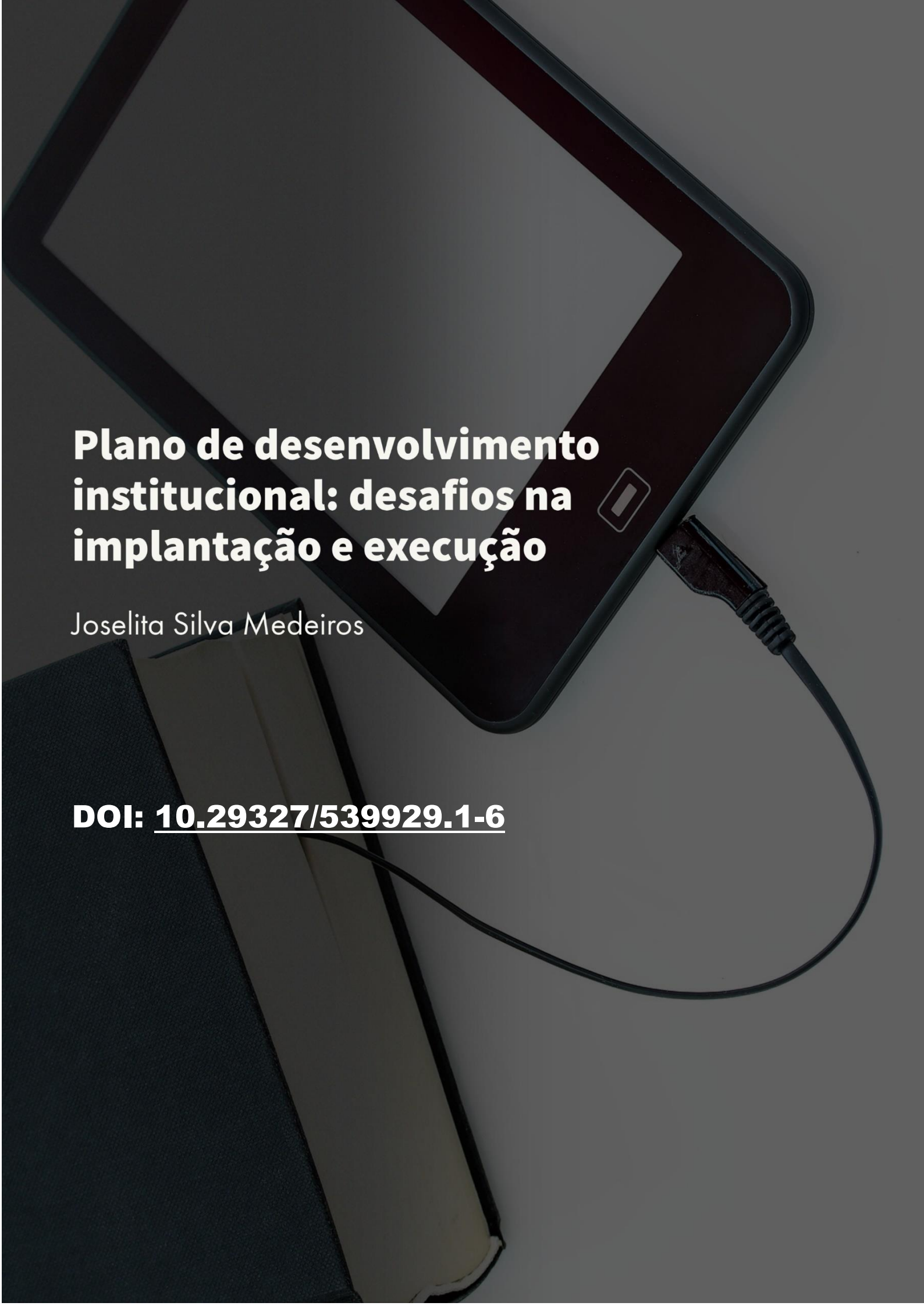
ROLDÃO, M. C. N. **Função docente**: natureza e construção do conhecimento profissional. [s.l]: Revista Brasileira de Educação, 2007.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1991

SAVIANI, N. **Saber Escolar, Currículo e Didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 6. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2017

VEIGA, I. P. A. Docência: formação, identidade profissional e inovações didáticas. In **Educação formal e não formal, processos formativos, saberes pedagógicos**: desafios para a inclusão social. Anais. Recife:



Plano de desenvolvimento institucional: desafios na implantação e execução

Joselita Silva Medeiros

DOI: [10.29327/539929.1-6](https://doi.org/10.29327/539929.1-6)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO

DOI: 10.29327/539929.1-6

Joselita Silva Medeiros

RESUMO

Este artigo visa mostrar a legislação que rege o Plano de Desenvolvimento Institucional através da pesquisa documental, trazendo evidências de como as universidades podem pautar as suas ações no plano estratégico e na avaliação que são submetidas para continuar servindo a sociedade. A autonomia e valorização do saber são destaques para a expansão das instituições educacionais e o atendimento das solicitações da comunidade como um todo.

Palavras-chave: Plano de Desenvolvimento Institucional. Legislação. Implantação.

ABSTRACT

This article aims to show the legislation that governs the Institutional Development Plan through documentary research, bringing evidence of how universities can guide their actions in the strategic plan and in the evaluation that are submitted to continue serving society. The autonomy and valuing of knowledge are highlights for the expansion of educational institutions and meeting the requests of the community as a whole.

Keywords: Institutional Development Plan. Legislation. Implantation.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mostrar la legislación que rige el Plan de Desarrollo Institucional a través de la investigación documental, aportando evidencia de cómo las universidades pueden orientar sus acciones en el plan estratégico y en la evaluación que se presenten para seguir sirviendo a la sociedad. La autonomía y la valorización del conocimiento son aspectos destacados para la expansión de las instituciones educativas y el cumplimiento de las solicitudes de la comunidad en su conjunto.

Palabras clave: Plan de Desarrollo Institucional. Legislación. Implantación.

INTRODUÇÃO

O cotidiano institucional demonstra desafios para que metas sejam cumpridas e objetivos alcançados que têm como executores os membros da comunidade escolar.

A legislação brasileira, lei 9394/96 nos seus artigos 54 e 56 enfatizam as ações:

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor.

Artigo 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. (BRASIL, 1996).

A gestão democrática se faz presente quando todos os membros da instituição exercem a prática de aceitar a diversidade de opiniões e a construção participativa através da sensibilidade comunitária e a disponibilidade para a decisão colegiada. (MACEDO. 2005. p. 116)

As autonomias das instituições têm limitações a partir do momento que precisa de recursos públicos para que seus objetivos sejam alcançados.

Parte do princípio de que mesmo tendo autonomia para mudanças as instituições universitárias não mudam. (SIMON SCHWARTZMAN, 2014).

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um instrumento de identidade das Instituições de Ensino Superior que no período de 5 anos deverá estar sendo colocado em prática as propostas do plano estratégico da IES. (BRASIL,1996).

A complexidade do plano institucional requer estudos e ações condizentes com a proposta de desenvolvimento institucional inseridas no contexto do século XXI.

Diretrizes de Elaboração do PDI

Desta forma houve mudanças que colaborassem com o desenvolvimento institucional sendo inseridas as seguintes diretrizes de elaboração do PDI.

Com a edição da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece a Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Ministério da Educação iniciou um processo de revisão das atribuições e competências da Secretaria de Educação Superior/ SESu, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais – INEP, objetivando consolidar o trabalho realizado e conferir maior eficiência e eficácia aos dispositivos contidos na Lei nº 9.394/96.

Como parte integrante, a lei nº 10.861/2004 traz o sistema de avaliação da Educação Superior que se torna uma nova temática para compreender como as IES são avaliadas pelo MEC. Parte delas aprovadas ou reprovadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim o plano de desenvolvimento institucional tem inserido na sua elaboração um plano estratégico, a legislação específica para a sua permanência e mudanças vigentes do MEC no que se refere as Instituições de Educação Superior.

Cada IES deve elaborar seu plano estratégico que será incluído no plano de desenvolvimento Institucional com duração determinada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 15 de maio de 2021.

MACEDO, Roberto Sidney. **Currículo e complexidade: a perspectiva crítica multirreferencial e o currículo contemporâneo**. Salvador. EDUFBA. 2002

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Diretrizes para Elaboração Disponível em: <http://ape.unesp.br/pdi/pdf/PDI-DiretrizesMEC.pdf>. Acesso: 16 de maio de 2021

SIMON SCHWARTZMAN: “**Só excelência acadêmica na basta**”. Entrevista. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/06/bsimon-schwartzmanb-so-excelencia-academica-nao-basta.html>. Acesso: 16 de maio de 2021



O sistema avaliativo durante o ensino remoto na escola experimental Prof.^a Marina Tavares Cardoso

Aline dos Santos Santana
Isana Kelly Araújo

DOI: [10.29327/539929.1-7](https://doi.org/10.29327/539929.1-7)

O SISTEMA AVALIATIVO DURANTE O ENSINO REMOTO NA ESCOLA EXPERIMENTAL PROF.^a MARINA TAVARES CARDOSO

DOI: 10.29327/539929.1-7

Aline dos Santos Santana

Isana Kelly Araújo

RESUMO

A educação vem tecendo roteiros, buscando se adequar às transformações e anseios da sociedade. Na busca de novas possibilidades e estratégias para uma educação transformadora, o presente artigo traz um panorama de como está acontecendo o processo avaliativo em tempos de pandemia em uma escola localizada no município de Camaçari-BA, em uma turma de 5º ano, na qual representa o fechamento do ciclo formativo do Ensino Fundamental I e quais são os desafios gerados para os professores para avaliar as competências e habilidades adquiridas por essa turma. O objetivo deste trabalho é mostrar os aspectos positivos e negativos que a pandemia veio trazer com relação às mudanças no processo de avaliação escolar. Desse modo, essa pesquisa trouxe a fundamentação do que e como avaliar, os instrumentos de avaliação utilizados no sistema educacional e as mudanças ocorridas no processo de avaliação pelos professores da turma do 5º ano da Escola Experimental Professora Marina Tavares Cardoso.

Palavras-chave: Avaliação, educação, escola experimental, ensino remoto.

ABSTRACT

Education has been weaving scripts, seeking to adapt to the transformations and desires of society. In the search for new possibilities and strategies for transformative education, this article provides an overview of how the evaluation process is happening in times of pandemic in a school located in the municipality of Camaçari-BA, in a class of 5th year, in which it represents the closure of the formative cycle of Elementary Education I and what are the challenges generated for teachers to assess the competences and skills acquired by this class and at which times the participation of the manager is necessary for the smooth running of remote activities. The objective of this work is to show the positive and negative aspects that the pandemic has brought with respect to changes in the school evaluation process and how the manager's posture is preponderant. In this way, this research brought the foundation of what and how to evaluate, the evaluation instruments used in the educational system and the changes that occurred in the evaluation process by the teachers of the 5th year class of the Experimental School Professor Marina Tavares Cardoso.

Keywords: Evaluation, education, experimental school, remote teaching.

RESUMEN

La educación ha ido tejiendo guiones, buscando adaptarse a las transformaciones y preocupaciones de la sociedad. En la búsqueda de nuevas posibilidades y estrategias para la educación transformadora, este artículo brinda un panorama de cómo se está dando el proceso de evaluación en tiempos de pandemia en una escuela ubicada en el municipio de Camaçari-BA, en una clase de 5º grado, en la que representa el cierre del ciclo formativo de la Escuela Primaria I y cuáles son los desafíos de los docentes para evaluar las habilidades y habilidades adquiridas en esta clase. El objetivo de este trabajo es mostrar los aspectos positivos y negativos que trajo la pandemia con respecto a los cambios en el proceso de evaluación escolar. Así, esta investigación sirvió de base para qué y cómo evaluar, los instrumentos de evaluación utilizados en el sistema educativo y los cambios que se produjeron en el proceso de evaluación por parte de los docentes de 5º curso de la Escola Experimental Professora Marina Tavares Cardoso.

Palabras clave: evaluación, educación, escuela experimental, enseñanza a distancia.

INTRODUÇÃO

A escola pode ser considerada a principal provedora de informação e conhecimento institucional, conquistando aprendizado e educação de qualidade. Inicialmente a escola e o sistema educacional objetivavam em seus métodos de ensino, a aplicação de conteúdos de maneira que, o aluno absorvesse como verdade absoluta, não sujeita a variações e aos contextos socialmente distintos. A Pedagogia moderna vem trazendo discussões e formas para que a educação alcance um viés transformador, reflexivo e que confronte com a realidade do sujeito e que esse ensino tradicional sirva como coadjuvante nessa perspectiva da educação transformadora.

O atual contexto, de maneira arrebatadora, mobilizou para que a educação começasse a utilizar os recursos disponíveis na sociedade em prol do bem comum, tentando quebrar com paradigmas e se desafiando na busca de uma educação de qualidade.

Nesse artigo buscamos fazer uma pequena abordagem sobre o sistema avaliativo educacional brasileiro e como tem acontecido o processo avaliativo na Escola Experimental, localizada em Camaçari-BA com o advento da pandemia mundial do COVID-19.

O ato de avaliar faz parte de todo o processo educativo e consiste num elemento fundamental no acompanhamento da aprendizagem do estudante. Para Romão (2009, p.80),

[...] a avaliação da aprendizagem é o procedimento docente que atribui símbolos a fenômenos cujas dimensões foram medidas, a fim de lhes caracterizar o valor, por comparação com padrões prefixados [...] enquanto medida constrói-se mais em cima de juízos de fato [...], a avaliação se edifica sobre juízos de valor.

Nesse sentido entende-se que a avaliação é uma forma subjetiva de referenciar valores e buscar sintetizar através de uma medida o entendimento sobre o processo educativo. Diante disso busca-se responder a seguinte questão: O que mudou no processo avaliativo educacional durante a pandemia na Escola Experimental Prof.^a Marina Tavares Cardoso?

Para a elaboração deste artigo, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, que permite explorar e investigar os fenômenos sociais e culturais, nos quais não podem ser quantificados, sendo possível desenvolver ideias, conceitos e entendimentos a partir dos dados coletados. A pesquisa qualitativa utiliza técnicas e dados como a observação participante, história ou relato de vida, entrevista e outros. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Por tratar-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa, descritiva, valendo-se de estudo de caso, baseado em um relato de experiência para sua realização, os métodos possíveis e passíveis de serem utilizados para a coleta de dados foi à observação participante, que para Chizzotti (2001) ocorre por

meio do contato direto do investigador com o fenômeno observado para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, considerando suas perspectivas e seus pontos de vista. Você assume o papel de ator, desenvolvendo um papel no grupo que está estudando. (GIL, 1999).

O objetivo deste trabalho é mostrar os aspectos positivos e negativos dos impactos causados pela pandemia na interferência deste sistema. Como relato de experiência, o campo de observação mencionado é um local de vivência profissional, e as constatações aqui trazidas foram a partir da entrevista semiestruturada também conhecida como semidiretiva ou semiaberta e “está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista” (MANZINI, 1991, p. 154). E pela fundamentação teórica a partir dos autores aqui mencionados, sendo a pesquisa dividida pela contextualização sobre o sistema avaliativo no Brasil e o exemplo do campo de observação, com as análises e reflexões registradas na conclusão deste trabalho.

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO NO BRASIL

A educação fundamental no Brasil é de responsabilidade dos municípios tendo que lidar com diversos desafios sejam eles de ordem financeira, estrutural e pedagógicas propriamente ditas. Apesar da descentralização educacional o Estado ainda é o responsável pelas políticas educacionais atuando na administração educacional sem interferir ativamente nos processos estruturais escolares. (CABRAL NETO; OLIVEIRA, 2006). Sendo que a função do Estado é fomentar a igualdade/equidade e transformação do sistema através de condutas orientadoras do funcionamento educacional.

Os processos de avaliação Educacional Brasileiro tiveram sua reforma em 1990, que a instituiu como controle dos instrumentos educacionais que se consolidou em todos os níveis dos mesmos, garantindo a objetividade da mesma e investimento de profissionais atuantes na área e a as especificidades do público-alvo de ordem biopsicossocial. CASTRO, 2007; SILVA, 2011 afirmam que:

O foco nos resultados torna a avaliação uma ferramenta estratégica da gestão, pois fornece um panorama do estado em que se encontram os processos educativos, porém, consideramos que a análise apenas dos resultados não permite identificar especificidades do processo, como: características do aluno, condições de trabalho docentes, infraestrutura escolar etc. Além disso, essa forma de gestão visa mais o controle dos resultados e a responsabilização dos sujeitos do que a correção dos problemas identificados.

O sistema educacional deve se utilizar desses parâmetros para instituir melhorias educacionais em nível gestor ,estrutural e pedagógico mas nota-se que o sistema age como metas ,resultado e competição entre instituições como meios a atingir a melhoria educacional como podemos observar em: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino

Médio (ENEM), Exame Nacional de Cursos (conhecido como Provão, e foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – 7 ENADE), Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (ENCEJA), Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e a Prova Brasil.

Os aspectos positivos, sob perspectiva qualitativa pode-se utilizar desses meios avaliativos para melhoria curricular e dá a formação e a prática do corpo docente. Porém, tornam-se negativos ao instigar a competitividade e a discriminação com uma base quantitativa. Sendo os dados obtidos nas atividades dos sistemas de avaliação não podem ser definidos apenas na divulgação dos resultados, sendo que esse perfil não atua para melhoria da qualidade educacional.

Instrumentos de Avaliação

A avaliação na educação brasileira pode ser diversa, procura-se atualmente envolver os discentes nessa perspectiva de construção de conhecimento e auto criticidade, não os deixando como mero expectador, mas como construtor do seu conhecimento.

Avaliação Educacional hoje não é apenas um campo com teorias, processos e métodos específicos, mas também um campo abrangente que comporta subáreas, com características diferentes: avaliação de sistemas educacionais, de desempenho escolar em sala de aula, de rendimento escolar com objetivo de macro análises, de programas, avaliação institucional e autoavaliação. Admite ainda diferentes enfoques teóricos como avaliação sistêmica, avaliação iluminativa ou compreensiva, avaliação participativa etc. A avaliação pode ter diversos enfoques como a própria autoavaliação que permite que o aluno reflita sobre seu empenho, comprometimento e desempenho nas atividades. A avaliação tradicional consiste em uma prova de teste de conhecimentos que com o passar dos anos foram aprimoradas e que tem como priori a construção do raciocínio crítico e o uso dos conhecimentos adquiridos em ações reais.

Os seminários compõem uma explanação sobre um tema geralmente em grupo para a classe permitindo uma avaliação oral e a utilização de métodos criativos e didáticos próximos a realidade de cada faixa etária, além de trabalhar a diversidade e a construção do trabalho em equipe e as relações interpessoais. E os simulados que constituem uma prévia de realização de provas institucionais que preparam o aluno para condições ideais para um bom desempenho na situação exposta.

Atualmente no período pandêmico todos os entraves das avaliações foram potencializados devido a inabilidade da educação fundamental com processos tecnológicos e sua adequação a aprendizagem e avaliação bem como o treinamento de equipe para manipulação e destreza desses meios e dificuldades de acesso à internet e meios digitais pelos alunos o que foi um propulsor para medidas intensivas para adequação dessas dificuldades.

Mudanças no Processo de Avaliação da Escola Experimental Prof. Marina Tavares Cardoso em Período Pandêmico

Devido ao surgimento de uma doença global viral causada pelo coronavírus denominada de COVID-19, todos foram surpreendidos e submetidos a adotar medidas de segurança que impossibilitaram a socialização e a aglomeração entre pessoas, fazendo com que toda a rotina social fosse modificada. Com isso, as escolas passaram a adotar a metodologia do ensino a distância para dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem e não interromper o processo de escolarização. A partir disso, toda estrutura escolar precisou ser adaptada para esse novo formato de ensino, inclusive no que diz respeito aos processos avaliativos.

A unidade escolar abordada nesta pesquisa fica localizada no município de Camaçari-BA, no bairro da Gleba E. A Escola Experimental Prof.^a Marina Tavares Cardoso conta hoje em dia com um total de 249 alunos matriculados, 13 professores, 01 diretora, 01 vice-diretor, 01 coordenadora pedagógica, todos trabalhando de maneira remota.

Diante das diversas dificuldades sociais pertencentes à realidade dos alunos, com relação a acesso e disponibilidade de recursos tecnológicos, muitos acabam sendo prejudicados nessa modalidade de ensino. Atualmente são 198 alunos, divididos por turma, que participam das aulas remotas através do aplicativo *Whatsapp*. Mediante a adesão das tecnologias de maneira tão latente e necessária no cenário atual, os processos metodológicos avaliativos desta escola tiveram que ser readaptados de maneira que fosse possível atender as especificidades dos alunos e o olhar pedagógico do professor. Na turma do 5º ano atuam duas professoras responsáveis pelas disciplinas de Português e Matemática, onde as atividades, horários e turmas são divididos na semana. Atualmente conta com 49 alunos matriculados no 5º ano, separados em duas turmas.

Uma das atividades executadas pela escola para o direcionamento do que vai ser avaliado, é realizar o plano de curso. Após a primeira semana de aula, a equipe pedagógica se reúne, virtualmente, para decidir o que pretende abordar de conteúdo, baseado na realidade dos alunos, para ser aplicado nas aulas remotas. Por se tratar de um ensino à distância esses conteúdos, devem ser traçados de maneira que se obtenha uma fácil assimilação dos alunos, já que a figura do professor não estará tão presente, de maneira que o aluno possa tirar dúvidas com mais facilidade, e a percepção do professor para aquele aluno estará limitada pela barreira tecnológica.

Assim definido o plano de curso, no período estabelecido para a entrega dos tickets alimentação para as famílias, a escola se responsabiliza em entregar esse material junto com as atividades auxiliares, para que todos os alunos sejam incluídos nesse processo avaliativo. Essa ação educativa também permitirá ao professor conhecer as potencialidades, as dificuldades, as aspirações, as expectativas e as ideias dos alunos, com relação à escola e ao conteúdo de ensino (ROMÃO, 2009).

Assim como nas aulas presenciais, nas aulas remotas também são utilizadas avaliações diagnósticas. A avaliação diagnóstica é um instrumento avaliativo importantíssimo na educação, nas aulas remotas está sendo apresentado de duas maneiras pelas professoras do 5º ano, de maneira física, entregue diretamente a família dos alunos ou de maneira virtual, disponibilizada pelo *Whatsapp*. A avaliação diagnóstica tem acontecido no início do ano letivo e no final do ano letivo. São passadas todas as orientações com relação à maneira de como se deve realizar essa avaliação e de não se preocupar com o medo de errar, pois o erro será o fator principal para buscar compreender as dificuldades apresentadas por aquele aluno. Desse modo, verifica a existência ou não de habilidades e conhecimentos prévios, como uma ação que inicia todo o processo avaliativo que seguirá até o final do ano (HAYDT, 2008).

Porém a grande dificuldade da aplicação dessa avaliação se dá justamente no processo avaliativo, no qual a falta da presença física do professor inviabiliza observar como e de que maneira os alunos estão chegando aos resultados. Por estarem realizando as atividades em casa, é preciso reconhecer que não está havendo manipulação dessas atividades por outrem. Através disso, as professoras se mobilizam para utilizar outras estratégias para conseguir aproveitar o máximo de rendimento dos alunos, como afirma a professora de Matemática, que diz buscar obter respostas através de áudios, ou de compartilhamentos das atividades fora do grupo da turma a serem enviados diretamente para ela.

Outro recurso utilizado para obter de forma legítima a contestação do aprendizado dos alunos, são através das chamadas de vídeo que ocorrem uma vez por semana (devido às necessidades sociais da classe) através do *Google Meet*, nas aulas de Matemática com a didática dos Desafios Lógicos, onde a proposta é justamente avaliar a capacidade de o aluno resolver cálculos mentais de forma rápida.

A Escola Experimental, inaugurada em maio de 2011, surgiu com a iniciativa de trazer propostas inovadoras para a educação e de acordo com a atual diretora escolar, empregou-se o método da Pedagogia de Projetos para atender a essa proposta, pensando em desenvolver um processo educativo que valorizasse a participação do educando, dando voz e vez a ele.

Assim como afirma Pinheiro (2016), o trabalho com projetos permite aos educadores, articular vivências (práticas) com aquilo que se pretende ensinar (teorias), possibilitando a utilização de assuntos variados para tratar de um tema específico.

Uma das experiências proporcionadas pela escola para vincular a teoria com a prática dos alunos eram as atividades extraclasse, vivenciadas junto com a escola fora do ambiente escolar (passeios, visitas a rádios, eventos literários), que devido à pandemia esse recurso passou a ser substituído pelos relatos dos alunos e pelas rodas de leitura que acontecem uma vez por semana com a professora de Português da turma, virtualmente, pelo aplicativo *Google Meet*. Na roda de leitura a professora avalia a competência leitora de cada aluno a partir das literaturas propostas, e também é onde acontecem os relatos memoráveis, onde são analisados a oratória e as habilidades de conversação de

cada um. Para essa atividade não é atribuída uma nota, mas conceitos que através de um texto descritivo representam o nível de aprendizagem dos alunos.

No ensino remoto, não existe a aplicação de provas, mas as atividades vão aumentando gradativamente o seu nível de dificuldade a partir de cada conteúdo trabalhado, conteúdo este que pode ser apresentado através do livro didático, de material online, do bloco de atividades organizado pela equipe pedagógica, são recursos diversificados para o desenvolvimento deste trabalho.

Todo esse trabalho é organizado e tabulado através de fichas, onde registra os alunos que participam, interagem das aulas online, entregam as atividades, os que só visualizam o grupo e aqueles que não têm acesso. Atualmente na turma do 5º ano, são onze alunos que não têm acesso às aulas online. Esse registro é feito pelos professores da turma juntamente com a gestão, e são analisados periodicamente através das tabulações realizadas.

Ao final do ano letivo, através da reunião das fichas de registro dos alunos é feita uma avaliação somativa, no intuito de conceituar o nível de aprendizagem em que o aluno se encontra através das habilidades e competências adquiridas ao longo do ano. Consiste em classificar os resultados da aprendizagem dos alunos ao final de um período, classificando o aluno e quantificando o seu processo avaliativo (HAYDT, 2008).

Por se tratar de um período pandêmico e de realidades discrepantes, a aprovação está sendo vigorada a partir do nível de participação e interação do aluno. São registradas as habilidades dos alunos para a documentação da sua vivência escolar, porém o aluno que se distancia completamente do ensino, ficando alheio e sem a troca de diálogos formativos, sem contato com a escola mesmo através da busca realizada pela equipe pedagógica, faz-se necessário repetir a série.

CONCLUSÃO

Um dos processos mais difíceis na educação é o processo de avaliar. Ainda existem muitos contrapontos com relação a como fazer, e ainda sim dúvidas e novidades vão aparecendo no trajeto. Para cada pessoa é exigido um olhar atento para que possa compreender todo o entrelaçador de caminhos que foi desenvolvido para chegar a uma determinada conclusão. O sistema avaliativo educacional avançou em sua forma de conduzir e buscar entender a maneira de aprender dos estudantes. Muda-se a concepção de como se aprende e isso é um sucesso garantido a partir da comunicação com outras áreas científicas como a psicologia, sociologia, didática.

Como afirma Kesselring (1993), o professor interpreta o que vê a partir de suas experiências de vida, sentimentos e teorias. Na avaliação educacional há que se levar em conta a relação entre o avaliador e o avaliado. Nessa perspectiva a pandemia vem abarcando com todas as emoções dos seres humanos,

diante das notícias, mudanças e acontecimentos que vem acontecendo, o olhar do avaliador passa a ser mais compreensível devido às dificuldades que todos vêm enfrentando. O ato de avaliar passa a tomar uma nova roupagem, não somente para eleger uma pontuação para determinado aluno, mas, para observar o lado subjetivo de quem são aqueles capazes de enfrentar as diversidades e quais são as estratégias que utilizam para não desistir dos seus objetivos. A partir de todo esse contexto atual, assim como pontua Hoffman (2011), é preciso resgatar a sensibilidade inerente ao processo de avaliar, estarmos conscientes de que a educação envolve a relação entre seres humanos, diferentes entre si.

Através do campo de observação apontado neste trabalho, percebe-se que, mesmo com muitas dificuldades, os professores ainda mantêm as suas práticas avaliativas, buscando maneiras de compreender todo o desenvolvimento da aprendizagem de cada aluno. Por se tratar de uma turma que ainda está se descobrindo e desenvolvendo práticas autônomas, o ato de avaliar a distância se torna uma barreira para confirmar a aprendizagem dos alunos com relação a assimilação de conteúdo. Têm-se optado por analisar mais o nível de desempenho de cada um com relação à prática de rotinas escolares. Os resultados do impacto causado por essas mudanças, serão apontados a longo prazo, nos resultados apresentados pelos sistemas de avaliação nacional e com a retomada das aulas presenciais.

REFERÊNCIAS

- CABRAL NETO, A.; OLIVEIRA, M.N. Descentralização/Municipalização do Ensino no Estado da Bahia: **Aspectos Político-Institucionais e Administrativos**. In: CABRAL NETO, A.; NASCIMENTO, I.V.; LIMA, R. (Org.). Política Pública de Educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulinas, 2006.
- CASTRO, A.M.D.A. **Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar**. In: CABRAL NETO, A. (Org.). Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- CASTRO, M.H.G. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios**. São Paulo Perspectiva. V. 23, n. 1. Jan./jun., 2009.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- Gatti, Bernardete A. Avaliação educacional no brasil: pontuando uma história de ações. EccoS Revista Científica, vol. 4, núm. 1, junho, 2002, pp. 17-41. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HAYDT, R. C. **Avaliação do processo de ensino-aprendizagem**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2008.

HOFFMAN, Jussara M. L. **Pontos e contrapontos: do pensar e agir em avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

KESSERLING, Thomas. Jean Piaget. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

OLIVEIRA, L. F. S; GARCIA, L. T. E. **Políticas de Avaliação no Brasil: concepções e desafios.** UFRN, Brasil

PINHEIRO, Luciana Madsen. **Pedagogia de Projetos.** A Metodologia que usa os sentidos e a arte como base para o aprendizado. Clube de autores, 2016.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, A.F. **Avaliação da educação básica, gestão escolar e trabalho docente.** In: SOUSA JUNIOR, L.; FRANÇA, M.; FARIAS, M.S.B. (Orgs.). Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino. Brasília: Liber Livro, 2011a.



Planejamento no ensino remoto: Um olhar para as escolas públicas de educação infantil

Franciely Vigato da Silva

DOI: [10.29327/539929.1-8](https://doi.org/10.29327/539929.1-8)

PLANEJAMENTO NO ENSINO REMOTO: UM OLHAR PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

DOI: 10.29327/539929.1-8

Franciely Vigato da Silva Cardoso

RESUMO

Este trabalho trata de uma reflexão sobre a importância do planejamento no ensino remoto, respeitando as habilidades propostas na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, na educação infantil em tempos de pandemia a Covid -19, em que também motiva a muitas preocupações pois, são alunos com idade entre 4 e 5 anos que estão em casa, sendo assistidos a distância pelos professores, que no final deverão avalia-los também a distância observando apenas as atividades enviadas pelos pais, sendo assim, o planejamento deve ocorrer levando em consideração não só o conteúdo/habilidade proposta na BNCC, mas também a necessidade e a possibilidade da criança em conseguir ou não responder as apostilas enviadas, uma vez que muitas delas ficam sem acompanhamento em casa e passam por diversas situações emocionais que podem dificultar seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Planejamento, BNCC, educação infantil, covid-19.

ABSTRACT

This work deals with a reflection on the importance of planning obedecendo the skills proposed in the BNCC - Common National Base Curricular, in early childhood education in times of pandemic to Covid -19, in which it also motivates many concerns because, they are students aged between 4 and 5 years who are at home, being assisted at a distance by teachers, that in the end should evaluate them also at a distance observing the activities sent by the parents, so the planning should take place taking into account not only the content/ skill proposed in the BNCC, but also the need and the possibility of the child in getting or not responding to the handouts sent, since many of them are unaccompanied at home and undergo several emotional situation that can hinder their development. **Keyword:** Planning, BNCC, early childhood education, covid-19.

RESUMEN

Este trabajo es una reflexión sobre la importancia de la planificación en la educación a distancia, respetando las competencias propuestas en el BNCC - Base Curricular Nacional Común, en la educación infantil en tiempos de pandemia, Covid -19, lo que también motiva muchas preocupaciones por tratarse de estudiantes de edad avanzada. entre 4 y 5 años, que se encuentran en casa, siendo asistidos a distancia por los profesores, quienes al final también deben evaluarlos a distancia, observando solo las actividades enviadas por los padres, por lo tanto, la planificación debe realizarse tomando en cuenta no solo el contenido / habilidad propuesto en el BNCC, sino también la necesidad y posibilidad del niño de poder o no responder a los folletos enviados, ya que muchos de ellos quedan desatendidos en casa y atraviesan diversas situaciones emocionales que puede obstaculizar su desarrollo.

Palabras clave: Planificación, BNCC, educación infantil, covid-19.

INTRODUÇÃO

A palavra planejamento etimologicamente vem do Latim PLANUS “achatado, nivelado, que resultou em nossa língua “planos” e depois “planejar” que pode ser entendido como um serviço de preparação de um trabalho, uma tarefa ou organização, surgiu em meados ao século XX para atualizar a escola ao modelo capitalista, uma forma de igualar o sistema educacional.

O planejamento é entendido como um momento de pensar e preparar, formas e possibilidades para alcançar uma meta, no caso das escolas, alcançar um único objetivo: o aprendizado do aluno. Neste caso, o professor é o responsável por planejar, ou seja, de buscar alternativas para ajudar o aluno compreender aquilo que se propõe.

“Os objetivos educacionais são uma exigência indispensável para o trabalho docente, requerendo um posicionamento ativo do professor em sua explicitação, seja no planejamento escolar, seja no desenvolvimento das aulas” (LIBÂNEO, 2013, p. 134).

Até hoje, o planejamento é um item importante e muito cobrado pela coordenação dentro da escola de educação básica, pois é norteador não somente na gestão através da elaboração do PPP- Projeto Político Pedagógico, como também nas salas de aula. Existem vários tipos de planejamento, estratégico, escolar, tributários, domiciliar, institucional, organizacional, empresarial etc.

Aqui vamos tratar do planejamento escolar voltado a BNCC - sua importância e dificuldades nas escolas através do ensino remoto.

A BNCC surgiu como proposta de igualar o currículo entre as escolas públicas e particulares e unificar os conteúdos, uma vez que aquilo que era cobrado nas avaliações externas, como Provinha Brasil por exemplo, não era a realidade do que estava ensinando no dia a dia da sala de aula.

Começou a ser discutida em meados do ano de 2015, é um documento de caráter normativo e progressivo e que até hoje promove discussões no âmbito educacional, principalmente no ensino básico.

Antes a Constituição Federal, atribuía as questões curriculares para LDB (Lei das diretrizes de base de 9394/96 e esta por sua vez ramificava para PCNs (Planos curriculares nacionais) que estabelecia igualdade para currículo, ou seja, as escolas públicas e particulares possuem currículos diferenciados e claro que as escolas públicas acabavam se atrasando e perdendo qualidade.

O documento surgiu a princípio com a participação de todos. O próprio MEC solicitou a participação da sociedade para criação das metas e principalmente das escolas que na época precisava enviar sugestões de acordo com a realidade de cada lugar.

Como vimos e estamos falando de planejamento, até a própria BNCC passou por um planejamento para ser criada e necessita de planejamento para ser trabalhado, principalmente na educação infantil, pois ela apresenta dívida em 5 campos de experiências que antes era chamado de conteúdo: Corpo, gestos e movimento – Traços, sons, cores e formas- Escuta, fala, pensamento e

imaginação-Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações- Eu, o nós e o outro, o que muitas vezes traz contradições entre as famílias quando recebem as atividades que antes eram acostumadas com um conteúdo e hoje muda o foco, exigindo do professor mais que nunca um bom planejamento para que seja alcançada todos os campos/competências propostas para desenvolvimentos infantil do brincar, participar, explorar, conviver, expressar e conhecer-se.

Planejamento das Atividades Remotas nas Escolas Públicas de Educação Infantil

Como já vimos aqui, o planejamento é entendido como um momento de reflexão e preparação para alcançar um objetivo, na educação básica, o professor tem esse momento que normalmente é feito dentro da própria instituição ou fora dela, se houver necessidade como veremos mais à frente.

Os professores 40 horas semanais possuem 13 horas de planejamento e as 20 horas 7, o que corresponde a 20% da carga horária, destinada a preparação de atividades, correção, organização de material, atendimento aos pais entre outros como propõe a própria LDB.

Nos dias atuais, a pandemia do Covid-19 pegou as escolas públicas de surpresa, sem ter tempo nem de “planejar”, pois a maioria delas não estavam preparadas para trabalhar com a nova modalidade de ensino, o ensino remoto.

O ensino remoto diferentemente do ensino a distância tem causado grande confusão na população que muitas vezes desconhece a diferença. O EAD é uma modalidade de ensino prevista na LDB, mas não para educação básica, que busca facilitar a vida, podemos dizer assim, de pessoas que não podem estudar em horários integrais, por causa por exemplo do trabalho, assim, conseguem assistir suas aulas e atividades em seus horários, pois ficam gravadas muitas vezes em plataformas digitais, isso acontece muito principalmente hoje em dia nas universidades e até mesmo no EJA (Educação de jovens e adultos), já o ensino remoto entende-se por transmissão em tempo real de aula através de aplicativos como Meet, Zoom entre outros, assim como envio de atividades semanal ou quinzenal.

Esta nova modalidade tecnológica surge para manter grosso modo, a rotina de aula e interação com alunos, a fim de não perder o vínculo com a escola, principalmente quando se trata de educação básica.

Porém, nem só de tecnologia vive as escolas públicas, como já vimos antes, elas não tinham preparo para isso e assim surgem desafios e grandes desafios para manter as escolas “fechadas” em funcionamento.

Desafio que entre eles estão: falta de equipamentos como impressoras para impressão de muitos materiais (principalmente na educação infantil), que antes cada setor tinha sua impressora e fazia trabalho de poucas impressões por dia, uma na sala dos professores que também era usada sobre escala de planejamento, onde era impresso poucas folhas (apenas para a semana de aula) como é de costume,

falta de materiais, como sulfite, pois aumentou a demanda, se antes era passado atividades no quadro, agora é tudo impresso, papéis como cartão, cartolinas etc. que devem agora ser enviados para casa, envelopes e o pior, as escolas não recebem suporte (materiais) suficiente das secretarias municipais para funcionar, tendo muitas das vezes que pedir para os pais, ajuda, como é o caso de sulfite.

Muitos professores acabam tirando do bolso para trabalhar, compram impressoras para imprimir em casa, as vezes sulfite, envelopes, internet, porque não existe possibilidade de ensino remoto com transmissão em tempo real se falta computadores até planejar e assim vai, para não deixar o aluno sem material.

[...] estamos nos virando com o que temos, fazendo de nossa casa um verdadeiro estúdio de gravações, sem o apoio necessário de equipamentos que deveriam ser dados para o desenvolvimento das aulas dos docentes para os discentes (MANDACARU, 2020).

Falta internet, aparelhos adequados, apoio da família e estímulos das instituições de ensino [...] (JUAZEIRO, 2020).

A falta de interesse e a burocracia de entrega, muitos planejamentos em curto tempo (AROEIRA, 2020).

De acordo com pesquisas no Brasil, hoje 43 % das escolas públicas municipais usam o envio de atividades impressas.

O planejamento dos professores que agora pode ser feito em casa, afim de evitar aglomerações nas escolas, onde chamamos aqui de “planejamento Home –office”, assim o professor mantém sua rotina de preparação de atividade, correções de apostilas, gravação de vídeos, chamadas de vídeos, gravação de áudios, relatórios, portfólios de fotos, diários, planos de aula, estudos entre outros, ficando para comparecer na escola, apenas uma vez por semana de forma escalonada pelo supervisor escolar para impressões (quando tem equipamento funcionando) e entrega de atividades para os pais com data pré agendada, também para não aglomerar.

O planejamento agora ficou bem mais complexo, pois quando deparamos com a proposta do BNCC para educação infantil, ela prevê muito o lúdico, o explorar, o interagir, e como desenvolver tais atividades com distanciamento? Mesmo que o ensino remoto diz que as atividades enviadas são apenas para manter o vínculo com a criança, não necessariamente tendo que trabalhar as habilidades nela contida, temos que pensar que não podemos parar no tempo e deixar que essas crianças fiquem em casa apenas com brincadeiras e sim introduzir uma alfabetização para que o ano não fique perdido e no próximo não venha ficar tão prejudicado.

A resiliência que hoje mais que nunca entra para mudar o modelo de plano de aula, o modo de ver e pensar em novo planejamento, repleto de inovações, tecnologias e disposição do professor em buscar o novo, durante as correções um outro olhar e reflexão nos detalhes para tentar aqui compreender

e perceber através de detalhes quem são os alunos que muitas vezes só conhecemos por foto, que está ali por traz da atividade, se está aprendendo ou não.

O planejamento que antes era de fazer busca no google de atividades, selecionar páginas do livro, imprimir escrever no caderno aquele velho modelo tradicional de conteúdo, objetivos e metodologia, requer agora um novo modelo, um modo ativo, atividades que quando se busca primeiramente precisamos não apenas ver se corresponde ao conteúdo que objetivo ensinar, mas se ele será suficiente para meu aluno, se ele será capaz de entender na casa dele, se será atrativo entre outros.

A criatividade dos professores brasileiros em se adaptar à nova realidade é indescritível no que se trata da criação de recursos midiáticos: criação de vídeo aulas para que os alunos possam acessar de forma assíncrona além das aulas através de videoconferência para a execução de atividades síncronas como em sala de aula. Uma revolução educacional sobre o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico (CORDEIRO; p.06, 2020).

Como os professores estão lidando com planejamento no ensino remoto?

Os professores uma das peças fundamentais para ensino remoto emergencial, tem passado por muitos desafios ao logo desses 14 meses, uma mudança que aconteceu muito rápido e teve que se adaptar também muito rápido, principalmente para os professores da rede básica, em que estavam acostumados de um jeito e dentro de 30 dias tiveram que mudar.

Mudanças essas por exemplo relacionados a tecnologia, der repente tiveram que aprender, usar ferramentas para edição de vídeos, áudios, aplicativos Meet Zoom até mesmo conhecimento no próprio word, excel, paint que antes era usado apenas os itens mais simples possível, hoje com certeza já foram mais explorados, uso do celular, baixar aplicativos para facilitar edição entre outros, sem contar no WhatsApp que viralizou, de uma hora pra outra tiveram que compartilhar seus números pessoais para formar grupos de pais e manter assim a comunicação entre ambos, memória de celular carregados com fotos, vídeos e áudios de alunos, enviando atividades e tirando dúvidas, que muitas das vezes até impedem o funcionamento do aparelho.

A carga horária dobrou, mesmo sem as aulas on-line, o planejamento dele acaba sendo ainda mais extenso, no caso da educação infantil, precisa enviar jogos, livros para leitura, material para realização das atividades entre outros que precisam ser confeccionados e embalados para envio e tudo isso feito pelo professor, que se estivessem na escola, os jogos e brincadeiras e embalar materiais não haveriam necessidade, isso tudo faz com planejamento dele fique ainda maior em relação ao de antes, sem contar com WhatsApp que não para, durante dia, anoite até mesmo nos finais de semana, tem pais e alunos chamando.

O acompanhamento das crianças é outro desafio, que ocorre na maioria dos casos, os alunos ficam em casa com irmão mais velho ou os avós que esses por sua vez não conseguem ou tem paciência para ajuda-los e acabam ora fazendo atividade ora não fazendo, em alguns casos entregam as apostilas sem concluir e ai os professores que precisam avaliar as apostilas e relatar para escola ficam muitas vezes sem saber o que fazer, outra situação é a falta de comprometimento em retirar e entregar as atividades, muitos não conseguem ir no dia, outros não vão por falta de interesse e respeito pela criança e pela escola, os professores e a orientação ficam tempo todo ligando e cobrando para a família também faça sua parte, em um momento como este mais que nunca ,é impossível a escola agir sozinha, e mediante a todos esses caos e desafios e preocupações entra ai mais um problema para os professores, a saúde mental

Este fator já não é uma novidade na vida dos professores, estresse, preocupação e ansiedade acompanha os profissionais da educação a algum tempo, mas no cenário atual acaba sendo ainda pior.

Os professores estão com medo da doença em si, preocupados com aprendizados dos alunos, se cobram mais, cada dia mais, com a incerteza de estarem fazendo o melhor, e o pior sem preparo o que os leva ainda mais para graus de estresse e ansiedade.

Muitos professores nesses dias, reclamam de falta de sono, dores musculares, dores de cabeça e visão, pelo fato de ficarem muito mais tempo na frente de telas como celulares e microcomputadores, inquietação, falta de apetite, cansaço excessivo, falta de energia que normalmente estão ligados a doenças emocionais e/ou ansiedade.

Enfim, quando colocamos duas questões importantes, professor e planejamento no ensino remoto, parece que estamos falando da mesma peça, pois nos dias em que estamos parece que não há mais separação, não tem mais dia de planejamento, ele acontece todos os dias e qualquer momento e isso tem causado sérios desafios e questionamentos para educação.

Como as crianças estão recebendo as atividades planejadas em casa?

Os pequenos são os protagonistas da aprendizagem, com o isolamento social os professores tiveram que readaptar e replanejar para trabalhar com as crianças, que do contrário de outras idades, mas não menos, a educação infantil exige uma metodologia diferenciada para o atendimento.

Precisam estar atentos para garantir no planejamento os 6 direitos propostos na nova BNCC: explorar, participar, brincar, interagir, se expressar e conviver, através de atividades que fossem fáceis para que as famílias conseguissem desenvolver em casa, algo que parece tranquilo, mas não é.

No início foi muito bem recebido, as crianças e as famílias estavam ansiosos pelo início das aulas e de preferência que fossem presenciais, mas infelizmente não foi possível devido os altos índices

ainda do corona vírus no Brasil, porém havia entusiasmo, com o decorrer do tempo os professores começaram a perceber que as atividades estavam sendo entregues sem capricho, outras sem terminar e os pais desesperados sem saber o que fazer em casa para as crianças pudessem ter ânimo, pois ele não conseguem compreender o momento em que vivemos, embora seja trabalhado sobre os cuidados e o que é coronavírus, isso fica automático na cabeça deles, mas não há uma compreensão da situação.

Muitos pais reclamam da dificuldade em, ensinar em casa, até porque, assim como os professores, não puderem se organizar e nem foram orientados a trabalhar remotamente, os pais também não possuem na maioria das vezes instrução para alfabetizar/ensinar em casa, acabam ficando sem paciência, brigando, castigo infelizmente, os alunos ficam a deriva nesta história e pedem socorro, através das atividades, das chamadas de vídeos, dos áudios que eles enviam, nota-se uma desmotivação, ora, quando vemos uma escola de educação infantil regular, logo vemos crianças realizando atividades em grupos, brincando no parquinho e é assim que elas aprendem, a própria BNCC em um dos seus direitos menciona o conviver, não significa que somente na escola é possível, mas que junto de crianças com a mesma idade o aprendizado é melhor.

[...] A criança expressa-se pelo ato lúdico e é através desse ato que a infância carrega consigo as brincadeiras. Elas perpetuam e renovam a cultura infantil, desenvolvendo formas de convivência social, modificando-se e recebendo novos conteúdos, a fim de se renovar a cada geração. É pelo brincar e repetir a brincadeira que a criança saboreia a vitória da aquisição de um novo saber fazer, incorporando-o a cada novo brincar. (2001, p. 103) [...].

Em casa, elas estão ansiosas, entediadas e angustiadas e muitas das vezes inconformadas em ter que fazer “tarefa” sem estar na escola, sendo que lugar de fazer “tarefa” é na escola, não podem brincar na rua com os amigos, não podem visitar as famílias, saírem tudo isso pode fazer gerar um novo problema futuro, crianças emocionalmente doentes, com medo, sem autoestima, tristes e principalmente ansiedade, que gerar ainda, outras e mais outras doenças.

Cabe aos adultos, a tarefa de fortalecer as crianças emocionalmente, mas para que isso seja possível e necessário que o adulto também esteja fortalecido e isso tem sido muito difícil na realidade, pois sabemos que em muitos lares as famílias estão passando necessidade até mesmo do básico, imagina do emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o planejamento é a base de tudo, se assim podemos generalizar, planejamos um estudo, uma compra, um orçamento, uma construção, uma vida. Planejamos com um objetivo de no final alcançarmos uma meta estabelecida, na educação e na educação infantil principalmente, essa ideia permanece e as vezes até mais crítica.

A escola em si, começa através de um planejamento, PPP (projeto Político Pedagógico) entre outras, e para entrar em uma sala de aula necessariamente precisamos ter um planejamento em mãos.

Nestes últimos dias devido a pandemia do Covid-19 a realidade da escola tem se modificado muito e com isso o planejamento também, pois como vimos anteriormente está havendo uma reflexão e uma flexibilização entre os professores para que consigam ministrar suas aulas remotamente, e estes por sua vez, estão a cada dia tentando buscar novas formas de alcançar seus objetivos com os alunos da educação infantil, a tão falada nos últimos tempos a resiliência.

“Resiliência é um conceito emprestado da física que significa a capacidade do indivíduo em lidar com situações adversas, superar pressões, obstáculos e problemas, e reagir positivamente a eles sem entrar em conflito psicológico ou emocional”. AURÉLIO DICIONÁRIO.

Resiliência esta que muito pelo contrário do que o dicionário diz, está causando sérios problemas emocionais nos professores e porque não falar dos pais?, que estão em uma boa parte fazendo seu melhor para auxiliar em casa, pena que existam aqueles que parece não se importar muito, mas consideramos também as dificuldades que sabemos que uma grande parte da população está passando com a pandemia, seja emocional ou financeira, o que as impedem muitas vezes de ter força para vencer a cada dia e acabam deixando transparecer não só para as crianças como para a escola e a sociedade.

E as crianças? Impedidas de realizarem suas brincadeiras, de estarem na escola de passear, estão pressas dentro de casa (pelo menos uma boa parte) “paradas” isso mesmo, porque infelizmente é assim que estão, as atividades enviadas pela escola não são suficientes para suprir a necessidade do aprendizado, mesmo que os professores buscam o melhor, enviando vídeos explicativos, fazendo chamadas de vídeo entre outras, nada substitui estar na escola. Muitas fazem as atividades propostas em menos de 1 hora e ficam o dia todo jogando ou em frente a uma televisão, o que também nos preocupa porque são situações que levam ao estresse, ansiedade, angústia, medo, obesidade, baixo autoestima, depressão entre outros problemas físicos e emocionais que acarretarão lá na frente, e nos levam a refletir como serão os retornos desses pequenos a escola? Como os professores adaptarão seus planejamentos para alcançar, ou pelo menos tentar desenvolver além dos direitos propostos na BNCC, também o emocional? E se os professores planejarão pensando nesta parte?

Acredito que para educação no geral, a pandemia foi só um “preparo” para os próximos anos, por mais que as aulas presenciais, através do ensino híbrido retornem quem sabe este ano ainda, o ensino remoto ainda continuará, apenas se adaptando com o passar dos anos e os professores precisarão não somente se acostumar, mas estarem dispostos a buscar se atualizar para o novo planejamento, aqueles que por não se propuser infelizmente terão mais dificuldade para enfrentar os desafios futuros. O planejamento deverá ser voltado ao ouvir, ver, salvar vidas emocionalmente doentes nestes pós pandemia e não somente em ministrar conteúdos, propor saberes mais relevantes como saúde emocional, família, luto e preconceito por exemplo que antes eram poucos explorados.

Quanto aos pais que agora mais que nunca estão mais próximos das crianças, principalmente na hora da aula, cabe a eles também uma nova adaptação nas rotinas não só de casa como as emocionais, e principalmente estar mais ligados e compromissados com a escola, como diz a psicóloga Ana Carolina Del Nero

“Acho válido que os pais se observem e se formem, para poder transmitir para a criança tanto a preocupação necessária diante da pandemia (para que ela não se coloque em risco e entenda a necessidade do isolamento social) quanto o Rea asseguramento de que ela está sendo cuidada e também, se possível, aproveitar o momento da crise não apenas para impedir o prejuízo, mas também para fomentá-lo construindo novos recursos psíquicos. Para conseguir isso com a criança, é preciso que o adulto faça isso consigo mesmo. Ou seja, a melhor forma de cuidar da criança é cuidando primeiramente de si mesmo. A melhor solução costuma ser aquela que é co-construída. Assim, vai sendo criada uma rotina neste momento de pandemia.”

Se a família tiver um bom planejamento na escola e boas políticas educacionais, andarem, acredito que teremos menos prejuízos futuros, pois a educação infantil é a alicerce para os próximos anos escolar e até para uma vida, pois muitos dos conceitos e atitudes que temos na vida adulta foi desenvolvida e estimulados quando ainda éramos bem pequenos.

REFERÊNCIAS

Artigo científico ABNT.Normas ABNT. 2020. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/artigo-cientifico-abnt/>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

Aulas a distância em tempos de quarentena, trazem desafios para os professores. Brasil de fato.2020.Disponível em:<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/04/aulas-a-distancia-em-tempos-de-quarentena-trazem-desafios-para-professores-e-alunos>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

CÂNDIDO,R. K. Base curricular Nacional:reflexões sobre autonomia escolar e projeto político pedagógico. RBPAE-v33,n 2 ,p 323-336-mai/ago.2017.

Diretrizes para autores. Editora Ciência e Conhecimento 2021. Disponível em:<https://editoracec.org/diretrizes-para-autores4>. acesso em:


MAROY, C. A. Nova gestão pública para as escolas de Quebec: para uma gestão da pedagogia. Open Edition Journals.Voar 59, n 4-out/dez.2017.

Nem só de tecnologia vive o ensino remoto. Estratégias off-line. Nova escola.2020. Disponível em:<https://novaescola.org.br/conteudo/19547/nem-so-de-tecnologia-vive-o-ensino-remoto-estrategias-off-line-ampliam-acesso-as-atividades-na-quarentena>. acesso em: 06 de maio de 2021.

O Planejamento De Aula: Um Instrumento De Garantia De Aprendizagem.Uninter, 2017.Disponível em:https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26724_13673.pdf. Acesso em:

O que é planejamento estratégico? Entenda de uma vez por todas. EUAX Consulting, 2018. Disponível em: <https://www.euax.com.br/2018/08/o-que-e-planejamento-estrategico/> . Acesso em: 06 de maio de 2021.

UOL, 2021. DISPONÍVEL em: <https://camadaseducacionais.com.br/blog/aulas-remotas-eu-o-outro-e-nos>. Acesso em: 13 de maio de 2021.



**Globalização e as novas tecnologias
no ensino superior:
Uma discussão sobre a contribuição
da tecnologia no ensino, pesquisa,
extensão e na conexão da sociedade
nas questões humanizadas**

Rosângela Pereira da Cruz de Araújo
Tânia Regina de Oliveira da Cruz
Telma Regina dos Reis de Assis

DOI: [10.29327/539929.1-9](https://doi.org/10.29327/539929.1-9)

**GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR:
UMA DISCUSSÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA NO
ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E NA CONEXÃO DA SOCIEDADE NAS
QUESTÕES HUMANIZADAS**

DOI: 10.29327/539929.1-9

Rosângela Pereira da Cruz de Araújo
Tânia Regina de Oliveira da Cruz
Telma Regina dos Reis de Assis

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir sobre a formação profissional docente e os paradigmas da ciência bem como refletir sobre quais pontos a tecnologia tem contribuído ou não para as questões do ensino, pesquisa e extensão e na conexão da sociedade nas questões humanizadas. Com a aceleração do desenvolvimento tecnológico, o mundo tem evoluído tecnologicamente de uma forma muito avançada. No dia a dia todo o mundo tem investido fortemente em inovação para encontrar respostas às necessidades que se impõem mais diversos setores e, a educação não fica fora dessa atual realidade. A relevância das tecnologias para as questões do ensino, pesquisa e extensão e na conexão da sociedade principalmente nesse período de pandemia se faz necessário de uma forma quase que imposta ao uso dela. A metodologia utilizada para realizar esta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica com pesquisas em livros, revistas, artigos e material na internet. Conclui-se que A temática da inclusão digital no ambiente escolar por meio da apropriação e utilização ideal de recursos técnicos pela formação como temas no espaço interativo envolvendo professores, incentiva a troca de novas ideias de colaboração, interação, conhecimento e cidadania.

Palavras-Chaves: Tecnologia. Ensino. Pesquisa. Extensão. Sociedade.

ABSTRACT

This article aims to discuss about professional teacher training and the paradigms of science, as well as to reflect on what points technology has contributed or not to the issues of teaching, research and extension and in the connection of society in humanized issues. With the acceleration of technological development, the world has technologically evolved in a very advanced way. On a daily basis, the whole world has invested heavily in innovation to find answers to the needs that are imposed in the most diverse sectors, and education is not left out of this current reality. The relevance of technologies to issues of teaching, research and extension and in the connection of society, especially in this period of pandemic, is necessary in a way that is almost imposed on its use. The methodology used to carry out this research was bibliographic research with research in books, magazines, articles and material on the internet. It is concluded that The theme of digital inclusion in the school environment through the appropriation and optimal use of technical resources for training as themes in the interactive space involving teachers, encourages the exchange of new ideas of collaboration, interaction, knowledge and citizenship.

Keywords: Technology. Teaching. Research. Extension. Society

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo debatir sobre la formación profesional del profesorado y los paradigmas de la ciencia, así como reflexionar sobre qué puntos ha contribuido o no la tecnología en los temas de docencia, investigación y extensión y en la conexión de la sociedad en temas humanizados. Con la aceleración del desarrollo tecnológico, el mundo ha evolucionado tecnológicamente de una manera muy avanzada. En el día a día, el mundo entero ha invertido fuertemente en innovación para encontrar respuestas a las necesidades que se imponen en los más diversos sectores, y la educación no se queda fuera de esta realidad actual. La relevancia de las tecnologías para temas de docencia, investigación y extensión y en la conexión de la sociedad, especialmente en este período de pandemia, es necesaria de una manera que casi se impone a su uso. La metodología utilizada para realizar esta investigación fue la investigación bibliográfica con búsqueda en libros, revistas, artículos y material en Internet. Se concluye que la temática de la inclusión digital en el entorno escolar a través de la apropiación y uso óptimo de los recursos técnicos para la formación como temáticas en el espacio interactivo que involucra a los docentes, fomenta el intercambio de nuevas ideas de colaboración, interacción, conocimiento y ciudadanía.

Palabras clave: Tecnología. Enseñando. Investigar. Extensión. Sociedad.

INTRODUÇÃO

A tecnologia não só proporciona diferentes oportunidades de negócios, mas também traz uma verdadeira revolução para a sociedade, possibilitando ações antes inimagináveis melhorando com isso a qualidade de vida da humanidade. Para comprovar esse fato, basta olhar as atitudes coletivas, as ferramentas de trabalho, a comunicação e os métodos de aprendizagem. Tudo está diferente de alguns anos atrás, em parte por causa do desenvolvimento dessa tecnologia. Pois com o surgimento e popularização da Internet, as pessoas podem acessar facilmente uma variedade de assuntos sobre inúmeros temas, proporcionando assim maior independência na busca de conhecimentos. Vale destacar que:

[...] Cada vez mais se produz informação on-line socialmente partilhada. É cada vez maior o número de pessoas cujo trabalho é informar on-line, cada vez mais pessoas dependem da informação on-line para trabalhar e viver. A economia assenta-se na informação on-line. As entidades financeiras, as bolsas, as empresas nacionais e multinacionais dependem dos novos sistemas de informação on-line e progridem, ou não, à medida que os vão absorvendo e desenvolvendo. A informação on-line penetra na sociedade como uma rede capilar e ao mesmo tempo como infraestrutura básica. A educação on-line ganha adesão nesse contexto e tem aí a perspectiva de flexibilidade e da interatividade da internet (SILVA, 2000, p. 63).

As vantagens das novas tecnologias são incontáveis e se estendem a todos os campos sociais como negócios; saúde; as questões do ensino, pesquisa e extensão; e na conexão da sociedade nas questões humanizadas. Em relação ao ensino, pesquisa e extensão, pode-se voltar à importância de se obter conhecimento através da Internet, podendo ela ser uma boa aliada quando se pensa na sala de aula, pois:

[...] Um novo tempo, um novo espaço e outras maneiras de pensar e fazer educação são exigidos na sociedade da informação. O amplo uso das

tecnologias leva a necessidade de uma reorganização dos currículos e das metodologias utilizadas na prática educacional (KENSKI, 2003, p. 92).

Desta forma, os educadores estão cada vez mais utilizando programas para atividades fora do contexto escolar para desenvolver estratégias de ensino, de forma que o aprendizado se torne mais animado e interessante. Tablets e smartphones que antes eram proibidos agora são dispositivos que promovem o ensino à distância, quebrando antigas barreiras geográficas para oportunidades educacionais tornando-se aliados.

A Tecnologia de Comunicação na Sociedade

Um dos pontos positivos hoje é a tecnologia de comunicação. Eles mudaram completamente a forma de troca de informações entre as pessoas, afetando diretamente seus comportamentos pessoais e profissionais, tornando o contato mais rápido, fácil e conveniente, fazendo com que o encontro com participantes de outras cidades não seja mais um problema. Todas as operações podem ser feitas instantaneamente com apenas alguns cliques.

A inovação é a resposta ao desenvolvimento de novas tecnologias uma vez que buscamos soluções inovadoras para aprimorar seus produtos e serviços e ainda concretizar novas possibilidades para atender às necessidades não atendidas do mercado. Inovação significa colocar em prática novas ideias e torná-las viáveis para uso comercial. Foi em meio a esse processo que surgiram novas tecnologias e, com isso, recursos revolucionários superaram as dificuldades e problemas típicos de um determinado momento. Portanto, a criatividade é a força motriz para a geração de novas ideias, uma vez que:

[...] na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social. As mudanças qualitativas acontecem quando conseguimos integrar dentro de uma visão inovadora todas as tecnologias (MORAN, 2000, p. 07).

Observando o crescimento informatizado dos serviços prestados à sociedade contemporânea, cada vez mais as pessoas buscam a necessidade de incorporação tecnológica para os cidadãos para que possam se adaptar no seu dia a dia. Ao utilizar esses recursos técnicos, eles são desviados dos meios que norteiam as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) para obrigar os indivíduos a serem incluídos neste ciberespaço.

Dessa forma, no ensino, pesquisa e extensão as TICs se apresentam como uma ferramenta que pode imergir a tecnologia em um método de ensino, facilitando a interação dos alunos na sociedade da informação, eliminando assim as diferenças sociais alheias a esse processo. Vale destacar que:

O ambiente digital surge como uma nova perspectiva no contexto escolar, abrindo espaço para uma maior interação humana mediada pelos gêneros eletrônicos, através da interdisciplinaridade. A linguagem universal e compartilhada no mundo inteiro transforma o aprendizado do aluno, inserindo-o como sujeito social no contexto educacional e na tecnologia simultaneamente (DIAS; CAVALCANTE, 2016, p. 163).

Ao utilizar diferentes mídias no ensino, pesquisa e extensão para colaborar na distribuição do ambiente de comunicação, os computadores e seus inúmeros recursos se destacam como uma ferramenta de acesso que conta com o apoio de alguns programas sociais que o Governo Federal mesmo de forma deficitária tem proporcionado.

Globalização e as Novas Tecnologias no Ensino Superior

Do ponto de vista histórico, o Ensino Superior pressupõe três ideais: formação profissional na área técnica, mediante processo de ensino e aprendizagem; formação científica resultante de conhecimentos metodológicos; e formação de pessoas com alto nível de entendimento histórico, cultural e social, pois, esses elementos de caráter educativo se manifestam a partir das demandas que compõem a realidade da sociedade atual.

Diante desse exposto, vale ressaltar, que a função do ensino acadêmico é a oferta de serviços voltados para atender os desafios sociais, haja vista as grandes necessidades do mercado de trabalho estão também em evidência.

Faz-se necessário mencionar os três pilares das universidades como elementos importantes na carreira e formação docente, tais como: ensino, pesquisa e extensão, os quais configuram as produções de conhecimentos indispensáveis á sociedade, através do desenvolvimento científico e tecnológico, além de contemplar sua missão social e cultural perante a sociedade.

Em contrapartida à tríade acadêmica, a formação de nível superior dispõe em seu contexto educacional, da aquisição das ferramentas tecnológicas, que visa colaborar com a atuação pedagógica do ensino e aprendizagem escolares, a favor de uma sociedade que atualmente vive a realidade tecnológica de mundo.

Por esta razão, é sabido que os professores não conseguem responder às expectativas e demandas educacionais, logo, as tecnologias da informação exercem papel relevante na construção de novas formas de conhecimentos, haja vista que a educação não é estanque, e deve acompanhar as mudanças e inovações a nível global.

Este contexto elucida a necessidade de refletir a práxis educacional e o ensejo da mudança por meio de recursos tecnológicos que possam inovar e otimizar a produção do conhecimento científico,

aproximando essa tendência à realidade das pessoas. Nesse sentido, podemos considerar o advento da tecnologia, todos os mecanismos e dispositivos eletrônicos que possam mediar acesso à conhecimento, informação e comunicação.

A tecnologia além de contribuir para o progresso do ensino e aprendizagem no contexto da educação possui fortemente influência no comportamento das pessoas e sociedade em geral, pois:

Devido a fatores históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos, a tecnologia sofre e propicia transformações profundas. E muito além de alterar padrões de comportamento, a tecnologia, a partir da modernidade, contribui para alterar a relação do ser humano com o mundo que o cerca, implicando no estabelecimento de uma outra cosmovisão, diferentemente daquela dos gregos ou dos medievais (MIRANDA, 2002, p.11)

A partir da tecnologia é possível modificar o meio em que estão inseridos. O sentido principal das ferramentas tecnológicas é propiciar o senso crítico e reflexivo dos indivíduos, favorecendo a realização de atividades que destinem resultados ao âmbito social.

Contribuição da Tecnologia no Ensino, Pesquisa, Extensão e na Conexão da Sociedade nas Questões Humanizadas

Haja vista que a Educação deve acompanhar o processo de transformação e inovação, no qual ela está inserida, e que ela também sofre mudanças recorrentes do mundo globalizado, as ferramentas digitais trazem grandes influências no tripé acadêmico, pois:

As tecnologias na educação devem servir como “ferramentas”, necessárias, para a melhoria nas condições de ensino, facilitar a mediação do conhecimento, interação entre educador e aluno, elo de união fora do ambiente escolar, melhoria na qualidade do ensino e do conhecimento apresentado em sala de aula, entre outras possibilidades infinitas que a tecnologia pode oferecer à educação (SBROGIO, 2015).

As ferramentas digitais reforçam a autonomia e a produtividade das Instituições de Ensino Superior (IES), tendo em vista que cada pilar exerce o cumprimento de sua missão e dever perante a sociedade.

Compreender a importância e contribuição das tecnologias no Ensino, Pesquisa, Extensão e na Conexão da Sociedade nas Questões Humanizadas é ampliar uma visão comprometida com o sucesso acadêmico de cada discente, pois:

[...] os profissionais do ensino transmitem a seus alunos uma nova consciência social, que retrata um compromisso político com a sociedade. Desse modo a

importância da extensão se torna como coração das pesquisas a serem realizadas, pois assim os temas evidenciados são relevantes às necessidades da população, o que reflete em resoluções de problemas existentes naquela sociedade (SILVA, 2020, p. [s.p]).

À medida que as ferramentas digitais ganham espaço e visibilidade nos campos institucionais, o trabalho profissional passa a exercer um grande papel para identificar os obstáculos e impactos que a tecnologia representa por meio de seu uso, e o quanto isso também é importante para destacar os avanços educativos.

A intenção do uso da tecnologia não é pretender ditar didáticas prontas, mas sim, proporcionar uma melhor desenvoltura do ensino por meio desta, ressaltando que a inserção e o uso das ferramentas tecnológicas são elementos relevantes na educação, pois:

Aprendemos quando relacionamos, integramos. Uma parte importante da aprendizagem acontece quando conseguimos integrar todas as tecnologias, as telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas, corporais (MORAN; MASSETO; BEHRENS, 2000, p. 32).

Vale ressaltar, que apenas o uso das tecnologias, não garante sucesso de aprendizagem, mas sim, como o profissional irá conduzir o conhecimento ofertado através dessas ferramentas, uma vez que elas não substituem ou desconsideram a dinâmica pedagógica do professor, muito pelo contrário, devem facilitar a aprendizagem e estimular os educandos a buscarem suas próprias convicções de aprendizagens.

E essa busca deve ser realizada desafiando o novo e o complexo, para poderem atuar na sociedade do conhecimento e no mercado de trabalho, que cada dia mais exige se encontra competitivo e exige que os profissionais estejam aptos a manipular aparelhos tecnológicos, e construir novos conhecimentos por meio dessa era de informações globalizadas.

É importante ressaltar, que as tecnologias da informação vêm constituindo um olhar, voltado mais para as necessidades humanas, e menos para as necessidades de consumo. Isso implica numa oportunidade em que os setores trabalhistas ou instituições de ensino possuem de conhecer pessoas e criar vínculos sejam eles profissionais ou de amizade.

Esse novo padrão de comportamento é um fator importante ao que tange o processo de informatização por meio da tecnologia, pois, atualmente, concebida como ‘tecnologia humana’, ela tem como função social melhorar a condição de vida das pessoas, gerando bem-estar pessoal e profissional. Este novo conceito de tecnologia que antes refletia apenas no lado industrial, hoje resulta na preocupação com os problemas do mundo, e na contribuição com um mundo melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das novas tecnologias e dos elementos sociais e afetivos, além de visar a produção da aprendizagem significativa na vida do estudante, deve favorecer fatores de qualidade de vida e bem estar social, pois, a conduta de uso das ferramentas desempenha sua intenção pedagógica, e ao mesmo tempo, a ideologia de uma educação que contemple a sociedade e as mazelas assistidas, valorizando as experiências e estilo de vida de cada ser humano, em conformidade com seu nível de saberes e culturas. Eis que essa é a grande premissa da tecnologia protagonizando a esfera educacional.

As Tecnologias da Informação (TICs) cada vez mais vêm contribuindo em estudos e pesquisas, que ampliam investigações acerca de situações problemáticas, tendo como objetivo estabelecer uma relação entre a tecnologia e a sociedade em geral, a qual faz uso de seus recursos.

Diante dessa realidade que reflete a problemática em torno da tecnologia faz-se necessário repensar qual modelo de educação e campo profissional, deseja-se impactar, conectada à tecnologia humanizada, e de que forma pode gerar informação e transformação, ofertando qualidade de vida e bem estar na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

DIAS, G. A; CAVALCANTI, R. A. **As tecnologias da informação e suas implicações para a educação escolar: uma conexão em sala de aula.** [s.l.]:Revista de Pesquisa Interdisciplinar, 2016.

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

MIRANDA, A. L. Da natureza da tecnologia: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. 2002

MORAN, J. M; MASSETO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papirus, 2000.

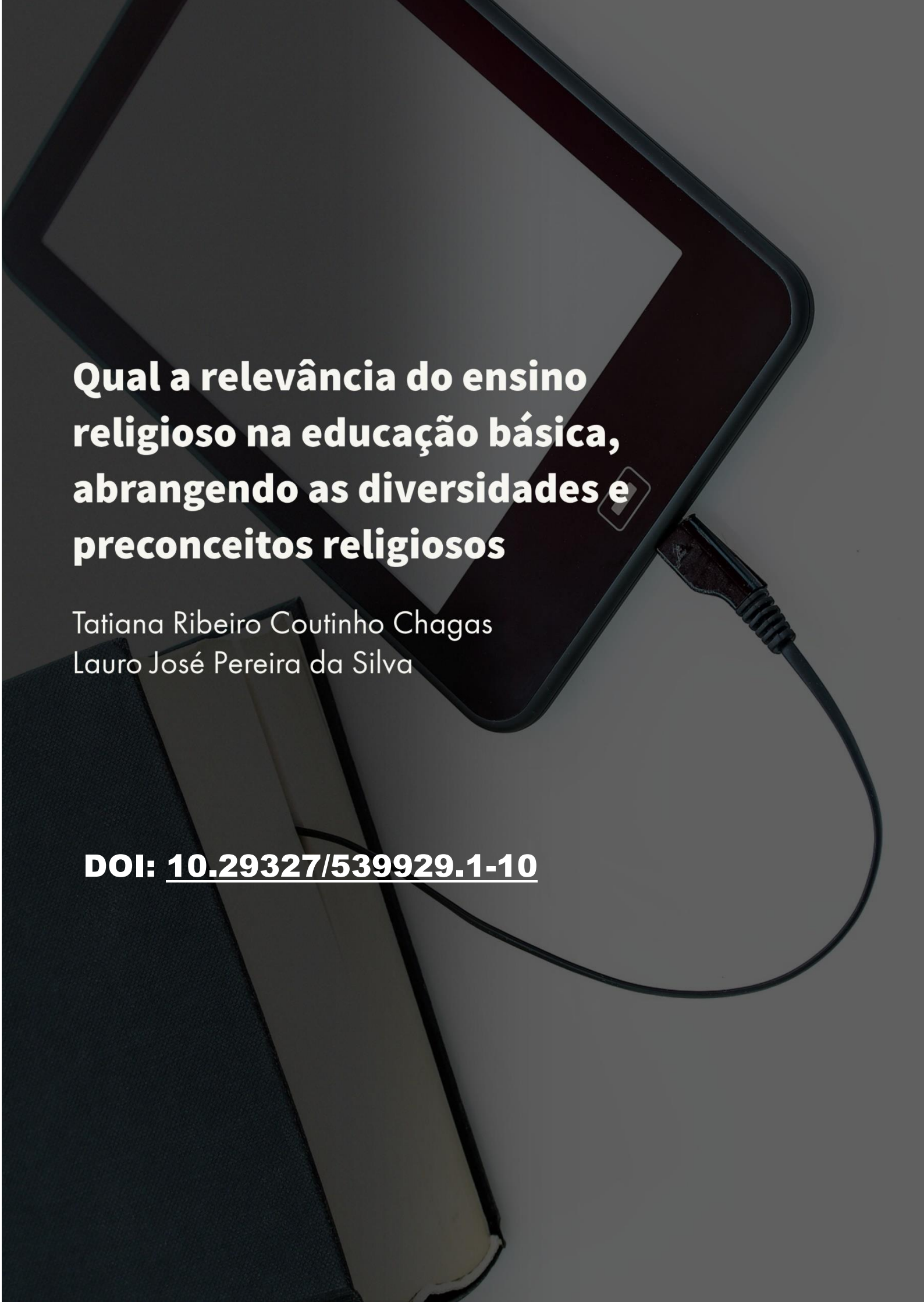
MORAN, J. M. Ensino e Aprendizagem Inovadores com Tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** Campinas. SP: Papirus, 2000.

SANTO, S.A.C.E; MOURA, G.C. SILVA, J.T. **O uso da tecnologia na educação: Perspectivas e entraves.** [s.l]:Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2020.

SBROGIO, R. **Alfabetização e letramento digital: de alunos e professores.** São José do Rio Preto: [s.l.], 2015.

SILVA, S. L. Informação e competitividade: a contextualização da gestão do conhecimento nos processos organizacionais. [s.l.]: **Ciência da Informação**, 2002.

SILVA, M. F. MENDOZA, C.C.G. **A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2020



Qual a relevância do ensino religioso na educação básica, abrangendo as diversidades e preconceitos religiosos

Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas
Lauro José Pereira da Silva

DOI: [10.29327/539929.1-10](https://doi.org/10.29327/539929.1-10)

QUAL A RELEVÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, ABRANGENDO AS DIVERSIDADES E PRECONCEITOS RELIGIOSOS?

DOI: 10.29327/539929.1-10

Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas

Lauro José Pereira Da Silva

RESUMO

O artigo presente tem como objetivo, frisar a importância do Ensino Religioso na educação básica, abrangendo sua historicidade no Brasil, salientando os benefícios dessa disciplina para o educando, ressaltando as diversidades e preconceitos religiosos. Diante disto, usar-se-á o método analítico, por meio, de um levantamento bibliográfico. Portanto, tratar o Ensino Religioso como disciplina curricular, dando ênfase a sua relevância para Educação básica, em prol, tanto do educando em sua fase inicial de construção da sua respectiva cidadania, quanto, do educador que é intermediário em todo esse processo educacional.

Palavras-chaves: Ensino Religioso. Educação Básica. Processo Educacional.

ABSTRACT

This article aims to emphasize the importance of Religious Education in basic education, encompassing its historicity in Brazil, highlighting the benefits of this discipline for the student, emphasizing religious diversity and prejudice. In view of this, the analytical method will be used, through a bibliographic survey. Therefore, treat Religious Education as a curricular subject, emphasizing its relevance to Basic Education, in favor of both the student in their initial phase of construction of their respective citizenship, as well as the educator who is an intermediary in this entire educational process.

Keywords: Religious Education. Basic education. Educational Process.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo enfatizar la importancia de la Educación Religiosa en la educación básica, abarcando su historicidad en Brasil, destacando los beneficios de esta disciplina para el estudiante, enfatizando la diversidad religiosa y el prejuicio. Para ello, se utilizará el método analítico, a través de una encuesta bibliográfica. Por tanto, tratar la Educación Religiosa como una asignatura curricular, enfatizando su relevancia para la Educación Básica, a favor tanto del alumno en su fase inicial de construcción de su respectiva ciudadanía, como del educador que es intermediario en todo este proceso educativo.

Palabras clave: Educación religiosa. Educación básica. Proceso educativo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo “Qual a Relevância do Ensino Religioso na Educação Básica, abrangendo as diversidades e preconceitos religiosos”, tem como objetivo frisar a importância do Ensino Religioso na Educação básica, abrangendo sua historicidade no Brasil, salientando os benefícios dessa disciplina para

o educando, ressaltando as diversidades e preconceitos religiosos. Diante disto, levantou-se o seguinte questionamento: Qual a importância do Ensino Religioso para Educação Básica?

Logo, destacam-se alguns objetivos que são: Abarcar a historicidade do Ensino Religioso no Brasil, salientar quais os benefícios dessa disciplina para o educando e ressaltar as diversidades e preconceitos religiosos, através de pesquisas feitas sobre o tema em questão, para assim, obter a compreensão dele.

A escolha do tema, deu-se, para que saibamos a verdadeira importância do Ensino Religioso para educação básica, ou seja, para crianças nessa etapa educacional, pois, sabemos que diante dessa disciplina, há grandes conflitos e questionamentos, sobre a necessidade de tê-la na grade curricular de forma benéfica e construtiva e/ou apenas facultativa.

Logo, percebe-se que, a disciplina Ensino Religioso, apesar de enfrentar grandes conflitos e mudanças históricas, na constituição de 1988 foi organizado um movimento nacional para assegurar o Ensino Religioso.

Para desenvolver a temática apresentada, usar-se-á pesquisa bibliográfica, embasada na leitura de obras de autores renomados como: VASCONCELOS (2010), BOBBIO (1909), FUCHS (2008), dentre outros, que abordam o tema, com o método analítico, com categoria de análise bibliográfica, junta-se a isso, resenhas, artigos científicos, monografias, almejando formar um repertório de leitura para embasar este artigo, que será dividido em três capítulos, respectivamente intitulados como: O primeiro “Historicidade do Ensino Religioso no Brasil”, o segundo “Ensino Religioso, Preconceitos e as Diversidades Religiosas” e o terceiro e último “O Ensino Religioso é Importante na Educação Básica?”.

Para embasar e enriquecer o tema, este artigo foi construído com os resultados de um levantamento bibliográfico. Com objetivo de frisar a importância do ensino religioso na educação básica, nos oportunizando aguçar uma análise sobre ele.

DESENVOLVIMENTO

Historicidade do Ensino Religioso no Brasil

De acordo com (Junqueira, 2004), o Ensino religioso na história da educação no Brasil, hoje já com mais de 500 anos, continua marcada por uma série de fatos históricos, que podem ser traduzidos como dificuldades, avanços e novas perspectivas.

O Ensino Religioso no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB, Lei nº de 9.394, de 20 de dezembro de 1996), artigo 33, com a redação da lei nº 9.475/97, de 22 de julho

de 1997, passou a ter nova concepção. Ainda de acordo com autor (Junqueira,2004), ao longo da história da educação ocidental, o processo de formalização do ensino aprendizagem, sofreu inúmeras alterações segundo as variadas formas de organização social. Sobretudo, ao longo da urbanização, à medida que se aglomeravam os cidadãos, desde os romanos e gregos, posteriormente os burgos, as formas de iniciação das novas gerações nos mais diversos campos do saber foram diferenciados.

Uma variável que reordenou o conhecimento no ocidente, foi a institucionalização do poder, pois, de fato, a produção intelectual da antiguidade apresenta diferenças profundas do modo de pensar, desenvolvido posteriormente pelo cristianismo. Ao percorrermos as diversas fases da história da educação, no contexto ocidental, a presença do Ensino da religião é uma constante, a ponto de interferir na compreensão das diversas áreas do conhecimento.

Na história da formação do Brasil, a autora ressalta que, o ensino Religioso passou por lento processo de alteração, em consequência do desenvolvimento do estado de sua autocompreensão, portanto, das opções políticas ao longo dos períodos do colonialismo e do império brasileiro (séculos XV a XIX), é efetivado como cristianização por delegação pontifícia, justificando o poder estabelecido. A educação foi implantada e ministrada sob os auspícios dos jesuítas. A grande característica desta fase é a educação humanística. O ensino da religião é questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre a igreja católica e o monarca de Portugal. As leis, decretos e instruções em geral, põem em primeiro plano a evangelização dos gentios. O caráter disciplinador de toda catequese concorre para transmissão de uma cultura que visa à adesão ao catolicismo.

Em meados do século XVIII (1759) com a expulsão dos jesuítas, a educação passa por transformações, pois, o estado assume o que existe de educação nesta fase. O Ensino da religião nesta fase passa pelo crivo da inquisição e caracteriza-se como catequese dirigida aos índios, escravos e ao povo como um todo, pois, a elite brasileira é educada nas escolas da coroa (Portugal). Esta orientação foi proposta no sínodo de 1707, na Bahia, posteriormente assumida pelo episcopado nacional desta fase, por meio das constituições do arcebispado da Bahia, que manifesta, logo, nos primeiros capítulos, grande cuidado pela formação religiosa e cristã da população, inclusive dos escravos.

É importante ressaltar que essas constituições, em sua edição de 1853, passam a referir-se também ao Ensino Religioso nas escolas e vigoraram desde o sínodo diocesano do Brasil de 1701, e durante todo império que infringia aos leigos, que ousassem serem instituições sobre Ensino Religioso em sua edição do século XIX (1853), é na realidade uma espécie de adaptação das constituições do arcebispado, à independência do país e a abolição da inquisição. Progressivamente, o estado, então ainda monárquico, amplia o pequeno sistema educacional. Com a criação de cursos do ensino superior (medicina e cirurgia) são criadas também a academia real militar, a academia da marinha e a escola

comercial etc., não há, porém, significativa evolução no ensino para classes populares. O Ensino religioso é de caráter mais privativo e doméstico, do que institucional.

Dessa forma, o que se desenvolve como Ensino Religioso é o ensino da religião como evangelização dos gentios e catequese dos negros, conforme os acordos estabelecidos entre sumo pontífice e o monarca de Portugal. Como manifestação de um esforço de escolarização da religião, encontramos a Lei de 15 de outubro de 1827, para regulamentar o inciso 32 do artigo 179 da constituição imperial, ou seja, a Lei complementar, no artigo 6º.

Na última fase (1824-1889), anterior a Proclamação da República, a educação é ainda humanística e tem a finalidade de produzir a própria estrutura de classes, seu caráter elitista é acentuado com a criação do colégio Pedro II, com dupla função bacharelar em letras e habilitar os alunos à matrícula nas faculdades do país. Durante esse período do império, a religião católica torna-se oficial, na constituição de 1824, artigo 5 (Brasil, 1824). Mas, ao longo do império, nasce a ideia do respeito à diversidade da população. Em projeto relativo à constituição, Rui Barbosa propunha em seu artigo primeiro, terceiro parágrafo, que nas escolas mantidas pelo estado não deveria ser imposta uma crença.

Assistimos desde a primeira república confrontos entre igreja e o estado. Na constituição de 1891, artigo 72, 6º (Brasil, 1891) traz a disposição de que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos seria leigo, causando grandes celeumas, tanto que nos anos seguintes, o episcopado toma posição de defesa em relação ao Ensino da religião, ao contrário da liberdade religiosa e da liberdade da consciência. A constituição de 1934, no artigo 153 (Brasil, 1934), admite o Ensino Religioso, mas de caráter facultativo, ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, sendo manifestado pelos pais e/ou responsáveis, constituindo matéria do currículo nas escolas públicas, com isso, surgem grandes debates, retornando a questão da liberdade religiosa, a pressão da Igreja e tantos outros interesses. O Ensino Religioso é obrigatório para escola, concedendo ao aluno o direito de opção da matrícula, o dispositivo constitucional outorgado garante o Ensino Religioso no sistema escolar. Na prática, porém, continua a receber um tratamento que o discrimina e dá origem a muitos desafios da natureza pedagógica e administrativa. O Ensino Religioso inicia claramente um processo de busca de identidade, pois, não há clareza quanto ao seu papel específico no ambiente escolar.

Há um esforço de renovação da prática pedagógica em relação a esse conteúdo na escola. Por volta de 1965, já se vislumbrava uma crise da qual se tomava conhecimento aos poucos e que podia ser expressa assim: O Ensino Religioso perdeu sua função catequética, pois a escola descobre-se como instituição autônoma que rege por seus próprios princípios e objetivos, na área da cultura do saber e da educação.

Com o surgimento da constituinte, que culminou com a promulgação da constituição de 1988, iniciou-se um movimento nacional para garantir o Ensino Religioso. A emenda constitucional para o

Ensino religioso foi a segunda maior emenda popular que deu entrada na assembleia constitucional, pois, obteve 78 mil assinaturas.

Ensino religioso, preconceitos e as diversidades religiosas

Preconceitos

Sabemos hoje que, o que rege a vida humana, é o chamado livre arbítrio, a liberdade de pensar e seguir seu próprio credo, ou seja, todos nós temos direitos de ir e vim, de acreditar no que queremos, de acordo com o que é frisado na declaração universal dos Direitos Humanos:

“Todo ser humano tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião: este direito inclui a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente em público ou em particular.”

Apesar de sermos respaldados e amparados por leis que regem que: o livre arbítrio pertence aos seres humanos, no Brasil tivemos e infelizmente ainda podemos observar a intolerância a concepções alheias, isso inclui maneira de viver e pensar. Nisso podemos citar a intolerância religiosa, dentre outras, o que automaticamente e/ou espontaneamente surge o preconceito, a algo ou alguém. Quando citamos a palavra preconceito, podemos afirmar que: Quando não conseguimos aceitar e/ou respeitar opiniões contrárias, em relação a qualquer assunto, ou até mesmo, a maneira de viver diferente da nossa, gera-se a intolerância e preconceito, pois, cremos severamente que, nossas concepções são mais válidas e verdadeiras do que, qualquer outra. (BOBBIO, 1909, p.103), afirma que:

[...] preconceito, uma opinião ou conjunto de opiniões, as vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida acriticamente e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens ou discussão: “acriticamente” e “passivamente”, na medida em que a aceitamos sem verificá-las por inércia, respeito ou temor, e a aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional, vale dizer, a qualquer refutação feita com base em argumentos racionais. Por isso se diz corretamente que o preconceito pertence à esfera do não racional, ao conjunto das crenças que não nasce do raciocínio e escapam de qualquer refutação fundada num raciocínio (BOBBIO, 1909. P. 103).

De acordo com Bobbio (1909), quando temos uma concepção sobre algo ou alguém, ficamos alheios a qualquer tipo de contestação contrária ao que acreditamos ou confiamos, com isso, nos tornamos preconceituosos e irracionais.

Ainda em concordância com o autor, que assemelha a religião e a linguagem como algo peculiar da sociedade, ressaltando que, o problema é que sempre tivemos a pretensão de uma religião e uma

linguagem universal e que assim talvez, fosse possível sanar com os preconceitos advindos pelas diversidades de pensamentos, de acordo ao exposto, pode-se afirmar que, o preconceito origina-se na sociedade, mais precisamente é formado por pessoas que, formam opiniões tradicionais que geram modelos estereotipados para sociedade no geral.

Diversidades religiosas

Voltaire (1763) explana em seu livro “Tratado sobre tolerância” que, diversidade religiosa precisa ser mantida e cuidada, para que as diversas religiões mantenham um relacionamento amigável, para que assim, haja em prol da expansão da sociedade. De acordo com essa ótica, o autor afirma que:

[...] quanto mais seitas houver, menos cada uma delas é perigosa, a multiplicidade as enfraquece, todas são reprimidas por leis justas que proíbem assembleias tumultuosas, as injurias, as sedições e que estão sempre em vigor, pela força coercitiva. (VOLTAIRE, 1763, p.39-40).

Vasconcelos, (2010), aborda em seu “Manual Compacto de Ensino Religioso” que, todas as religiões têm a incumbência de promover a paz e pôr em prática o amor fraternal e o altruísmo entre as pessoas, a autora também afirma que não há religião sem propósito, todas almejam atingir seus respectivos ideais como podemos ver a seguir:

“Espírita, evangélico, budista, judeu, hinduísta, católico, islâmico, umbandista...não importa qual seja a denominação, todas religiões devem buscar a paz, a prática da fraternidade e a caridade. Não existe religião que não tenha um objetivo; todas representam um ideal de mundo, todas querem um mundo melhor onde todos possam viver em paz, como irmãos que são”. (VASCONCELOS, ANA. 2010, p. 141)

Ainda de acordo com a autora que cita em seu manual, o artigo 5º, inciso VI, da constituição Federal, afirma que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma de lei, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias”, de acordo com isso, hoje temos “segurança e amparo”, mediante a lei, porém, ainda existe a chamada intolerância religiosa, causada por pessoas, que não aceitam de forma alguma, o pensamento alheio e muito menos, a maneira de viver do próximo, apenas pelo fato de ser opiniões contrárias as suas, ou seja, o que vivemos a séculos passados, infelizmente hoje em pleno século XXI, ainda podemos perceber tamanha ignorância, gerada pela intolerância de algumas pessoas, o que é ressaltado pela autora:

[...]quando uma pessoa é humilhada ou discriminada em função de sua escolha religiosa, são violados seus direitos humanos e constitucionais. Ela torna-se, portanto, vítima de um crime, além de ter sua espiritualidade invadida e desrespeitada. Apesar disso, ainda hoje, em alguns países a intolerância religiosa é predominante, sendo motivos de conflitos e guerras.

Ao longo da história da humanidade, inúmeros conflitos e mortes ocorreram em nome da religião. São vários os exemplos: Cruzadas (entre os séculos XI e XIII): causaram a morte de milhares de pessoas, em conflitos envolvendo cristãos, muçulmanos e judeus. Inquisição (século XIII): milhares de pessoas foram julgadas e condenadas à morte, muitas delas queimadas vivas em praça pública; Catequização na América: imposição da religião católica aos habitantes das Américas: indígenas; Guerra dos trinta anos (1618-1648): uma série de guerras envolvendo reinos europeus segundo suas variadas rivalidades religiosas, territoriais, comerciais.” (VASCONCELOS, ANA. 2010, p. 142)

Apesar de vivermos em um país laico (não há religião oficial), o problema da intolerância ainda existe, quando há discriminação, gera-se conflitos entre crenças distintas. (Vasconcelos, Ana, p.143.2010), frisa que: “A multiplicidade de religiões que construídas por diversos povos com culturas diferentes permite que, na diferença, todos sejamos iguais.”, ressaltando que não importa como é intitulado o ser superior a cada crença o que importa é termos paz, amor fraternal entre os seres humanos, de acordo com isso qualquer tipo de intolerância deve ser reprovado, precisamos ter consideração uns com outros, somente assim teremos paz.

O ensino religioso é importante na educação básica?

Vivemos hoje momentos caóticos, principalmente na educação, onde, o respeito, a esperança e o amor, estão sendo esquecidos. Sendo assim, por se manter em prática o Ensino Religioso nas escolas, é imprescindível para formação educacional e pessoal de cada discente, principalmente na educação básica, onde, as crianças estão em formação. Sabe-se que, o ensino Religioso traz conhecimentos e precisa ser mantida nos currículos educacionais, pois, ele pode sim contribuir para evolução da formação de qualquer indivíduo, para tal, os professores e/ou educadores de ensino religioso precisam promover um método que aguace o interesse do aluno, em concordância com o autor, FUCHS.:

“O professor de ensino religioso em especial é desafiado a desenvolver uma metodologia dialógica capaz de criar a curiosidade e capacitar cada pessoa a busca de respostas as perguntas existenciaisum professor de ensino religioso pode desenvolver momentos criativos e participativos em sala de aula à medida que exercita a paciência através, do encontro com o transcendente e com os alunos”. (FUCHS, 2008, p. 131)

A educação básica dar-se nas primeiras fases educacionais de uma criança, fase essa que, desenvolverá e constituirá uma etapa muito importante para essa criança. Em se tratando, do ensino religioso, ao contrário do que muitos pensam, ele traz grandes benefícios para a formação inicial de qualquer cidadão. No âmbito escolar, há uma troca de experiências entre docentes e discentes, não há imposições religiosas e/ou de credos aos educandos, tudo em prol do respeito de uns pelos outros, no que se referem a tudo que engloba o ser humano, inclusive suas respectivas religiões. De acordo com a

afirmação (BOCK, 2002), a escola é uma das mais relevantes instituições sociais, onde ocorre o intermédio do indivíduo e a sociedade, pois, mescla a cultura, juntamente com modelos sociais, morais e comportamentais; tudo isso promove à criança, socialização, educação e valorização ao próximo e a si mesmo. Por sua vez, o Ensino Religioso é parte integrante disto.

São muitos os pontos relevantes do Ensino religioso na educação básica, pois, quando falamos de crianças, logo, percebemos que nessas fases iniciais das mesmas, a curiosidade está aflorada, os anseios de conhecer o mundo, são maiores, e a aquisição do conhecimento é mais facilitada, considerando isso, o Ensino religioso, é de grande valia, pois, de acordo com a proposta apresentada pela matéria em questão, o que é repassado aos discentes de maneira produtiva, são os valores que serão levados pela vida toda, como anteriormente foi falado, sem imposições alguma de determinadas crenças e/ou religião, ou seja, sempre serão levados em consideração as experiências, objetivos e brincadeiras, assim, eles ficarão mais a vontade em relação ao que for apresentado, De acordo com PCNER (Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino Religioso) (1997).

Ao aprender o conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciamos a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento não se pode entender o que não se conhece, assim, o conceito de conhecimento do Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados (PCNER, 1997, p.39)

No âmbito escolar o ensino religioso é disciplina de conhecimento e está inserido no currículo escolar com seus respectivos assuntos e horários, os conteúdos que englobam o ensino religioso, são diversos, porém, desenvolvidos com cautela aos princípios básicos para que não haja, desconfortos nem imposições religiosas.

De acordo com (Junqueira, Sergio, 2004, p.50) que frisa:

A história do Ensino Religioso, na educação brasileira foi sempre um processo político de disputa entre tradições religiosas e o estado, entretanto, o questionamento ao longo dos anos permaneceu o mesmo. Por que preparar os fiéis dentro do espaço escolar? Porém, caso este componente colocado no currículo seja justificado pedagogicamente, qual seria de fato o papel do ensino religioso na formação integral das novas gerações? Por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da escola, não é função dela propor aos educandos a adesão e vivências desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa e confessional, já que esses são sempre propriedades de uma determinada religião, deste modo, evitam dois grandes perigos que ameaçam esta disciplina: um é a banalização do “religioso”, reduzido às práticas ou coisas que se aprendem, conhecem ou rejeitam. E o outro é a manutenção do dualismo “religioso X profano” [...]. (JUNQUEIRA, Sergio, 2004. P.50).

Em concordância com autor, ao que se refere ao Ensino Religioso como disciplina curricular da escola, precisa ser, de forma neutra, sem estipular determinada religião e/ou credo, para que não haja

perigo de contritos para ela, pois, evitaria realmente a banalização religiosa, respeitar o próximo e o que ele acredita sempre é o melhor caminho.

O FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso no Brasil), que estabelece um:

Espaço pedagógico centrado no atendimento ao direito do educando de ter garantida a educação de sua busca do transcendente; e um espaço aberto para refletir e propor encaminhamentos pertinentes ao Ensino Religioso sem discriminação de qualquer natureza. (FONAPER)

A importância de termos o Ensino Religioso nas grades curriculares da educação básica, especificamente falando, nos remete a desafios que vão além de apenas deixar as crianças cientes do que tem que ser feito, por eles e para eles, vai muito além disso, para tanto, o Educador de Ensino Religioso precisa mostrar a seus educandos, que existe um motivo para sua existência, independente de qual etnia, classe social ou credo, este aluno pertence, estar ou acredita. Enfim, há um propósito maior, que é fazer com que, essa criança tenha concepção de um mundo melhor para se viver. WACHS afirma que:

Todo educador de Ensino Religioso deveria ser um instrutor de esperanças, isto significa ajudar as pessoas a elaborarem e planejarem as suas esperanças, isto também implica em elaborar uma estratégia que contribua com todas as formas que valorizam a humanização das pessoas. Portanto, todas as estratégias de aprendizagem, toda seleção de conteúdo e todo processo de relação entre educador e educando deve favorecer uma aprendizagem que caminhe em direção do ser-mais. (WACHS, AP.CIT.:37)

De acordo com autor, não há dúvidas que o Educador é muito importante, para esse processo educacional. Logo, o mesmo precisa estar totalmente apto, para que assim, o aluno tenha de fato os benefícios que a disciplina de Ensino Religioso pode oferecer, tratando sobre isso, sabemos que a formação de professores em nível superior para a disciplina em questão, deu-se no ano de 1997, paralelo ao esclarecimento do seu objetivo como disciplina, é relevante salientar que a aceitação da mesma como área de conhecimento, infelizmente ainda está em fase de reconhecimento, desencadeando assim, como frisa Figueiredo: os empecilhos filosóficos, administrativos, pedagógicos e outros mais, entre os quais transitam as diferentes tendências de organizações e prática do Ensino Religioso. (FIGUEIREDO, 2006, P.52)

I) a educação integral inclui o ensino religioso; II) a inclusão do ensino religioso na escola não é concessão do estado as igrejas, mas é uma forma de operacionalizar o princípio universal da liberdade, III) abrir espaço para o ensino religioso não é abrir um espaço para catequese, mas ensinar a valorização da espiritualidade humana. IV) o conteúdo do ensino religioso deve contribuir para que o aluno transite da consciência ingênua para a consciência crítica da realidade, na busca da transformação do mundo. (CARNEIRO, 1998, p.105)

Portanto, são muitas as especulações e diversas as concepções que cercam o Ensino Religioso como disciplina, seja a sua função, sua natureza e/ou importância para escola, discentes e docentes. Precisamos entender que: ao ser incluído o ensino religioso no ensino integral, é mais uma maneira de pôr em prática a liberdade de expressão, a valorização entre as pessoas, enquanto, seres humanos que são; formar cidadãos com concepções críticas e construtivas, para quiçá, ter um caráter irrepreensível para com ele mesmo e seu próximo, pois, para respeitarmos o outro, precisamos nos respeitar primeiro, e nos respeitar, requer tolerância ao que é diferente e principalmente torna-se humano. Estudar Ensino religioso é aprender especialmente que todos nós estamos alheios ao que virá no amanhã, porém, é ter certeza que eu posso ser melhor hoje, e que isso, de alguma forma melhorará o amanhã e/ou o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a importância do Ensino Religioso na educação básica, precisa ser vista através de uma ótica totalmente benéfica para educação, pois, proporciona ao educando, um ambiente propício ao saber ser e fazer, e principalmente conhecer e respeitar o próximo e suas crenças e maneiras de viver, através da construção de valores e concepções construtivas. Assim sendo, daremos um passo à frente, contra o preconceito e estabelecendo o respeito às diversidades principalmente religiosa, tudo isso será possível, com ajuda dos professores e mediadores que atuam especificamente nessa área de ensino, os mesmos, precisam ser aptos para tal processo educacional.

Sabemos que a importância do Ensino Religioso na escola ainda é alvo de grandes contestações, mas, confio que, para que essa matéria de ensino em questão seja vista como subsídios, principalmente ao educando é necessário o investimento nos educadores enquanto mediadores, que precisam ser imparciais em seus respectivos credos, para que assim, não haja confusões na mentalidade dessas crianças. (MORAES, 2006) explana que um projeto pensado por um grupo, arquitetados aos objetivos do ambiente escolar, pode também auxiliar a escola a percorrer um caminho dialético histórico, no qual, o diferente é compreendido, como uma chance de superar algo ou alguém e não de excluir. Enfim é preciso muito cuidado, para com o que é planejado e posto em prática na sala de aula.

Portanto, tratar o Ensino Religioso como disciplina curricular, dando ênfase a sua relevância para Educação básica, em prol, tanto do educando em sua fase inicial de construção da sua respectiva cidadania, quanto do educador, que é intermediário em todo esse processo educacional.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, n. (1909). **Elogio da Serenidade e outros escritores morais**. tradução: Marco Aurelio Nogueira- São Paulo: editora UNESP,2002

BOCK, Ana. **Psicologia; uma introdução ao Estudo de psicologia**. 13.ed.reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.apud. Rodrigues, Edile Maria Fracaro, Queiroz, Carlos Alberico Leite de. (2011).

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB. Fácil leitura critico-compreensiva: artigo Petrópolis. Vozes, 1998.

JUNQUEIRA, Sérgio. **O Ensino Religioso no Brasil**. 2ª Ed.revista e ampliada. Curitiba.2004. E Universitária Champagnet.

FIGUEIREDO, Anísia de Paula. **Ensino Religioso**: da concepção à regulamentação Revista de Educação AEC. São Paulo: Salesiana, V.35, p.43-61, Jan/Mar/2006.

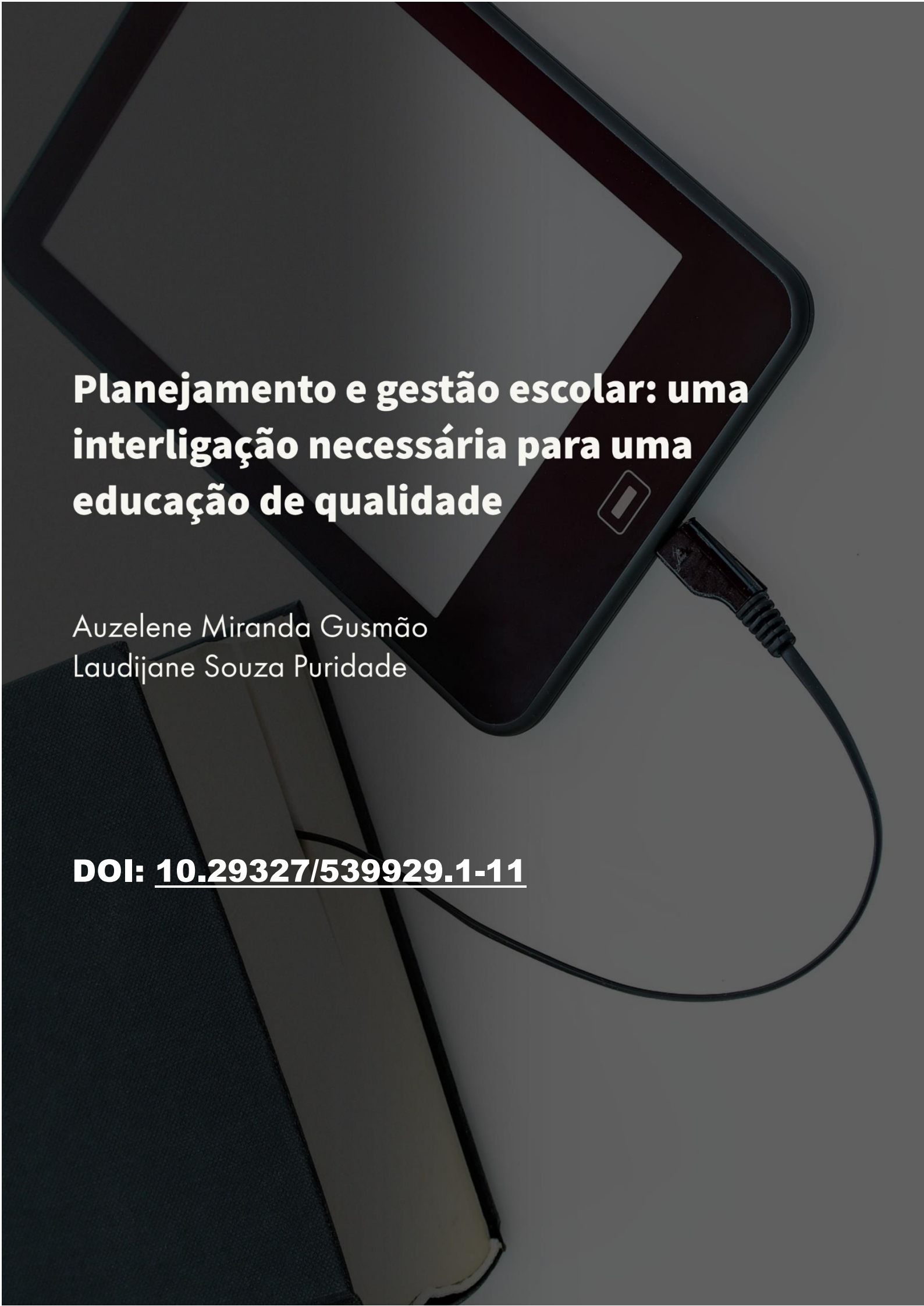
FONAPER-Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. Parâmetros Curriculares Nacionais; Ensino Religioso. 6. Ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997

FUCHS, Henri Luiz (Orgs.). **Ensino Religioso na Escola**: bases, experiências e desafios. São Leopoldo: Oikos, 2005. _____. O ensino religioso: a diversidade, a identidade na escola. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 5, 2008, São Leopoldo. Anais...São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 2008.230p.

VASCONCELOS, Ana Manual Compacto de Ensino Religioso/ Ana Vasconcelos. __1. Ed.__São Paulo: Rideel, 2010. 1. Ensino Religioso 2. Religião-Estudo e Ensino I título. 10-01841 CDD-371.07

VOLTAIRE, F.M.A. Tratado sobre tolerância. coleção grandes Obras Grandes do pensamento Universal. São Paulo: Escala.

WACHS, Manfredo Carlos. Educar para sabedoria. Nº 08, p. 36-40, out. 1997.



Planejamento e gestão escolar: uma interligação necessária para uma educação de qualidade

Auzelene Miranda Gusmão
Laudijane Souza Puridade

DOI: [10.29327/539929.1-11](https://doi.org/10.29327/539929.1-11)

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR: UMA INTERLIGAÇÃO NECESSÁRIA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

DOI: 10.29327/539929.1-11

Auzelene Miranda Gusmã

Laudijane Souza Puridade

RESUMO

Pensar em planejamento, gestão escolar e em uma educação de qualidade que possa ocorrer em escolas públicas, poderia ser uma realidade mais comum, caso os gestores escolares fossem escolhidos a partir de suas competências e habilidades relacionadas à administração e gerenciamento pedagógico de uma instituição pública. Tendo em mente que, mesmo se tratando de um estabelecimento público, deve ser encarada como uma empresa, onde as informações devem ficar ao alcance de toda a comunidade escolar e da forma mais transparente possível, mesmo porque um planejamento bem elaborado, quando colocado em prática, consequentemente garantirá um processo de ensino aprendizagem de qualidade, capaz de alcançar bons resultados em avaliações externas e, consequentemente, atestando o bom trabalho desenvolvido ou a necessidade de mudanças em busca de resultados mais exitosos. A proposta de uma relação direta entre planejamento e gestão escolar deve ocorrer com o objetivo de dar acessibilidade aos valores que circulam em sociedade, bem como estimular o estudante a dar um salto importante em tudo aquilo que for capaz de promover a sua transformação concreta na vida humana. E, nessa busca, não se pode acreditar que funções individualizadas, planejamento e gestão, devam seguir distintamente, mas de forma coesa, inteligente e criativa.

Palavras Chaves: Planejamento, gestão escolar e educação

ABSTRACT

Thinking about planning, school management and quality education that can take place in public schools, could be a more common reality, if school managers were chosen based on their competences and skills related to the administration and pedagogical management of a public institution. Bearing in mind that, even if it is a public establishment, it should be seen as a company, where the information must be available to the entire school community and in the most transparent way possible, even because a well elaborated planning, when put into practice, consequently, it will guarantee a quality teaching-learning process, capable of achieving good results in external evaluations and, consequently, attesting the good work developed or the need for changes in search of more successful results. The proposal for a direct relationship between school planning and management must occur with the aim of giving accessibility to the values that circulate in society, as well as encouraging the student to make an important leap in everything that is capable of promoting their concrete transformation in life. human. And, in this search, it cannot be believed that individualized functions, planning and management, should follow distinctly, but in a cohesive, intelligent and creative way.

Keywords: Planning, school management and education

RESUMEN

Pensar en la planificación, la gestión escolar y la educación de calidad que puede darse en las escuelas públicas podría ser una realidad más común, si los directores escolares fueran elegidos en función de sus competencias y habilidades relacionadas con la administración y gestión pedagógica de una institución pública. Teniendo en cuenta que, incluso en el caso de un establecimiento público, debe ser visto como una empresa, donde la información debe estar disponible para toda la comunidad escolar y de la manera más transparente posible, incluso porque una planificación bien elaborada, cuando se pone en la práctica, en consecuencia, garantizará un proceso de enseñanza-aprendizaje de calidad, capaz de lograr buenos resultados en las evaluaciones externas y, en consecuencia, dar fe del buen trabajo desarrollado o la necesidad de cambios en busca de resultados más exitosos. La propuesta de una relación directa entre la planificación y la gestión escolar debe darse con el objetivo de brindar accesibilidad a los valores que circulan en la sociedad, así como incentivar al alumno a dar un salto importante en todo aquello que sea capaz de promover su transformación concreta. en la vida humana. Y, en esta búsqueda, no se puede creer que las funciones individualizadas, la planificación y la gestión, deban seguir de manera distinta, pero de una manera cohesionada, inteligente y creativa.

Palabras clave: planificación, gestión escolar y educación

INTRODUÇÃO

Falar sobre letramento linguístico é chamar a atenção para aspectos relevantes a serem considerados a partir das formas técnicas de aquisição da linguagem, ler e escrever. No entanto, é sabido que a internalização desses elementos não é suficiente e nem garantia para aplicar e traduzir saberes, é nesse aspecto que se explica o letramento, cujos limites transbordam a leitura de palavras corridas em qualquer papel, e nos transporta a uma realidade reflexiva que permite avaliar melhor a realidade. O desenvolvimento do letramento, associado a uma gestão escolar que se preocupa em vistoriar o cumprimento do Plano Político-Pedagógico (PPP), aspecto importante para a promoção de tantas outras habilidades, através dos aspectos pedagógicos, é de fundamental importância para trazer resultados de promoção nas avaliações classificatórias, dentro e fora do âmbito escolar.

Assim sendo, o PPP precisa ser pensado de forma que sua elaboração e implementação sejam feitas de forma consciente e com objetivo de uma aplicação efetiva, tendo como parâmetro principal uma avaliação inicial da estrutura física, política e social da instituição de ensino. Para tal, a comunidade escolar deve se fazer presente em toda as etapas referentes à elaboração, aplicação e fiscalização do processo de implementação do PPP. E sendo a escola pública um espaço de diversidade social e cultural, o perfil do corpo discente deve ser observado da forma mais criteriosa possível, pois para garantir o letramento desse corpo, tanto em nível linguístico, quanto em nível matemático, a origem cultural, assim como a vivência de cada estudante deve ser considerada, uma vez que tais experiências podem influenciar no processo de aprendizagem de forma facilitadora ou não, a depender de como os referidos dados sobre a origem cultural dos estudantes seja utilizado.

Um corpo discente bem-preparado rende bons resultados tanto de forma coletiva, nas avaliações externas, como de forma individual, quando cada discente parte para o uso dos conhecimentos adquiridos de forma prática e reflexiva. Mas para que essa fórmula obtenha sucesso, é necessário que o planejamento apresentado pelo PPP, uma gestão empreendedora e ativa, e uma comunidade escolar que desempenhe o papel de fiscal durante todo o processo, estejam engajados e prontos para atuarem conforme a ação que cabe a cada um dos supracitados.

Língua portuguesa, letramento e gestão escolar - um processo de relação e diálogo necessários

O estudo da língua portuguesa deve ser reconhecido como fundamental e imprescindível para todo o falante da língua, compreendê-la como fundamento que abre espaços diversos para as vivências de mundo exterior, bem como interior, e com eles, as linguagens significativas e diversas em que se

manifestam – texto, oralidade, imagens – entre tantos outros, aumenta o número de capítulos e propostas que viabilizam, em espaço educacional, o ensino e a sua aprendizagem.

A língua portuguesa é enriquecida de elementos essenciais para a comunicação, cada elemento formador dessa língua contribui para a sua diversidade, e para a relação entre os seus falantes, assim como a sua participação, enquanto ser social, em ambiente de comunicação e vivência, espaço de vida que se firma mediante a articulação das conexões entre todos eles.

Falar, compreender e poder ser compreendido são aspectos de natureza linguística que se aplicam ao processo de desenvolvimento da língua apreendida que, em seu percurso social, promove o falante às possibilidades de alargar-se em seu espaço de atuação e de contribuir com ele, enriquecendo-o com saberes retransmitidos, criando e desenvolvendo perspectivas várias que sejam significativas para o âmbito de convivência. E para Koch e Elias, (2008, p. 13),

O professor de língua portuguesa precisa valorizar a importância da leitura para o ensino. Dessa forma, criar mecanismos capazes de formar um leitor capaz de processar, criticar, contradizer ou avaliar as informações diante de si, como também que saiba desfrutar, que dê sentido e significado ao que lê. Esse tipo de leitura é importante porque põe em foco o leitor e seus conhecimentos em interação com o autor e o texto para construção de sentido.

O estudo da língua portuguesa implica globalidade, bem como a educação, ambas caminham numa parceria, quando se constrói junto a ela, a língua portuguesa, espaços específicos de aprendizagem e de compartilhamento da sua capacidade de coesão e interação, e as multifaces da aprendizagem, as quais, e aqui, podem ser delimitadas em ler, interpretar e relacionar, elementos considerados fundamentais no contexto da aprendizagem e da promoção do aprendiz em um campo multifocal.

Estudar a língua portuguesa em um espaço escolar proporciona ao aprendiz um sentido de continuidade, uma vez dar-lhe suporte para o mecanismo de manuseio gradativo de sua aquisição e que, nesse contexto de circulação com as diferentes linguagens, verbal e não verbal, experimenta situações sociais múltiplas ao lançar mão dos conhecimentos adquiridos em âmbitos diversos.

Uma vez instaurada a concretização do aprendizado da língua, mediada por experiências e saberes, um universo de oportunidades se dispõem a favor do ser linguístico social, oportunizando-o a participar de ofertas classificatórias de avaliação, uma vez perpassar atividades individuais e coletivas, pois compreende-se que “por meio do compartilhamento de suas interpretações, os leitores ganham consciência de que são membros de uma coletividade que fortalece e amplia seus horizontes de leitura” (COSSON, 2006, p. 66).

A escola, espaço importante de transformação, é a grande responsável por tratar do ensino da língua portuguesa em caráter disciplinar. Cada unidade institucional de ensino, possui em sua grade curricular, a disciplina da língua materna, com a importância de ser ela um instrumento de comunicação

e compreensão entre os indivíduos sociais. Cabe à escola ofertar a disciplina em todos os níveis da educação básica, tendo em vista a sua formação e a sua sintonia com a realidade que o cerca e que, muitas vezes, também exigirá resposta às indagações feitas nas diferentes situações de interação social.

Nesse mundo de movimento, rotatividade e de necessidades em torno da certificação das habilidades linguísticas, quando requeridas, vem se tornando uma exigência que, até certo ponto, classifica ou exclui. Saber que a necessidade de aprendizagem da língua portuguesa não se restringe apenas à sua compreensão e uso, mas também a formas de inserção do indivíduo em ambientes graduados de estudo, de trabalho e de outras infinitudes, é retomar a discussão de que o letramento não é apenas a incorporação funcional da língua, mas a sua apropriação crítica como necessária à interação do indivíduo nos contextos sociais. Sobre isso, Soares afirma que:

[...] socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver, na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente [...] (1998, p.37).

Falar em ambiente escolar é falar em estudante, aprendiz, é compreender que a escola precisa ser consciente e eficiente quanto à necessidade de introduzir nesse aluno um conhecimento linguístico, em que seja capaz de responder com eficiência mínima aos quesitos de exposição e assertivas nas avaliações externas a si mesma. É preciso que a escola reivindique para si a matriz de suporte ao aprendiz da língua portuguesa, que posteriormente irá formatar o seu aprendizado de acordo às exigências de avaliação a que será submetido.

O letramento linguístico crítico é ponto essencial na construção dos saberes, ele é responsável por canalizar o aprendiz à diversidade a que se submete no âmbito das vivências e, em discussão, à pluralidade de quesitos classificatórios como provas, concursos, vestibulares, exames de qualificação entre outros. Dessa forma, a escola precisa cada vez mais avaliar a maneira com que trata a transmissão desse conhecimento linguístico, e perceber se as habilidades que trazem ao estudante a possibilidade mínima de uma classificação em resposta aos seus acertos, pode estar garantida. Para Kertz, (2002, p. 72),

[...] sua posição diferencia dos demais espaços sociais, porque se constitui numa instituição responsável pelo ensino formal que prepara, habilita, avalia, ajuíza, confere certificado sobre a competência do aluno. A escola é o local em que o saber letrado, elaborado e sistematizado ao longo da história da humanidade, é formalmente difundido.

Mas, quem poderá ser responsável pelo número de acertos mínimos que o estudante deve obter em resposta aos exames de classificação? Não é o estudante responsável em dar encaminhamento

assertivo aos seus conhecimentos? Qual o papel da escola no trajeto do aprendiz em resposta à aplicação dos conhecimentos adquiridos, concernentes à língua portuguesa? Essas são perguntas que exigem respostas pautadas em avaliações que devem ser feitas no período em que ocorre o ensino, um nível de reflexão e de averiguações técnicas podem ser consideradas no momento das indagações e das repostas.

Muitos são os processos por que passa o ensino da língua portuguesa, no período em que é veiculada em âmbito escolar, os níveis são graduais e devem obedecer ao grau de escolaridade, porém muitas são as considerações a serem feitas nesse processo, dentre elas está a forma com que a gestão escolar pode contribuir com o letramento, quando do ensino dessa língua, e que também pode ser responsabilizada como fator participativo e preponderante na oferta das disciplinas da grade curricular e, aqui em específico, a de língua portuguesa.

Tratar do letramento sem envolver as partes que formam a educação, é desconsiderar a unidade do corpo ou subtrair responsabilidades que estão diretamente ligadas entre si. A gestão escolar tem a responsabilidade específica de fazer com que o ensino da língua portuguesa seja garantido a todos que adentram ao espaço escolar como aprendizes, cabe à gestão examinar periodicamente qual o tratamento dado a essa disciplina e de que maneira está sendo feita a sua dispensação.

O processo pedagógico de uma instituição de ensino, desenvolve estratégias que capacitam os seus professores - destacando todas as disciplinas que abarcam a grade curricular - a estarem preparados e enriquecidos com mecanismos de atuação para o ensino-aprendizagem. Presente nesse processo de primar pelo ensino da língua portuguesa, é que salientamos o cumprimento do Projeto Político-Pedagógico (PPP), uma vez ser ele a geografia, o mapeamento que delinea os níveis de ação e atuação de uma instituição educacional, é ele que viabiliza de forma democrática as estratégias de ensino que irão possibilitar que essa aprendizagem seja desenvolvida em campo seguro e qualificado.

Entender que o PPP pode viabilizar o cumprimento curricular e suas especificidades, é reconhecê-lo como guia, como norteador do ensino linguístico que aqui nos referimos. Dessa maneira, compreendemos que o letramento é uma condição avançada de tradução subjetiva de uma linguagem aprendida e que há uma importância e uma relação concreta na forma com que se gesta o espaço educacional, porque ela é fundamental no trato com que poderá se desenvolver, se estabelecer, tendo em vista que um gerenciamento do cumprimento desses objetivos, gera qualidade e bom desempenho ao aprendiz. Segundo os PCN:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes

linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 1997, p. 21).

Uma boa gestão escolar, não necessariamente se estabelece como competente, quando comunga com simpatia entre os membros da comunidade escolar, esse elemento é necessário para que se alcance um bom nível de afinidades que também contribuem para o andamento da instituição, mas estar a par do desempenho dos objetivos construídos por essa mesma comunidade e gerando possibilidades para o seu desempenho é que, de fato, faz com que o letramento, a possibilidade de o educando avançar em sociedade seja maior e mais completo. Nesse aspecto, conforme Vasconcellos (2002, p. 62),

[...] a gestão envolve estratégias, onde a comunicação exerce papel fundamental, como ponto de partida para que todos se entendam. Assim é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam; ser ouvido, mas também ouvir, valorizar os aspectos positivos do grupo, deixando claras as suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações.

Muitas instituições têm falhado no princípio do compartilhamento e da revisão periódica do plano político-pedagógico (PPP), outras, se quer, tratam da sua existência, esses fatores acabam por minimizar competências que são extremamente necessárias para a articulação do professor, enquanto mediador de conteúdos da disciplina. Isso não se trata, apenas, de caráter técnico de ensino, mas de um alinhamento que vai da proposta pedagógica do curso a que está inserido o estudante, até a sua busca por concorrer direta ou indiretamente em exames classificatórios e que, a forma com que lhe fora oferecido o conteúdo, poderá determinar, definir resultados futuros, pois, a partir da

[...] valoração é possível definir objetivos para a educação. Considerando-se que a educação visa à promoção do homem, são as necessidades humanas que irão determinar os objetivos educacionais. E essas necessidades devem ser consideradas em concreto, pois a ação educativa será sempre desenvolvida num contexto existencial concreto. (Saviani, 2001, p. 28).

Saviani (2001, p. 33) conclui dizendo que

[...] a educação escolar resulta ser um instrumento básico para o exercício da cidadania. Ela, entretanto, não constitui a cidadania, mas sim uma condição indispensável para que a cidadania se constitua. O exercício da cidadania nos mais diferentes organismos (sindicatos, partidos, etc.) não se dá de modo cabal sem o preenchimento do requisito de acesso à cultura letrada e domínio do saber sistematizado que constituem a razão de ser da escola.

Um olhar atento ao processo de letramento não cabe somente ao professor da área de língua portuguesa, não é ele o único responsável em validá-lo, a atmosfera em que está inserido o aprendiz, as relações que se estabelecem em seu contexto de formação, podem ajudar a definir o sucesso tão almejado por ele e esperado pela educação que recebe, a participação ativa de quem é responsável em gerenciar essa atmosfera motivacional e de aplicação das necessidades mínimas de conteúdo, isso deve ser

resultado de uma gestão participativa que se preocupa em fomentar, instigar quando busca executar os planos de ação e velar por eles.

Dentre as formas de avaliação para se ter acesso à universidade, temos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)³, nele há de ser considerado que o candidato, outrora estudante, deverá apresentar-se capaz de responder com êxito aos quesitos determinados. Cada candidato deverá ser capaz de analisar, interpretar, dentre outros objetivos e, por fim, obter aprovação, através da aplicação do conhecimento internalizado como registro de aprendizagem, adquirido no percurso do ensino-aprendizagem. É óbvio que o seu esforço, a sua dedicação na passagem pelo ensino médio, e considerando a sua trajetória educacional, estarão sendo acessadas nesse momento, porém, a forma com que esse ensino é viabilizado, enquanto oferta e validação de objetivos, também é considerado em seu resultado. Por isso,

[...] propõe-se assim que, no currículo escolar, sejam incluídos conteúdos sobre a realidade social, ambiental, política e cultural, dialogando com as problemáticas que estão próximas da realidade desses estudantes. (Brasil. CNE, 2012, p. 14).

O percurso de estudos delimitado ao estudante é marcado, não só pelas suas vivências, mas pelos resultados colhidos nesse processo, isso ocorre desde as avaliações feitas no decorrer da aprendizagem, e se estendem aos exames de classificação, quando se concebe a noção de conclusão de um ciclo básico de educação. Muito se espera desse momento, e essa capacidade está vinculada aos processos anteriores, eles irão refletir acerca do que lhe fora oferecido e isso implica crer que, gestão escolar e ensino-aprendizagem, não trilham caminhos distintos, há entre eles uma interligação significativa das partes, mas que ambas podem, também, serem responsáveis pelos resultados obtidos.

Diante deste contexto o PPP é o documento capaz de nortear a interligação supracitada, considerando a importância de um processo de ensino aprendizagem que garanta ao discente a apropriação de conhecimentos para vida e não apenas para a promoção de uma série para a seguinte. Mas, além de um planejamento que seja posto em prática, a gestão escolar precisa ter um olhar administrativo e visão estratégica capaz de tirar do papel metas intencionais e torná-las reais.

Planejamento Político-Pedagógico: um documento efetivamente funcional para uma gestão administrativamente eficaz

³ O ENEM foi criado em 1998 para avaliar o domínio de competências pelos estudantes concluintes do ensino médio, a participação era voluntária. Em 2001, os alunos de escolas públicas passaram a ter isenção do pagamento da taxa de inscrição. O resultado do exame abre oportunidades de acesso à educação superior pública e particular e à educação profissional e tecnológica. Permite ainda a certificação do ensino médio.

A elaboração de um planejamento precisa ser a meta inicial para qualquer ação, ele é a base de toda ação humana, mesmo que ainda de forma inconsciente, pois sempre são pensadas ações com o objetivo de se alcançar determinadas metas, desde a compra de um imóvel até a elaboração da lista do supermercado.

Assim, deve ocorrer nas instituições de ensino, a base das ações a serem implementadas, devem ser planejadas de forma a contemplar todos os atores da comunidade escolar, para tal é necessário e imprescindível a elaboração do PPP, observando e refletindo sobre a situação atual da escola, desde a infraestrutura física, até a verificação da disponibilidade e a melhor forma de empreender os recursos recebidos pelos órgãos públicos de direito, assim como garantir uma educação de qualidade (VEIGA, 2010).

Uma vez que o PPP surge com o objetivo de gerir as demandas administrativas e pedagógicas da escola e garantir a gestão escolar, outras expectativas tanto em nível educacional quanto político:

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), a gestão democrática da escola foi regulamentada e estabeleceram-se orientações para a organização do espaço físico, para o trabalho pedagógico e para a participação de pais, alunos e educadores, fortalecendo a articulação entre a instituição e a comunidade. Diante dessas mudanças, surgiu a necessidade de criar formas de gerir os processos e as tomadas de decisão nas unidades. A instauração de um Projeto Pedagógico nasceu como um instrumento importante para assegurar à gestão escolar essas novas perspectivas políticas e educacionais (CRUZ e MONTEIRO, 2016, p. 9).

Na maioria das vezes o PPP é feito como um documento obrigatório, com o intuito apenas de atender a determinações legais, ou seja, mera burocracia, deixando de assumir seu real papel que deveria ser “... garantir de forma democrática, com a participação da comunidade escolar, a definição de ações a serem viabilizadas de forma a implementar o ambiente escolar na busca de uma organização eficiente e funcional...” (PURIDADE, 2020, p. 24). Para que o PPP não tenha seu futuro encerrado em uma gaveta e sim, sendo um documento referencial de consulta e adequação diante das metas definidas a curto, médio e longo prazo, deveria ser elaborado um processo de avaliação que seja capaz de avaliar a execução e a eficácia das metas predefinidas e o que pode ser feito para alcançar as que ainda não foram alcançadas.

Considerando a importância da efetiva funcionalidade do PPP na busca pela implementação do ambiente escolar, pensar na avaliação tanto antes da elaboração quanto depois da implantação de cada ação e, conseqüentemente, na atualização dele, uma vez que os instrumentos de avaliação devem ficar claros e ter seus dados disponibilizados para toda a comunidade, de forma que todos tenham consciência da importância de sua participação.

Assim sendo, uma gestão que consiga pensar administrativa e pedagogicamente, tem clara a importância de atentar-se principalmente para a base, e porque não dizer a raiz principal da educação que se estrutura a partir do letramento linguístico e matemática.

Além disso deve-se considerar as avaliações externas, como por exemplo, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁴ na qual são avaliadas as habilidades e competências apreendidas pelos estudantes em Língua Portuguesa e em Matemática.

Ainda sobre as avaliações externas, segundo Alavarse *et al*, diz que

As avaliações externas, foram justificadas como necessárias para se poder monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer aos seus gestores subsídios para a formulação de políticas educacionais com focos mais bem definidos em termos dos resultados que, por sua vez, decorreriam das aprendizagens dos alunos (2013, p. 17).

E para alcançar bons resultados nas avaliações externas é necessário que a gestão volte seu olhar para a formação básica de seus discentes e esteja sempre preparada para, na medida do possível, proporcionar um nivelamento para os alunos novatos que demonstrem desnivelamento em relação a série/ano na qual ele tenha sido matriculado, assim como para os alunos que apresentem algum tipo de dificuldade em apreender as habilidades e competências correspondentes à determinado conteúdo, pois muitas vezes, o resultado das avaliações externas é que define o valor referente à verba a ser destinada a cada instituição de ensino.

Assim sendo, o gestor escolar, em especial das escolas da rede pública, precisa aprender a gerir/administrar a escola com um olhar empreendedor, pois ainda que uma instituição de ensino público receba recursos financeiros e materiais dos órgãos públicos de direito relacionados à educação na esfera municipal, estadual e/ou federal, tal fato não é um indicativo de que tais recursos possam ser empregados de formas inadequadas gerando prejuízo e ingerência das verbas públicas, que muitas vezes são justificadas pela ausência e não pelo mau uso das mesmas.

Diante deste contexto, a escola pública deveria ser encarada como uma empresa, onde os recursos são oriundos do governo, podendo ser de fonte municipal, estadual ou federal, fato que não a impede de ser capaz de, a partir dos recursos recebidos, criar estratégias para utilizar tais recursos de forma a gerir recursos próprios, a partir de uma parceria com a comunidade escolar, promovendo eventos como feiras temáticas como a Semana do Meio Ambiente em que, durante tais datas, possam ser oferecidas para a comunidade escolar produtos reciclados e com produtos doados pela própria comunidade, promover a venda com valores simbólicos.

⁴ O SAEB teve início no final da década de 80 e se constitui no principal sistema de avaliação diagnóstica da educação básica brasileira. O SAEB é a junção de testes de desempenho aplicados aos estudantes, inclusive com a aplicação de questionários referentes a fatores associados aos resultados alcançados, sendo tais questionários destinados a diferentes atores que compõem a escola.

No entanto, como forma de garantir a eficácia e a transparência sobre os lucros supracitados e, de que forma tais recursos serão utilizados, devem ficar claros, assim como precisam ficar disponíveis em local de fácil acesso ou por algum meio de divulgação oficial da escola, para que a comunidade escolar além de ter controle sobre os recursos recebidos e conquistados, tenha controle também sobre a forma como estes estão sendo usados.

Desta forma, uma boa estratégia para garantir e manter a transparência supracitada é a formação de um colegiado escolar, onde membros da comunidade escolar tenham garantida sua representação, tendo em sua formação ao menos um representante dos pais, estudantes, funcionários, professores e gestão.

Diante deste contexto, o gestor escolar de uma instituição pública deve ser encarado como um administrador de uma empresa, que recebe como investimentos recursos financeiros de entes governamentais que podem ser da esfera municipal, estadual e/ou federal, mas não geram lucros financeiros, a menos que tenham bons resultados nas avaliações externas, que além de aferirem o nível de qualidade de cada instituição, também define o valor referente às verbas a serem destinadas como citado anteriormente. Sendo a escola 'a empresa', os clientes são os discentes e seus responsáveis, com a diferença que o pagamento pelo serviço não é feito pelos clientes, e sim pelo poder público e consequentemente o produto ofertado é a educação.

A escola pública enquanto um espaço do saber, recebe discentes de variados meios e, por ser um espaço de acesso público, em seu PPP as relações inerentes ao espaço escolar devem ser apresentadas da forma mais clara possível, inclusive de que forma tais relações podem influenciar no desempenho da gestão, mesmo porque cada escola é única, contendo especificidades próprias, fato que a classifica como um lugar de representações sociais, e:

Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. A escola não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política. Deve gerar insatisfação com o já dito, o já sabido, o já estabelecido. Só é harmoniosa a escola autoritária. A escola não é só um espaço físico. É, acima de tudo, um modo de ser, de ver. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve. E, se quiser sobreviver como instituição, precisa buscar o que é específico dela (GADOTTI, 2007, p. 11-12).

Pensar na identificação das especificidades que cada escola possui nos remete a pensar que a observação, que também é uma forma de avaliação, e o planejamento caminham rumo a uma educação de qualidade que para ser colocada em prática solicita a construção de um documento norteador que planeje as ações a serem desenvolvidas, que no caso das escolas é o PPP, fato que reafirma a importância de que este documento traduza os anseios e possíveis ações a serem desenvolvidas e alcançadas

conforme o prazo definido para cada uma e, conseqüentemente, garantir mudanças reais (PURIDADE, 2020) e ao contrário do que muitas vezes ocorre, fazer o PPP apenas por ser uma ação burocrática que se perdi entre vários outros papéis.

Ainda sobre a função social e a construção de forma automatizada apenas para atender a determinações legais

Portanto, um PPP não é um simples papel, que amarela e se deteriora se fica guardado. A escrita tem função social – aprendemos isso na escola! Escrevemos um PPP para registrar o que queremos, sentimos e observamos. Esse documento possui uma função social das mais importantes e não pode ser reduzido a uma obrigação legal. Se for copiado e engavetado, não atingirá seu objetivo; existirá somente para cumprir uma tarefa solicitada pela Secretaria de Educação (CRUZ e MONTEIRO, 2016, p. 22).

A revisão do PPP deve ocorrer conforme a conquista ou não das metas definidas, assim como são divulgadas as notas referentes às avaliações externas que também devem ser utilizadas como fontes norteadoras, para a referida atualização. Desta forma, pensar no planejamento como uma ação reflexível e fundamentada em um ato de constante reflexão. A esse respeito Gadotti (2003, p. 36) nos traz que, “planejar é um processo político-pedagógico que implica diagnosticar uma situação e tomar decisões em função de um determinado fim”.

Para tal o gestor escolar deve ter conhecimento de todos os setores que fazem parte da estrutura administrativa da escola, assim como ter condições e capacidade de propor mudanças, remanejamentos quando for necessário dinamizar as ações desenvolvidas na escola. Além disso, o gestor deve ter a habilidade de liderança de forma a ser capaz de comandar, distribuir funções/tarefas, assim como cobrar a execução delas com o olhar voltado para o planejamento prévio e os objetivos a serem cumpridos.

Estar na função de gestor, perpassa a função de professor que poderia estar exercendo, pois enquanto gestor será preciso cobrar dos próprios colegas resultados e mudanças que possam auxiliar na conquista das metas predefinidas. E para alcançar os resultados conforme planejado, a observação e pesquisa sobre os dados reais em que se encontra a administração da escola deve ser referenciado, principalmente no que se refere à origem dos discentes e em suas raízes culturais D’Ambrosio (2005).

Pensar no PPP, traz a necessidade de pensar no perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes, mesmo porque o ensino da Matemática tem como uma das orientações didático-pedagógicas que norteiam o seu ensino destaca-se a Etnomatemática⁵, que segundo D’Ambrosio (2005) está relacionada à história e filosofia da matemática suscitando reflexões acerca do ensino e aprendizagem da referida disciplina. E é a Etnomatemática que considera como de suma importância as experiências

⁵ Surgiu na década de 1970, com base em críticas sociais acerca do ensino tradicional da matemática, como a análise das práticas matemáticas em seus diferentes contextos culturais.

culturais que o estudante traz do seu meio de vivência para a escola, que a percepção sobre quais conhecimentos prévios esse estudante já tem enraizado em sua vivência.

No que se refere à importância da vivência cultural do estudante é esperado que os sistemas educacionais consigam, a partir de tais vivências, trabalhar o conhecimento matemático dentro da realidade de cada estudante enquanto indivíduo, a este respeito D' Ambrosio traz que

Um resultado esperado dos sistemas educacionais é a aquisição e produção de conhecimento. Isto se dá fundamentalmente a partir da maneira como um indivíduo percebe a realidade nas suas várias manifestações: uma realidade individual, nas dimensões sensorial, intuitiva, emocional, racional; uma realidade social, que é o reconhecimento da essencialidade do outro; uma realidade planetária, o que mostra sua dependência do patrimônio natural e cultural e sua responsabilidade na sua preservação; uma realidade cósmica, levando-o a transcender espaço e tempo e a própria existência, buscando explicações e historicidade (D'AMBROSIO, 2005, p. 101).

Cada estudante, enquanto indivíduo tem inerente à sua formação uma carga de conhecimento não formal relacionado a sua vivência, no entanto, tal conhecimento não pode ser desprezado, muito pelo contrário, este deve ser trabalhado como parâmetro para a construção do conhecimento formal. “O conhecimento que o estudante traz para o ambiente escolar, a partir de suas experiências fora do contexto escolar impulsiona a Etnomatemática e faz com que a Educação Matemática direcione seu olhar para este outro tipo de conhecimento” (PURIDADE, 2020, p. 56).

Daí a importância de se pensar nas questões culturais como forma de facilitar a contextualização da Matemática com o cotidiano dos discentes, e ao considerarmos o sentido do termo cultura, segundo Velho (1994) apud Candau (2011, p. 245)

Hoje em dia cultura faz parte do vocabulário básico das ciências humanas e sociais. O seu emprego distingue-se em relação ao senso comum no sentido que este dá às noções de homem culto e inculto. Assim como todos os homens em princípio interagem socialmente, participam sempre de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, redes de significado que definem a própria natureza humana. Por outro lado, cultura é um conceito que só existe a partir da constatação da diferença entre nós e os outros.

O espaço escolar dada a diversificação daqueles que fazem parte de seu espaço, nos faz pensar pelo menos em duas questões: na cooperação e na interação social entre os partícipes deste contexto, do qual os discentes fazem parte e são “...capazes de influenciar positivamente ou não na aprendizagem” (PURIDADE, 2020).

Ainda pensando em uma gestão capaz de pensar no corpo discente como uma ‘colcha de retalhos’ composta pelas mais variadas ‘texturas’ que deve ser observada de acordo com suas especificidades, assim é o processo de ensino aprendizagem de matemática. Para que o estudante seja capaz de formular, interpretar e utilizar o conhecimento matemático da forma adequada e, de acordo

com cada situação apresentada, é importante que sua individualidade seja considerada no processo do letramento matemático que segundo Machado (2003), a partir de diversos autores, elaborou uma análise referente às noções de alfabetização e letramento, aproximando-se do conceito de letramento matemático

(...) podemos explicitar nosso entendimento para "letramento matemático" como expressão da categoria que estamos a interpretar, como: um processo do sujeito que chega ao estudo da Matemática, visando aos conhecimentos e habilidades acerca dos sistemas notacionais da sua língua natural e da Matemática, aos conhecimentos conceituais e das operações, a adaptar-se ao raciocínio lógico abstrativo e dedutivo, com o auxílio e por meio das práticas notacionais, como de perceber a Matemática na escrita convencionalizada com notabilidade para ser estudada, compreendida e construída com a aptidão desenvolvida para a sua leitura e para a sua escrita. (Machado, 2003, p.135)

A escola dá ao estudante a possibilidade de se equipar com as ferramentas adequadas para enfrentar a vida cotidiana de forma reflexiva e autônoma, mas para isso deve existir um planejamento que garanta a aquisição das habilidades e competências do conhecimento matemático adequadas para tal interação futura, assim sendo, conhecer o perfil do corpo discente assim como suas dificuldades e trabalhar para reverter ou pelo menos minimizar as mesmas.

Quando o estudante consegue compreender a presença da matemática nas situações mais simples do cotidiano, passa a ficar mais claro para ele que o conhecimento matemático não pode ser descartado e encontra-se conectado com quase tudo que nos cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da língua portuguesa vai além da capacidade de ler e escrever, esse percurso é considerado inicial para a internalização e validação do processo de comunicação, porém, o letramento linguístico é a capacidade de ir além desse mecanismo técnico de aprendizagem, é necessário estar apto para responder às diferentes razões do contexto de situações. A escola é responsável em ensinar e dinamizar esses processos, é responsável também em gerir, através da gestão escolar, condições favoráveis para que haja resultados satisfatórios em situações avaliativas de caráter classificatório como o ENEM e o SAEB. Na prática, porém, existem razões para questionar se esse e outros objetivos conseguem trazer resultados homogêneos em meio às diversidades de práticas pedagógicas, plantadas no PPP, muitas vezes não inspecionadas pela gestão escolar e pelo seu conservadorismo.

O papel da gestão é posto em evidência em função de sua responsabilidade em ser capaz de administrar recursos, garantir a elaboração do PPP, assim como, a fiscalização das metas estipuladas no referido documento. Para tal o gestor escolar tem que ser capaz de pensar como um verdadeiro administrador, com a responsabilidade de garantir o bom desempenho das atividades administrativas e

pedagógicas a serem implementadas na escola, tendo sempre como objetivo maior a garantia de um processo de ensino aprendizagem capaz de possibilitar aos discentes a apropriação de um conhecimento que possa ser usado em sua vida e não descartado, como muitas vezes, termina por ocorrer.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, O. M.; MACHADO, C.; ARCAS, P. H. **Avaliação externa e qualidade da educação: formação docente em questão**. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.

_____. **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Parecer CNE/CP nº 8/2012. Diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 30 maio 2012. Seção 1, p. 33. 2012.

CANDAU, V. M. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras**. Petrópolis, RJ: Vozes 2011.

COSSON, R. **Letramento literário: educação para vida. Vida e Educação**. Fortaleza, v. 10. 2006.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (org.). **Projeto Político Pedagógico: Orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP**. Textos Comunidade Educativa CEDAC. São Paulo: Ed. Moderna. 2016.

D'AMBROSIO, U. **Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. Educação e Pesquisa**. São Paulo: Pro-Posições, 2005.

GADOTTI, M. **Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola**. Abceducatio, São Paulo: [s.l], 2003.

GADOTTI, M. **A Escola e o Professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

KETZER, S. M. **Ensinar e Aprender: no jogo da interdisciplinaridade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

KOCH, I. V. e ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, A. P. **Do significado da escrita da matemática na prática de ensinar e no processo de aprendizagem a partir do discurso de professores**. Rio Claro, 291 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. 2003.

PURIDADE, L. S. **ÍNDICE DE DESEMPENHO DE MATEMÁTICA: um Relato de Experiência do Colégio da Polícia Militar Francisco Pedro de Oliveira – CPMFPO**. Assunção: Facultad Interamericana de Ciências Sociales, 2020.

SAVIANI, D. **Ética, educação e cidadania**. PhiloS: Revista Brasileira de Filosofia de 1º Grau, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 28; 33, 2001.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização**. 10. ed. São Paulo: Libertad, (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 1). 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola de Ensino Médio e Suas Articulações com as Ações da Secretaria de Educação**. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento. Belo Horizonte: Perspectivas Atuais, 2010.

Há 21 anos produzindo *Conhecimento & Ciência*

www.conhecimentoe ciencia.com
secretaria@conhecimentoe ciencia.com
+55 91 99631-3408 (WhatsApp)



Participe dos nossos eventos online!

23 a 26 de setembro

**I ENCONTRO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL DE SAÚDE
MENTAL**

**I ENCONTRO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL DE ARTES
MARCIAIS**

**II ENCONTRO CIENTÍFICO
DO GRUPO DE PESQUISA
& PUBLICAÇÕES - GPS**

25 a 28 de novembro

**I ENCONTRO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DO
CÂNCER E EXERCÍCIO FÍSICO**

**I ENCONTRO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL DE
YOGA**

28 a 31 de outubro

**I ENCONTRO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL DE CORRIDA
DE RUA**

**I ENCONTRO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL DE NUTRIÇÃO
ESPORTIVA**

02 a 05 de dezembro

**I ENCONTRO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL DO SAMBA**

**I ENCONTRO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FÍSICA DA UEPA**

Apoio:

